

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS  
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO UNIVERSITÁRIA  
SOB A PERSPECTIVA DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ**

**TESE APRESENTADA À ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE  
EMPRESAS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR**

**JHONATHAN CAVALCANTE DA COSTA**  
Rio de Janeiro - 2018

JHONATHAN CAVALCANTE DA COSTA

**TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO UNIVERSITÁRIA  
SOB A PERSPECTIVA DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ**

Tese apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Guilherme Tenório

Rio de Janeiro

2018

Costa, Jhonathan Cavalcante da

Transparência na gestão universitária sob a perspectiva da participação cidadã / Jhonathan Cavalcante da Costa. – 2018.

175 f.

Tese (doutorado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa.

Orientador: Fernando Guilherme Tenório.

Inclui bibliografia.

1. Universidades e faculdades - Administração. 2. Planejamento educacional - Participação do cidadão. I. Tenório, Fernando Guilherme, 1948-. II. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. III. Título.

CDD – 378.101

JHONATHAN CAVALCANTE DA COSTA

**“TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO UNIVERSITÁRIA SOB A PERSPECTIVA DA  
PARTICIPAÇÃO CIDADÃ”.**

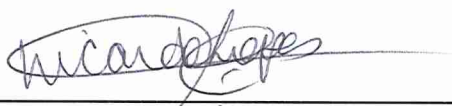
Tese apresentado(a) ao Curso de Doutorado Em Administração do(a) Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas para obtenção do grau de Doutor(a) em Administração.

Data da defesa: 28/06/2018

**ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA**



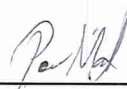
FERNANDO GUILHERME TENÓRIO  
Orientador(a)



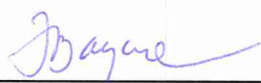
RICARDO LOPES CARDOSO  
Membro Interno



SERGIO EDUARDO DE PINHO VELHO WANDERLEY  
Membro Externo



PAULO ROBERTO DE MENDONÇA MOTTA  
Membro Interno



FÁTIMA BAYMA DE OLIVEIRA  
Membro Interno



TERESA CRISTINA JANES CARNEIRO  
Membro Externo

A Vergilina Jovencio Ferreira, Luiz Batista Cavalcante, Angelo Armini, suas descendências e familiares.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor doutor Fernando Guilherme Tenório, pelos brilhantes ensinamentos.

À professora doutora Teresa Cristina Janes Carneiro, pelo inestimável apoio.

Aos professores doutores Cezar Augusto Miranda Guedes, Lamounier Erthal Villela, Sérgio Eduardo de Pinho Velho Wanderley, Fátima Bayma de Oliveira, Paulo Roberto de Mendonça Motta e Ricardo Lopes Cardoso, pelas preciosas contribuições.

Aos professores doutores José Elias Feres de Almeida e novamente Ricardo Lopes Cardoso, pela incansável dedicação ao sucesso do curso de doutoramento. Grato, Celene Melo, pela esplêndida agilidade nos trâmites administrativos recorrentemente necessários.

Especialmente à minha esposa, namorada e amiga, Eliete Jovencio Ferreira Cavalcante, e ao meu pequeno filho, Luiz Henrique Jovencio Ferreira Cavalcante da Costa, pela compreensão e apoio moral, os quais nunca duvidaram de mim e sempre me incentivaram.

Ao meu pai, Anadir Basilio da Costa, e à minha mãe, Luzinete Cavalcante da Costa, pelo apoio nesta reta final de um sonho antigo e muitos sacrifícios feitos. Às famílias Gonçalves, Maia e Jovencio Ferreira, pelo gracioso suporte.

Ao grupo dos sete doutorandos empenhados, que compartilharam ideias durante o curso.

Obrigado, mestre Iury da Silva Pessoa, pela generosidade. Grato, Fausto Ferraz Ciribelli Junior, pela tradução do resumo.

À Universidade Federal do Espírito Santo, por todas as oportunidades de aprendizado.

A cada participante desta pesquisa, que concedeu parte de seu tempo.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, pelo apoio.

Aos cidadãos brasileiros, pela origem dos recursos que viabilizaram esta oportunidade.

Este trabalho foi realizado com o apoio da Capes, entidade do Governo Brasileiro voltada para a formação de recursos humanos.

“Liberdade, Igualdade, Fraternidade.”

Robespierre (1790)

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar a transparência no contexto da descentralização orçamentária da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) sob a perspectiva da participação cidadã. Adotaram-se metodologias de naturezas qualitativa e quantitativa, constituindo-se uma triangulação de métodos (JICK, 1979). Foi realizado um estudo de caso com foco no processo decisório dos centros acadêmicos da Ufes localizados na capital do Estado. Os dados foram coletados por meio de *survey*, entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental. A *survey* contou com enunciados adaptados para escala Likert (1932), com base nos critérios de análise de processos decisórios sob a perspectiva da cidadania deliberativa (TENÓRIO, 2012). Os respectivos dados foram tratados por meio de regressão linear múltipla, análise fatorial exploratória e modelagem de equações estruturais (HAIR JUNIOR, 2017), além de análise descritiva. Os dados qualitativos coletados na aplicação da *survey*, assim como as transcrições das entrevistas, *foram tratados por meio de análise de conteúdo* (BARDIN, 1977). A interpretação dos resultados demonstrou que os critérios propostos são adequados à análise da transparência no contexto universitário. Além de um modelo estrutural que representa relação causal positiva da transparência e da participação sobre o processo deliberativo, foi desenvolvido um modelo estrutural que demonstra, por exemplo, que o processo deliberativo é mais bem avaliado pelos docentes, em relação aos técnicos-administrativos, devido à diferença de percepção, quanto à transparência e participação, entre esses segmentos da comunidade acadêmica.

**Palavras-chave:** Transparência. Gestão universitária. Participação cidadã. Cidadania deliberativa.

## ABSTRACT

The objective of this research was to analyze the transparency in the context of budgetary decentralization of Federal University of Espírito Santo (Ufes) from the perspective of citizen participation. The research adopts methodologies of qualitative and quantitative nature, triangulation in action (JICK, 1979). We conducted a case study focusing on the decision-making process of Ufes academic centers, located at the State capital. The data were collected through survey, semi-structured interviews and documentary research. The survey had statement adapted to Likert scale (1932), based on the analysis of decision-making criteria's from the perspective of deliberative citizenship (TENÓRIO, 2012). The data was processed through multiple linear regression, exploratory factor analysis and structural equation modeling (HAIR JUNIOR, 2017) beyond descriptive analysis. The qualitative data collected from the survey, as well as the transcripts of the interviews, were treated through content analysis (BARDIN, 1977). The interpretation of the results has shown that the proposed criteria are suitable to analyze transparency in the University context. In addition to a structural model that represents a positive, causal relationship of transparency and participation on the decision-making process, was developed a structural model that demonstrates, for example, that the deliberative process is best evaluated by teachers, in relation to administrative and technical due to the difference in perception, about transparency and participation, between these segments of the academic community.

**Keywords:** Transparency. University management. Citizen participation. Deliberative citizenship.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxo de eventos e processos na organização. ....	42
Figura 2: Especificação do modelo estrutural. ....	100
Figura 3: Especificação do construto transparência. ....	101
Figura 4: Especificação do construto participação. ....	102
Figura 5: Especificação do construto processo deliberativo. ....	102
Figura 6: Diagrama de caminhos do modelo estrutural com mensuração dos construtos.....	104
Figura 7: Diagrama de caminhos do modelo de equações estruturais com efeitos mediadores. .....	113

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: <i>Boxplot</i> dos indicadores utilizados no modelo estrutural.....	97
Gráfico 2: Percepção de qualidade do processo deliberativo em centros da Ufes. ....	116

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Critérios de rateio orçamentário. ....	25
Quadro 2: Despesas não rateáveis alocadas diretamente.....	27
Quadro 3: Operacionalização das despesas realocáveis.....	27
Quadro 4: Despesas não realocáveis com possibilidade de reclassificação. ....	28
Quadro 5: Cidadania deliberativa: critérios de análise.....	34
Quadro 6: Conceitos de transparência conforme perspectiva. ....	39
Quadro 7: Classificações da transparência. ....	40
Quadro 8: Classificação da transparência quanto ao tempo.....	40
Quadro 9: Proposta de categorias para perspectivas da transparência. ....	46
Quadro 10: Proposta de categorias para classificações da transparência. ....	47
Quadro 11: Perspectivas da transparência adotadas no modelo de análise. ....	51
Quadro 12: Tópicos de pesquisa por critério de análise para subsidiar a coleta de dados. ....	54
Quadro 13: Variável por critério de análise. ....	60
Quadro 14: Variáveis para a investigação da influência do vínculo acadêmico.....	62
Quadro 15: Variáveis de controle. ....	63
Quadro 16: Variável instrumental.....	63
Quadro 17: Tópicos do roteiro de entrevista. ....	76
Quadro 18: Configurações recomendadas para utilização do <i>software</i> SmartPLS 3. ....	103

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparativo entre empenhos para o ensino superior e o FIES. ....	24
Tabela 2: Percentuais de rateio entre grupos de unidades orçamentárias. ....	26
Tabela 3: Percentuais de rateio entre os centros acadêmicos dos <i>campi</i> Goiabeiras e Maruípe. .....	26
Tabela 4: Gênero. ....	56
Tabela 5: Tipos de vínculo – docente, TAE e discente com a Ufes. ....	57
Tabela 6: Variedade e soma dos vínculos com centros acadêmicos. ....	58
Tabela 7: Correlação entre os fatores extraídos da sexta solução fatorial. ....	74
Tabela 8: Correlação entre os fatores extraídos da solução fatorial definitiva. ....	74
Tabela 9: Resultados da análise fatorial exploratória e do teste Alfa de Cronbach. ....	75
Tabela 10: Resultados de testes de normalidade baseados em assimetria ( <i>Skeness</i> ) e curtose ( <i>Kurtosis</i> ). ....	98
Tabela 11: Validação dos construtos. ....	105
Tabela 12: Cargas cruzadas ( <i>Cross Loadings</i> ). ....	106
Tabela 13: Heterotrait-Monotrait Ratio (HTMT). ....	107
Tabela 14: Pesos externos ( <i>Outer weights</i> ). ....	107
Tabela 15: Estimação dos coeficientes de caminho por <i>Bootstrapping</i> . ....	108
Tabela 16: Estimação de $f^2$ por <i>Bootstrapping</i> . ....	109
Tabela 17: Estimação para a variável independente processo deliberativo com efeitos moderadores. ....	110
Tabela 18: Variação dos efeitos dos construtos transparência e participação. ....	112
Tabela 19: Estimação com efeitos mediadores. ....	114

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

Andifes – Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior

APF – Administração Pública Federal

AVE – Average Variance Extracted

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAR – Centro de Artes

CB-SEM – Covariance-Based Squares Structural Equation Modeling

CCE – Centro de Ciências Exatas

CCHN – Centro de Ciências Humanas e Naturais

CCJE – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

CCS – Centro de Ciências da Saúde

CE – Centro de Educação

CEFD – Centro de Educação Física e Desportos

CGU – Controladoria Geral da União

CLC – Centro de Línguas para a Comunidade

CONOF – Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

CR – Composite Reliability

CT – Centro Tecnológico

CUn – Conselho Universitário

e-SIC – Serviço Eletrônico de Informação ao Cidadão

Ebape – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FMI – Fundo Monetário Internacional

HTMT – Heterotrait-Monotrait Ratio

Hucam – Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes

IGG – Índice Geral de Governança

Igop – Instituto de Governo e Políticas Públicas da Universidade Autônoma de Barcelona

LAI – Lei de Acesso à Informação

LOA – Lei Orçamentária Anual

MEC – Ministério da Educação

NTI – Núcleo de Tecnologia da Informação

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONG – Organização Não Governamental

PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

Pegs – Programa de Estudos em Gestão Social

PGO – Plano de Gestão Orçamentária

PLS-SEM – Partial Least Squares Structural Equation Modeling

Proad – Pró-Reitoria de Administração

Progep – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Proplan – Pró-Reitoria de Planejamento

PRPPG – Pró-Reitoria de Pesquisa de Pós-Graduação

PU – Prefeitura Universitária

RU – Restaurante Universitário

SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão

SIE – Sistema de Informação para o Ensino

SRMR – Standardized Root Mean Square Residual

Supecc – Superintendência de Cultura e Comunicação

TCU – Tribunal de Contas da União

Ufes – Universidade Federal do Espírito Santo

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

VIF – Variance Inflation Factor

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2</b>	<b>O CASO DA UFES.....</b>	<b>24</b>
<b>3</b>	<b>PROCESSO DELIBERATIVO.....</b>	<b>29</b>
<b>3.1</b>	<b>Gestão social e participação cidadã.....</b>	<b>30</b>
<b>3.2</b>	<b>Critérios de análise.....</b>	<b>33</b>
<b>4</b>	<b>TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO UNIVERSITÁRIA.....</b>	<b>36</b>
<b>4.1</b>	<b>Perspectivas e classificações da transparência.....</b>	<b>39</b>
<b>4.2</b>	<b>Crítica às perspectivas e às classificações.....</b>	<b>45</b>
<b>4.2.1</b>	<b>Indicadores às perspectivas da transparência.....</b>	<b>47</b>
<b>4.2.2</b>	<b>Modelo de análise.....</b>	<b>50</b>
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>53</b>
<b>5.1</b>	<b>Adaptação.....</b>	<b>54</b>
<b>5.1.1</b>	<b>Perfil dos respondentes.....</b>	<b>56</b>
<b>5.1.2</b>	<b>Conselho departamental.....</b>	<b>58</b>
<b>5.1.3</b>	<b>Variáveis.....</b>	<b>60</b>
<b>5.2</b>	<b>Categorização.....</b>	<b>63</b>
<b>5.3</b>	<b>Interpretação.....</b>	<b>64</b>
<b>5.4</b>	<b>Modelagem de equações estruturais.....</b>	<b>65</b>
<b>6</b>	<b>RESULTADOS.....</b>	<b>67</b>
<b>6.1</b>	<b><i>Survey</i>.....</b>	<b>67</b>
<b>6.1.1</b>	<b>Critérios de análise.....</b>	<b>67</b>
<b>6.1.2</b>	<b>Análise fatorial exploratória.....</b>	<b>72</b>
<b>6.1.3</b>	<b>Roteiro de entrevista.....</b>	<b>76</b>
<b>6.2</b>	<b>Entrevistas.....</b>	<b>77</b>
<b>6.2.1</b>	<b>Relação entre direção de centro e conselho departamental.....</b>	<b>78</b>
<b>6.2.2</b>	<b>Alocação de recursos.....</b>	<b>79</b>
<b>6.2.3</b>	<b>Transparência no processo decisório.....</b>	<b>84</b>
<b>6.3</b>	<b>Modelagem de equações estruturais.....</b>	<b>96</b>
<b>6.3.1</b>	<b>Especificação do modelo estrutural.....</b>	<b>99</b>
<b>6.3.2</b>	<b>Especificação do modelo de mensuração.....</b>	<b>101</b>
<b>6.3.3</b>	<b>Estimação do modelo.....</b>	<b>103</b>

<b>6.3.4</b>	<b>Análise dos modelos de mensuração (construtos).....</b>	<b>104</b>
<b>6.3.5</b>	<b>Análise do modelo estrutural.....</b>	<b>107</b>
<b>6.3.6</b>	<b>Estimação com efeitos moderadores.....</b>	<b>109</b>
<b>6.3.7</b>	<b>Estimação com efeitos mediadores.....</b>	<b>111</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>118</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>121</b>
	<b>APÊNDICE A – Indicadores de transparência adotados em pesquisas anteriores.....</b>	<b>129</b>
	<b>APÊNDICE B – Formulários para subsidiar coleta de dados.....</b>	<b>133</b>
	<b>APÊNDICE C – Matriz de correlação entre as variáveis correspondentes aos tópicos de pesquisa.....</b>	<b>135</b>
	<b>APÊNDICE D – Modelos de regressão linear múltipla.....</b>	<b>136</b>
	<b>APÊNDICE E – Soluções de análise fatorial exploratória.....</b>	<b>154</b>
	<b>APÊNDICE F – Roteiro de entrevista.....</b>	<b>161</b>
	<b>APÊNDICE G – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....</b>	<b>162</b>
	<b>APÊNDICE H – Principais resultados da estimação do modelo de equações estruturais com mediação.....</b>	<b>164</b>
	<b>ANEXO A – Ofício n.º 249/2016 da Andifes.....</b>	<b>174</b>
	<b>ANEXO B – Moção da Ufes sobre a PEC 241.....</b>	<b>175</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é um estudo de caso na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). A escolha da instituição deveu-se ao nível de conhecimento do autor em relação a ela, decorrente de precedentes vínculos profissionais e estudantis que perfazem mais de uma década.

Alinha-se ao contexto teórico da gestão social, que pode ser entendida como “[...] o processo gerencial participativo onde a autoridade decisória é compartilhada entre os envolvidos na ação” (TENÓRIO; KRONEMBERGER, 2016, p. 13). Entre as possibilidades jurídicas de participação cidadã contempladas na Constituição Federal (Brasil, 1988), conforme elencadas por Tenório e Kronemberger (2016), destaca-se o ensino público, cuja gestão deve ser democrática, na forma da lei (Constituição Federal, Art. 206, VI). Considerando que “[...] a democracia necessita de um formato institucional que possibilite a realização de um processo deliberativo que viabilize a ampliação e a qualificação da participação [...]” (TENÓRIO, 2016a, p. 30), a gestão social adota, assim, o conceito de democracia deliberativa proposto por Habermas. Em síntese, “[...] democracia deliberativa é: modelo de deliberação política, caracterizado por pressupostos teórico-normativos que incorporam a participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva” (TENÓRIO, 2016a, p. 30).

Segundo Habermas (2003b, p. 99), “[...] a sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política”.

O limiar entre esfera privada e esfera pública não é definido através de temas ou relações fixas, porém através de *condições de comunicação modificadas*. Estas modificam certamente o acesso, assegurando, de um lado, a intimidade e, de outro, a publicidade, porém, elas não isolam a esfera privada da esfera pública, pois canalizam o fluxo de temas de uma esfera para a outra. A esfera pública retira seus impulsos da assimilação privada de problemas sociais que repercutem nas biografias particulares (HABERMAS, 2003b, p. 98, grifo do autor).

No contexto da ação comunicativa, em contraste ao agir instrumental, a participação não pode ser manipulada, seja por cooptação, seja pseudoparticipação (TENÓRIO, 1990). A participação precisa ser voluntária, considerando que o indivíduo necessita compreender o processo vivenciado (TENÓRIO; ROZENBERG, 1997, p. 163).

Assim numa relação social que se pretenda participativa, os conhecimentos devem ser convergentes. O saber de quem estudou deve ser usado como apoio às discussões, mas não como orientador primeiro na decisão. Numa relação coletiva o poder se dilui entre os participantes, já que o conhecimento e as informações são compartilhados, não existindo ‘donos da verdade’.

Em outras palavras, o sentido de participar é o de “[...] fazer com”, e não o de “fazer para” (TENÓRIO, 1990, p. 163). Não obstante as limitações em termos da racionalidade predominante nas organizações, o âmbito local é mais propício às práticas participativas. Nesse sentido, “a participação tem uma estreita vinculação com o processo de descentralização” (TENÓRIO, 2005). No caso da Ufes, a descentralização orçamentária (UFES, 2017a; 2017b) é política imprescindível, tendo em vista o atual contexto de escassez, pois facilita o entendimento de que é necessário utilizar os recursos com eficiência, além de reforçar a responsabilização dos gestores locais.

A Emenda Constitucional n.º 95/2016 (BRASIL, 2016), proposta pelo Poder Executivo, aprovada pelo Poder Legislativo e contestada por diversas instituições da sociedade civil, estabeleceu um regime fiscal com severas restrições a gastos, principalmente ao setor educacional. A Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (CONOF) da Câmara dos Deputados indicou que esse regime fiscal força a compressão de despesas discricionárias, especificamente no Ministério da Educação (MEC). Da leitura dos diversos manifestos discutidos e aprovados em conselhos superiores de universidades federais, representados no Ofício n.º 249/2016 (ANEXO A) da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), contrários à aprovação dessa Emenda Constitucional, que limita os gastos sociais durante 20 anos, depreende-se que a escassez dos recursos destinados às universidades provém de um contexto econômico e político conturbado pelo qual o país tem passado. Representa um processo de desmonte de garantias sociais instituídas na Carta Magna, entre as quais o acesso à educação pública e gratuita de qualidade. Também esse desmonte e contexto político conturbado, outra vez mais, tornaram-se evidentes na atual medida do governo federal, que realizou cortes à educação e saúde, para cobrir redução do diesel após a greve dos caminhoneiros. Houve cancelamento de R\$ 3,82 bilhões de dotações orçamentárias aos Ministérios da Educação e Saúde, para viabilizar subvenção do diesel. Na educação, especificamente, R\$ 55,1 milhões de bolsas do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) foram canceladas (MARCHESINI, 2018).

A Ufes, na qualidade de autarquia federal, é instituição dependente de recursos da

União para o custeio de suas atividades. Sua moção (ANEXO B) tem-se preocupado com a continuidade do processo de expansão e interiorização da universidade. Embora o teto dos gastos públicos apenas seja aplicado à educação a partir de 2018, a Andifes alertou que o orçamento proposto para 2017 não era suficiente para suprir as necessidades de custeio e investimento das universidades federais. Segundo a CONOF, as principais restrições na educação superior, comparadas a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2017 e a LOA de 2016, foram na concessão de bolsas de estudo, com valor de R\$ 620,2 milhões, subtração de 16,3%; no funcionamento das instituições federais, com o valor de R\$ 478,1 milhões, subtração de 9,2%; e, na reestruturação e modernização dos hospitais universitários, com o valor de R\$ 262,3 milhões, subtração de 71,4%.

O processo de descentralização da aplicação dos recursos, adotado pela Ufes, transfere responsabilidades às unidades orçamentárias, entre as quais os centros acadêmicos. Cada centro acadêmico dispõe de um conselho departamental, que é instância colegiada com representação dos integrantes da comunidade acadêmica (BRASIL, 2002). Assim, a descentralização ocorrida na gestão orçamentária da instituição amplia a possibilidade de acesso às informações sobre a disponibilidade dos recursos e, conseqüentemente, facilita a participação cidadã no respectivo processo decisório. Embora a descentralização orçamentária na Ufes tenha sido iniciativa da alta gestão – em contexto de limitação de repasses financeiros do governo federal –, a participação não deve limitar-se ao conjunto de determinada política pública.

Como a participação é uma aspiração de que todos os envolvidos contribuam para o bem-estar da comunidade inserida nas relações do território, participar deve ser visto como um processo educativo e que transcenda o período, por exemplo, de implementação de uma política pública (TENÓRIO, 2016a, p. 78).

Participação também não se limita ao controle da sociedade sobre os atos da gestão pública. “Enquanto o controle social ocorreria ex post aos atos da administração pública, a participação popular pode acontecer ex ante ou durante os atos da administração pública” (TENÓRIO; KRONEMBERGER, 2016, p. 24). Assim sendo, participação presume proatividade.

Controle social é o ato realizado individual ou coletivamente pelos membros da sociedade, por meio de entidades juridicamente organizadas ou não, através dos diversos instrumentos jurídicos colocados à disposição da cidadania para fiscalizar, vigiar, velar, examinar, inquirir e colher informações a respeito de algo (SIRAQUE, 2009, p. 103).

O controle social é mecanismo de acesso e inferência a informações, útil ao desenvolvimento das condições propícias à participação cidadã. Enquanto a informação é o requisito chave para o controle social, “[...] o conhecimento é o conteúdo básico das relações sociais em um processo que busca a participação [...]”, considerando que “[...] quem possui conhecimento ou informação detém poder, qualquer que seja a relação social”. Entretanto, “[...] participar é uma prática social na qual os interlocutores detêm conhecimentos que, apesar de diferentes, devem ser integrados” (TENÓRIO, 1990, p. 163). Desta forma, a qualidade do processo deliberativo pode ser afetada positivamente pela transparência, que consiste em visibilidade e capacidade de inferência das informações (MICHENER; BERSCH, 2011; 2013; ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA; RICCIO, 2015).

Entre os principais propósitos da transparência no setor público, destaca-se a participação social como meio de fortalecimento da cidadania democrática (ZUCCOLOTTO et al., 2015; BRASIL, 2016a). Em princípio, esse propósito conduz à ideia de controle social da gestão. Contudo, a forma de implementar as políticas de transparência pode, no contexto organizacional, induzir a um propósito oposto: o controle organizacional, ou seja, o controle de atividades pelos que estão no topo da hierarquia burocrática, considerando que quem controla a informação pode manter o poder (TENÓRIO, 1990). Essa bipolaridade da transparência pode ser identificada por meio de análise dos principais indicadores utilizados por Rosário, Pérez e Cañadas (2011) para a avaliação de transparência em universidades.

Em linhas gerais, transparência é a qualidade que se busca em razão de algum planejamento de ações. Diversos são os contextos de aplicação dos estudos sobre transparência, com destaque às perspectivas contábil, orçamentária, institucional ou organizacional (BRASIL, 2014b; ZUCCOLOTTO et al., 2015). Além das diferentes perspectivas, transparência pode ser analisada com base nas classificações propostas por Zuccolotto et al. (2015), entre as quais se destacam as dicotômicas ativa/passiva (YAZIGI, 1999), retroativa/tempestiva e nominal/efetiva (HEALD, 2006). As categorias propostas por Heald (2006) foram úteis para aprimorar a análise sobre transparência e evitar resultados simplistas. Porém, Raab (2008) afirma que a validade dessa tipologia pode ser testada somente em pesquisa adicional. O texto de Zuccolotto et al. (2015) ampliou o rol das classificações da transparência, porém não testou

sua validade. A intenção do autor foi justamente reposicionar o debate sobre transparência no Brasil, com suporte nesses conceitos teóricos identificados em literatura internacional.

Para que a análise da transparência venha a ser relevante, ou seja, para que se amplie a participação da sociedade sobre os processos decisórios – relacionados às políticas públicas –, é necessário que haja critérios coerentes com tal finalidade. Justifica-se essa afirmação, tendo-se em vista que: a qualidade da participação cidadã é elemento protagonista de análise dos processos decisórios sob a perspectiva da cidadania deliberativa (TENÓRIO, 2012); a principal finalidade da transparência é a participação da sociedade (ZUCOLOTO et al., 2015) e, nessa perspectiva, faz-se possível a adaptação dos critérios pautados na cidadania deliberativa, tendo por objetivo a constituição de um modelo adequado à análise da transparência. Ante o exposto, colocou-se como questão de pesquisa: **critérios de análise de processos decisórios pautados na cidadania deliberativa são adequados à análise da transparência?**

Assim como a participação, a transparência é um dos principais fundamentos à cidadania deliberativa. Especificamente se deve ter em conta que, enquanto os critérios à análise de disponibilização das informações são facilmente identificáveis na legislação e na literatura acadêmica, o mesmo não se pode dizer quanto à clareza, ou mesmo acerca da influência de tais informações no contexto organizacional, em termos de participação. Nesse sentido, objetivou-se **analisar a transparência no contexto da descentralização orçamentária da Ufes sob a perspectiva da participação cidadã**. Entrementes, com o propósito de subsidiar o êxito desse objetivo geral e a consequente resposta à questão de pesquisa, foram considerados os seguintes objetivos específicos: (i) adaptar os critérios de análise dos processos decisórios, sob a perspectiva da cidadania deliberativa, para o contexto dos conselhos departamentais da Ufes; (ii) categorizar, no contexto do processo decisório, os critérios de análise da transparência em conselhos departamentais da Ufes, sob a perspectiva da participação cidadã; (iii) caracterizar o processo decisório de alocação dos recursos no âmbito da descentralização orçamentária da Ufes, sob a perspectiva da participação cidadã; (iv) interpretar percepções de integrantes da comunidade acadêmica da Ufes quanto à transparência no processo decisório orçamentário dos centros acadêmicos.

As pesquisas sobre transparência em universidades brasileiras têm-se concentrado no setor público federal, principalmente por meio dos resultados iniciais da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011), conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI). Essa normatização relativa à divulgação tempestiva das informações na rede mundial de computadores demonstra as convergências e divergências com os indicadores de transparência

utilizados em pesquisas oriundas das universidades brasileiras (PESSÔA, 2013; RODRIGUES, 2013; MONTEIRO, 2014; AZEVEDO; LYRIO; LUNKES; ALBERTON, 2016; SILVA, 2016). De igual forma, também demonstra os indicadores de transparência advindos de outros países (DIXON; COY; TOWER, 1991; CATÓLICO, 2011; ROSARIO et al., 2011; SARAITE-SARAIENE; RODRÍGUEZ; ROSARIO, 2018). Para os parâmetros provenientes dos indicadores tanto locais quanto internacionais, o principal critério de análise é o grau de divulgação de determinadas informações na internet. Assim, o conceito de transparência tem sido utilizado em uma perspectiva que pode ser chamada de prestação de contas (*accountability*). Avalia-se a disponibilidade de informação, mas não se considera a forma como os atores sociais a percebem e com ela interagem em decorrência da sua qualidade.

Enquanto a pesquisa de Rodrigues (2013) abarcou indicadores de dez universidades sediadas em estados das Regiões Sul e Centro-Oeste, a de Pessoa (2013) abrangeu todo o território nacional, com utilização de extensa relação de indicadores nacionais e estrangeiros. A pesquisa de Monteiro (2014) teve abrangência nacional, porém abarcou somente indicadores previstos na LAI. Nessa mesma linha, Azevedo et al. (2016) avaliaram o grau de transparência dos sites das universidades federais do Sul do Brasil em uma perspectiva legal. O estabelecimento de *rank* das universidades quanto ao atendimento à LAI incentivou o surgimento de pesquisas qualitativas em algumas universidades. Souza (2015) realizou estudo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em que demonstrou que a LAI não é suficiente para promover transparência na universidade, pois esta depende de fatores internos à instituição, como a qualificação do gestor. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Ribeiro (2017) aprofundou o entendimento sobre as implicações do baixo grau de atendimento à LAI.

Outra abordagem utilizada na avaliação da transparência universitária teve por base a investigação dos respectivos relatórios de gestão. Nessa abordagem, Zorzal (2015) analisou cinco instituições quanto às práticas de boa governança, considerando determinações legais pertinentes à Administração Pública Federal (APF). Essa pesquisa destacou que as informações precisam ser tempestivas, claras e acuradas. Gama (2015) estudou a demanda por informações contábeis de universidades federais brasileiras. A regularidade e o perfil dessas requisições demonstram a relevância do contexto universitário para o campo teórico da transparência. Silva (2016) utilizou regressão linear múltipla para analisar fatores que determinam a implementação de governo eletrônico (*e-government*) nas universidades federais brasileiras. Sua pesquisa, com base em checagem dos sítios eletrônicos dessas instituições, confirmou o baixo nível de divulgação de informações contábeis (*disclosure*). Gama e Rodrigues (2016) aplicaram

questionários aos gestores da Ufes atuantes no Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF) e na Ouvidoria Geral, a fim de identificar os principais desafios na transparência de suas contas públicas no que concerne à implementação da LAI. Monteiro (2013), por outro lado, analisou a transparência na Ufes na qualidade de ferramenta de ampliação do caráter democrático dos conselhos superiores. Contudo, também se restringiu à análise de atendimento ao arcabouço jurídico estabelecido.

Seja no setor público, seja no setor privado, a educação é de interesse público; logo, sua gestão tem que ser transparente. A vantagem do setor público é a oficialização da transparência como elemento facilitador da participação social (BRASIL, 2016a). Contudo, a regulamentação da transparência não se tem mostrado suficiente para viabilizar a efetiva participação. A legitimidade da participação, voltada à conquista da cidadania, imprescinde do “[...] envolvimento ativo do indivíduo na construção da realidade que almeja” (TENÓRIO; ROZENBERG, 1997, p. 116). Sendo assim, as análises da transparência em universidades não podem limitar-se a identificar o grau de atendimento à legislação vigente.

Gomes, Andrade, Dalton e Alves (2016) identificaram, por meio de revisão de literatura sobre transparência no setor público, oportunidades para estudos aplicáveis ao contexto universitário que considerem a confiança (GRIMMELIKHUIJSEN; PORUMBESCU; HONG; IM, 2013) e o engajamento (ARMSTRONG, 2011) dos cidadãos, assim como possíveis efeitos da participação pública na gestão orçamentária (HARRISON; SAYOGO, 2014). Na perspectiva conceitual, a distinção da transparência em tipos (GRIMMELIKHUIJSEN; WELCH, 2012), relacionada à precisão de sua descrição, constitui uma temática atual. As demais oportunidades estão inseridas no contexto da disseminação das novas tecnologias de informação e comunicação na sociedade. Esta pesquisa alinha-se, assim, às oportunidades identificadas por Gomes et al. (2016), considerando os critérios de cidadania deliberativa desenvolvidos por Tenório (2012), bem como o contexto da descentralização orçamentária da Ufes. Do mesmo modo, alinha-se ao atendimento proposto por Zuccolotto et al. (2015) quanto ao reposicionamento do debate sobre a transparência no Brasil por meio de investigação do seu conceito e da concomitante classificação.

## 2 O CASO DA UFES

A Ufes, única universidade pública do estado do Espírito Santo, é uma autarquia federal que realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão em quatro *campi* (Alegre, Goiabeiras, Maruípe e São Mateus). O *campus* Goiabeiras, onde se situa a reitoria, é o mais antigo e agrega sete centros acadêmicos, além das principais estruturas administrativas da universidade. O *campus* Maruípe agrega o Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes (Hucam) e o Centro de Ciências da Saúde (CCS). Enquanto os *campi* Goiabeiras e Maruípe se localizam na capital, os *campi* Alegre e São Mateus, criados com base na política de expansão e interiorização universitária, localizam-se no sul e norte do Estado, respectivamente. Toda essa estrutura gera elevada demanda de recursos financeiros à aplicação em investimentos e despesas correntes (custeio), conforme divulgado em matéria especial do Jornal Informa<sup>1</sup> (NA CRISE, 2017).

A contabilidade pública nacional evidencia que o atual governo tem priorizado o incentivo ao ensino superior privado em comparação com as provisões financeiras destinadas aos gastos com ensino superior público. Na Tabela 1, demonstra-se que, no biênio 2016-2017, a proporção dos valores empenhados para a concessão de financiamento estudantil foi superior aos dos biênios anteriores. Assim, caracteriza-se um contexto em que o financiamento privado é politicamente apresentado como alternativa ao custeio público do ensino superior.

Tabela 1: Comparativo entre empenhos para o ensino superior e o FIES

<b>Biênios</b>	<b>Ensino superior</b>	<b>FIES</b>	<b>Proporção entre FIES e ensino superior</b>
2014-2015	11.921.067.920,26	6.194.893.270,50	0,52
2015-2016	13.766.438.153,64	7.213.912.668,50	0,52
2016-2017	14.101.264.765,89	8.729.346.214,00	0,62

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponibilizados no Portal da Transparência, 2018

Para 2017, a LOA limitou os gastos do Ministério da Educação em R\$ 107,5 bilhões, correspondentes a 3,1% do orçamento federal. Desse montante, R\$ 867.777.467,00 seriam repassados para a Ufes. Considerando que parte desses valores são geridos pelo Tesouro Nacional para pagamento de salários, aposentadorias, pensões e auxílios, restou à Ufes uma previsão de repasse mensal de R\$ 11.851.035,25 e R\$ 1.416.556,33, totalizando R\$

<sup>1</sup> Informativo da Universidade Federal do Espírito Santo.

142.212.423,00 e R\$ 16.998.676,00 à aplicação em custeio e investimento, respectivamente, durante o ano de 2017 (NA CRISE, 2017).

Além da restrição orçamentária, prevista na LOA de 2017, a Presidência da República, por meio do Decreto n.º 8.691, reduziu 33,3% do repasse financeiro durante os três primeiros meses, e não há certeza dos próximos repasses. Desse modo, é constante a preocupação da universidade para continuar suas ações de ensino, pesquisa e extensão, as quais são dependentes das alocações financeiras em investimentos e despesas correntes (NA CRISE, 2017).

Os investimentos na Ufes são necessários para a estruturação de suas atividades essenciais e manutenção do crescimento dos seus cursos. Enquanto a estruturação de atividades depende de equipamentos e materiais permanentes, a manutenção do crescimento dos cursos depende de obras e instalações. Entre as contenções previstas na alocação de recursos com despesas correntes, destacam-se as despesas com material de consumo e os gastos com câmeras e terceirização de vigilantes. Apesar da restrição orçamentária, está previsto o aumento do valor destinado à assistência a estudantes (NA CRISE, 2017).

A gestão da Ufes tem adotado o princípio de realocação de recursos, priorizando a manutenção das atividades consideradas essenciais. Nesse caso, iniciou um procedimento de descentralização do processo decisório. Os critérios de rateio foram definidos pela Pró-Reitoria de Administração (Proad) em conjunto com a Pró-Reitoria de Planejamento (Proplan), em sua proposta de alocação orçamentária (UFES, 2017b), conforme apresentados no Quadro 1.

<b>Critério de rateio</b>	<b>Despesas rateáveis</b>
Aluno	Transporte para atividades didáticas e ajuda de custo.
Aluno equivalente	Consumo.
Servidores	Telefonia fixa.
Pessoas	Energia elétrica, água, limpeza de fossas e manutenção de bebedouros.
Pessoas + área construída	Coleta de lixo.
Área construída	Manutenção predial, limpeza de área verde, controle de pragas, segurança e limpeza (terceirizados).
Valor real (gasto no ano anterior)	Manutenção de elevadores, terceirizados (exceto limpeza), veículos (combustível e manutenção), informática (manutenção e suprimentos), bolsas para alunos, diárias e passagens.

**Quadro 1: Critérios de rateio orçamentário.**

**Fonte:** Adaptado da proposta de alocação orçamentária UFES, 2017b.

Com base nesses critérios, parte dos recursos da Ufes foram distribuídos entre as suas unidades orçamentárias. Na Tabela 2, sintetizam-se os respectivos percentuais de rateio.

Tabela 2: Percentuais de rateio entre grupos de unidades orçamentárias

Unidade orçamentária	Percentual de rateio (%)
Centros acadêmicos dos <i>campi</i> Goiabeiras e Maruípe	44,33
<i>Campus</i> Alegre	11,47
<i>Campus</i> São Mateus	9,09
Pró-Reitorias	17,25
Secretarias e outros	7,95
Reitoria	9,91
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Adaptada da proposta de alocação orçamentária UFES, 2017b

Nesta pesquisa, o caso é delimitado ao processo decisório de realocação orçamentária nos centros acadêmicos instalados nos *campi* Goiabeiras e Maruípe. Cada centro acadêmico representa uma unidade orçamentária, cujos percentuais de rateio estão especificados na Tabela 3.

Tabela 3: Percentuais de rateio entre os centros acadêmicos dos *campi* Goiabeiras e Maruípe

Unidade orçamentária	Percentual de rateio (%)
Centro de Artes (CAR)	4,62
Centre de Ciências Exatas (CCE)	3,44
Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN)	7,59
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)	6,73
Centro de Ciências da Saúde (CCS)	8,95
Centro de Educação (CE) + Centro de Educação Infantil Criarte	2,22
Centro de Educação Física e Desportos (CEFD)	4,03
Centro Tecnológico (CT)	6,75
<b>Total</b>	<b>44,33</b>

Fonte: Adaptada da proposta de alocação orçamentária UFES, 2017b

A decisão de realocação dos recursos no centro acadêmico deve respeitar prioridades que podem ser definidas no Conselho Departamental, instância colegiada deliberativa composta majoritivamente por docentes, além da representação dos técnicos-administrativos e dos estudantes. Algumas despesas não podem ser rateadas e, assim, foram alocadas diretamente para as unidades orçamentárias responsáveis pela respectiva execução, conforme se observa no Quadro 2.

Unidade orçamentária	Despesas não rateáveis
Proad – Pró-Reitoria de Administração	Imprensa Nacional, comunicação oficial em jornais locais, Gráfica (serviços terceirizados), Mensageira e Correios.
Progep – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	Manutenção de câmara fria do Restaurante Universitário (RU), gás do RU e seguro de trabalho.
PRPPG – Pró-Reitoria de Pesquisa de Pós-Graduação	Registro de patentes e base de dados Thomson.
NTI – Núcleo de Tecnologia da Informação	Telefonia móvel, manutenção da central telefônica, <i>link</i> de internet, manutenção do Sistema de Informação para o Ensino (SIE), manutenção do ponto eletrônico e certificação digital.
PU – Prefeitura Universitária	Ar refrigerado (instalação e manutenção), manutenção dos extintores de incêndio, manutenção do grupo gerador de Vitória e coleta de animais mortos.
Supecc – Superintendência de Cultura e Comunicação	Terceirizados do Teatro Universitário.
CCHN	Manutenção do gerador Aracruz.

**Quadro 2: Despesas não rateáveis alocadas diretamente.**

**Fonte:** Adaptado da proposta de alocação orçamentária UFES, 2017b.

A Proplan/Proad elaborou o Plano de Gestão Orçamentária (PGO), que estabelece critérios e procedimentos para a operacionalização das (re)alocações. Foram classificadas como *realocáveis* as despesas rateáveis que apresentam possibilidade de medição específica à unidade orçamentária. No Quadro 3, apresenta-se a operacionalização dessas alocações.

Despesas	Operacionalização
Diárias e passagens	A operacionalização será pelo Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP). Os saldos do SCDP serão mensalmente informados no SIE para possibilitar que sejam realocados para outras rubricas, se necessário.
Ajuda de custo a estudantes	Operacionalização pelo SIE nos moldes de diárias e passagens – há necessidade de prestação de contas.
Transporte	Orçamento prévio pelo SIE, havendo duas situações: com veículo da Ufes e com veículo terceirizado.
Consumo	Duas situações (já implementados no SIE): materiais de almoxarifado e materiais específicos.
Manutenção predial	Necessidade de orçamento pelo gestor do contrato. Utilizará, no primeiro momento, o sistema específico da PU para pedidos e orçamento. A despesa precisará ser autorizada pelo gestor da unidade também no SIE. Somente após autorizada a despesa no SIE, o serviço poderá ser executado. <b>Informática:</b> suprimentos e manutenção de equipamentos. <b>Refrigeração:</b> manutenção.
Informática	
Refrigeração	
Serviços gráficos	Não foi alocado nenhum valor para esse serviço. Somente poderá ser executado se houver transferência de recursos de outras rubricas. Mesmo procedimento da manutenção predial. Orçamento direto no SIE em fase de alimentação do catálogo de serviços.

**Quadro 3: Operacionalização das despesas realocáveis.**

**Fonte:** Adaptado do PGO UFES, 2017a.

Algumas despesas rateáveis estão classificadas como não realocáveis, mas podem ser reclassificadas, conforme se apresenta no Quadro 4.

Despesas	Situação
Abastecimento de água	Assim que houver medição direta, serão reclassificadas como realocável.
Manutenção de bebedouros	
Manutenção de elevadores	
Energia elétrica	
Telefonia fixa	
Bolsas estudantes Paepe I e II	Decisão do Conselho Universitário (CUn).
Estágio	Serão reclassificadas assim que houver o ajuste de alocação a ser realizado pela PU e PROGEP.
Mão de obra especializada	
Mão de obra para limpeza	Será reclassificada assim que o orçamento puder ser realizado via sistema automatizado.

**Quadro 4: Despesas não realocáveis com possibilidade de reclassificação.**

**Fonte: Adaptado do Plano de Gestão Orçamentária UFES, 2017.**

As demais despesas rateáveis (limpeza de área verde, dedetização, segurança, limpeza de fossas e coleta de lixo) são de natureza não realocável. Os valores dessas despesas são apenas informativos referentes às unidades orçamentárias dos *campi* Goiabeiras e Maruípe (UFES, 2017a). Assim sendo, as despesas foram classificadas quanto às possibilidades de rateio e realocação, sendo a descentralização dos recursos dependente de ambos os fatores. A alocação de recursos é um dos principais processos inerentes à gestão pública, e, no caso da Ufes, que interessa a esta pesquisa, refere-se à transparência do processo decisório concernente ao respectivo planejamento orçamentário. Tem por base a análise da participação cidadã nos conselhos departamentais dos centros acadêmicos dos *campi* Goiabeiras e Maruípe.

### 3 PROCESSO DELIBERATIVO

As organizações públicas, por natureza, deveriam incentivar a cidadania democrática [cidadania deliberativa] em todos os níveis, tendo a emancipação como um valor a ser conquistado mediante ações verdadeiramente racionais [racionalidade comunicativa], o que “[...] só pode acontecer pela remoção das restrições à comunicação” (DENHARDT, 2012, p. 236). Nesse âmbito, a racionalidade envolvida nos processos decisórios do setor público seria menos limitada. O conceito de racionalidade limitada foi desenvolvido em contraposição ao conceito clássico de racionalidade absoluta, reconhecendo “[...] que os integrantes das organizações têm necessidades, motivos e impulsos, e que sofrem limitações em seus conhecimentos e em sua capacidade de aprender e resolver problemas” (MARCH; SIMON, 1975, p. 192). Considerando que há limitação da racionalidade humana e a decisão (ou seleção, ou escolha) é influenciada por “[...] processos psicológicos e sociológicos que incluem as atividades da pessoa que faz a escolha e as de outros integrantes do ambiente” (MARCH; SIMON, 1975, p. 196), deve-se ter em conta que o processo de decisão se ocupa da necessidade da descoberta e escolha das opções possíveis. “Somente em casos excepcionais, preocupa-se com a descoberta e, seleção, de alternativas ótimas” (1975, p. 198).

March e Simon (1975, p. 194) argumentam que o modelo clássico de racionalidade só seria possível em condições de certeza, pressupondo que “[...] quem decide possui conhecimento completo e exato das consequências de cada alternativa”. Embora o conceito de racionalidade limitada tenha superado o conceito clássico de racionalidade, ambos os conceitos fazem parte do contexto da gestão estratégica, a qual tem sido contradita no contexto da gestão social. A gestão social contrapõe-se, por sua vez, à gestão estratégica, porque objetiva a emancipação por meio da racionalidade comunicativa. Em outras palavras, a preocupação da gestão social “[...] é com o envolvimento de todos os concernidos [participação coletiva] nos processos de tomada de decisão [...]”, configurando-se como “[...] uma alternativa teórica e prática ao pensamento organizacional hegemônico” (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011, p. 698).

### 3.1 Gestão social e participação cidadã

Gestão social, conforme apontado por Tenório e Kronemberger (2016, p. 32), é “[...] o processo decisório deliberativo que procura atender as necessidades de uma dada sociedade, região, território ou município”. Embora esse conceito seja recorrentemente associado ao âmbito do poder público municipal, é necessário estender sua aplicação a outros contextos. Estes, por seu turno, são caracterizados sobre a esfera pública, na qual se articulam “[...] diferentes atores da sociedade civil que, ora em interação com o Estado [...], ora em interação com o capital – agentes econômicos –, ora os três interagindo conjuntamente, vocalizam suas pretensões [...] em prol do bem comum” (TENÓRIO; KRONEMBERGER, 2016, p. 31-32).

Cançado et al. (2011) ressaltam a importância da sociedade e do trabalho como protagonistas nas relações sociedade-Estado e trabalho-capital, respectivamente, as quais devem ser intermediadas pela cidadania deliberativa. Enquanto os parâmetros da gestão social estão na sociedade, a gestão estratégica guia-se pelo mercado. Opostamente à gestão social, a gestão estratégica está presa à racionalidade instrumental com “[...] mecanismos decisórios hierarquizados” (CANÇADO et al., 2011, p. 698), sem compromisso com a emancipação. Gestão social é campo de pesquisa próximo da ação comunicativa habermasiana, pois caracteriza-se pela dialogicidade, por meio da qual todos os agentes têm liberdade de falar, assim como pela tomada de decisão coletiva “[...] baseada no entendimento, na argumentação e não na negociação [ou convencimento] no sentido utilitário do termo” (CANÇADO et al., 2011, p. 696).

O segredo e a assimetria de informação podem inviabilizar a tomada de decisão coletiva baseada no entendimento esclarecido. A motivação de quem divulga informação pode ser coletiva ou particular, determinada pela sociedade ou pelo mercado. A resposta a esses dilemas definirá se o ator está imerso em um contexto onde se preponderam a gestão estratégica ou a gestão social (CANÇADO et al., 2011). Sendo assim, transparência é um tema relevante no campo da gestão social. Estanislau e Loebel (2009) esclarecem o dilema da ação no interior das organizações, ao resgatar aquilo que Habermas chamou de colonização do “mundo da vida” pelo “sistema”. O mundo da vida é o espaço onde ocorrem as relações interpessoais com base na reciprocidade e nas relações dialógicas por natureza. O sistema pode ser representado pelas organizações que se impõem sobre a personalidade humana em busca de poder e dinheiro (ESTANISLAU; LOEBEL, 2009). O sistema é o âmbito em que a racionalidade instrumental se estabelece por meio de processos monológicos. São processos que não abrem margem à

discussão sobre os valores sociais das ações executadas pelos trabalhadores.

A participação dos indivíduos no processo decisório não está alinhada somente aos objetivos organizacionais compartilhados, pois, na concepção política, as organizações são consideradas “[...] redes de pessoas independentes, com interesses divergentes” (BIN; CASTOR, 2007, p. 38). Entretanto, a gestão social objetiva o interesse comum e, assim, “[...] deve ser determinada pela solidariedade em busca da justiça social [...]”, diferentemente da gestão estratégica, que privilegia o lucro por meio de processos competitivos (TENÓRIO; KRONEMBERGER, 2016, p. 14). Nesse contexto, o conceito de gestão social é uma utopia (CANÇADO et al., 2011) que aponta uma direção para a sociedade. Como antitético ao conceito de gestão estratégica, demonstra as contradições pertinentes ao processo gerencial praticado na sociedade, o qual nem sempre é totalmente estratégico, tampouco totalmente social.

A proposta de Habermas quanto à organização política da sociedade “ênfatiza o processo por meio do qual o sistema político constrói novas formas de consenso” (TENÓRIO, 2016a, p. 26). Sendo assim,

[...] pode-se entender a democracia deliberativa como um processo de institucionalização de um conjunto de práticas e regras, tanto formais quanto informais, que, pautadas no pluralismo, na igualdade política e na deliberação coletiva, minimizam os óbices para a cooperação e o diálogo livre e igual e, dessa forma, interferem positivamente nas condições de desigualdades sociais (TENÓRIO, 2016a, p. 29).

Por outro lado, a compreensão sobre cidadania deliberativa é suportada pelos conceitos de esfera pública e sociedade civil, conforme argumentam Tenório e Kronemberger (2016). Por meio da esfera pública, a cidadania deliberativa é exercida por integrantes da sociedade civil. Tal exercício é feito no ato de questionar o predomínio político do Estado e/ou do capital, para “[...] que se desenvolva plenamente o potencial de uma democracia deliberativa na qual o voto é um dos elementos de seu processo e a participação cidadã, a sua maior referência” (TENÓRIO; KRONEMBERGER, 2016, p. 17). A esfera pública caracteriza-se como um “[...] espaço possível de comunicação e de deliberação entre a sociedade civil, o Estado e o capital” (TENÓRIO; KRONEMBERGER, 2016, p. 17). Nesse sentido, “[...] representa a possibilidade de a sociedade influenciar nas decisões públicas” (TENÓRIO; KRONEMBERGER, 2016, p. 22).

[...] a esfera pública deve identificar, compreender, problematizar e propor soluções aos problemas da sociedade, de uma região, de um bairro, de uma comunidade etc., a ponto de tais soluções contribuírem para o desenvolvimento ou controle de políticas públicas, ou que tais propostas possam colaborar com os poderes públicos constituídos (TENÓRIO; KRONEMBERGER, 2016, p. 16).

Da leitura de Clève apud Schier (2002) depreende-se que a participação pode ser por meio do voto, do exercício de cargos, das funções públicas, da colaboração na gestão pública e da participação popular, a qual se aproxima do conceito de cidadania deliberativa (TENÓRIO; KRONEMBERGER, 2016). Se “[...] participar é fazer política e se esta depende das relações de poder percebidas [...]” (TENÓRIO, 1990, p. 163), a participação da comunidade acadêmica não se restringe às reuniões deliberativas, mas estende-se também às demais relações existentes na universidade, seja de ensino-aprendizagem, seja de trabalho. Tenório (2016a, p. 78) enfoca a “[...] participação cidadã sob a ótica deliberativa e por meio da interação dos diferentes atores que constituem um dado território”. Tais atores são incentivados a aprimorar o conhecimento sobre a gestão estatal por meio do desenvolvimento da consciência crítica (SIRAQUE, 2009). Considerando que “[...] a participação deve ser caracterizada como um método que facilite o envolvimento da cidadania, desde os seus diferentes espaços institucionais, em processos decisórios colegiados, em autoridades coletivas [...]” (TENÓRIO, 2016a, p. 78), percebe-se que a noção de esfera pública pode ser estendida a conselhos departamentais de universidades federais. Isso é possível, pois apresentam, em suas discussões, a interação de múltiplos interesses. No entanto, é necessário compreender os limites da participação das partes da sociedade afetadas por suas decisões.

Enquanto é socialmente aceitável que o proprietário de organização privada tenha elevado controle sobre os funcionários, os trabalhadores do setor público fazem parte da sociedade proprietária e, assim, possuem o direito e o dever de participar nas tomadas de decisão. Nessa conjuntura, destaca-se a proposta de Denhardt (2012) para a construção de um novo serviço público. Tal proposta representa uma crítica ao modelo racional, cuja principal ocupação é elucidar causas e efeitos, meios e fins, que tornam os indivíduos peças a serem controladas cada vez mais, alienados às políticas, às decisões, às criatividade e às autorrealizações.

Apesar de operar de forma bastante eficiente, poderíamos ter a desagradável surpresa de constatar que estamos perseguindo objetivos que, quando devidamente entendidos, se mostram em desacordo com os valores de nossa sociedade – com os nossos próprios valores (DENHARDT, 2012, p. 219).

Os atores sociais, não apenas reagem às causas, como supõem os positivistas. Pelo contrário, são, segundo Denhardt (2012, p. 227), “[...] seres conscientes, que agem com propósito e, assim, dão sentido a suas ações”. Em outras palavras, “[...] as pessoas tanto influenciam quanto são influenciadas pelas circunstâncias que as cercam” (DENHARDT, 2012, p. 229). Sendo assim, o estudo relativo às organizações públicas deve priorizar o entendimento da experiência dos atores sociais, sem objetificação nem despersonalização. Disso depende, conforme o autor, a legitimidade da ciência aplicada ao setor público.

### 3.2 Critérios de análise

O Programa de Estudos em Gestão Social (Pegs), inserido na Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape) e oferecido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), tem desenvolvido critérios para analisar os processos decisórios sob a perspectiva da cidadania deliberativa. Tais critérios levam em conta a produção estabelecida por Habermas (2003), Castellà e Jorba (2005), Jorba, Martí e Parés (2007) e também Castellà e Parés (2008), conforme explica Tenório (2012). O Pegs adaptou os critérios de avaliação desenvolvidos pelo Instituto de Governo e Políticas Públicas da Universidade Autônoma de Barcelona (Igap), com respaldo na teoria da redução sociológica, proposta por Guerreiro Ramos (1965), que resumidamente consiste em “[...] uma adequação de procedimentos estrangeiros a realidades locais” (TENÓRIO, 2012, p. 35-36). Esses critérios adaptados foram agrupados em categorias derivadas do conceito de cidadania deliberativa, que significa que “[...] a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum” (TENÓRIO, 2007, p. 54), conforme estão apresentados no Quadro 5.

Tenório (2012, p. 41) ressalta que “[...] os critérios de análise de cidadania deliberativa contribuem como modelo na condução de uma pesquisa que envolva avaliação de políticas públicas ou ações de esfera pública”. Tais critérios podem ser utilizados para “identificar modos, formas, intensidades ou regularidades da participação cidadã em processos decisórios” (2012, p. 41).

<b>Categorias</b>	<b>Crítérios</b>
<b>Processo de discussão:</b> discussão de problemas por meio da autoridade negociada na esfera pública. Pressupõe igualdade de direitos e é entendido como um espaço intersubjetivo e comunicativo que possibilita o entendimento dos atores sociais envolvidos.	<b>Canais de difusão:</b> existência e utilização de canais adequados ao acesso à informação para a mobilização dos potenciais participantes.
	<b>Qualidade da informação:</b> diversidade, clareza e utilidade da informação proporcionada aos atores envolvidos.
	<b>Espaços de transversalidade:</b> espaços que atravessam setores com o intuito de integrar diferentes pontos de vista.
	<b>Pluralidade do grupo promotor:</b> compartilhamento da liderança a fim de reunir diferentes potenciais atores.
	<b>Órgãos existentes:</b> uso de órgãos e estruturas já existentes evitando a duplicação de estruturas.
	<b>Órgão de acompanhamento:</b> existência de um órgão que faça o acompanhamento de todo o processo, desde sua elaboração até a implementação, garantindo a coerência e a fidelidade ao que foi deliberado de forma participativa.
<b>Inclusão:</b> incorporação de atores individuais e coletivos anteriormente excluídos dos espaços decisórios de políticas públicas.	<b>Relação com outros processos participativos:</b> interação com outros sistemas participativos já existentes na região.
	<b>Abertura dos espaços de decisão:</b> processos, mecanismos, instituições que favoreçam a articulação dos interesses dos cidadãos ou dos grupos, dando uma chance igual a todos de participação na tomada de decisão.
	<b>Aceitação social, política e técnica:</b> reconhecimento pelos atores da necessidade de uma metodologia participativa, tanto no âmbito social quanto no político e técnico.
<b>Pluralismo:</b> multiplicidade de atores [...] que estão [...] envolvidos no processo de tomada de decisão nas políticas públicas.	<b>Valorização cidadã:</b> valorização por parte dos cidadãos sobre a relevância da sua participação.
	<b>Participação de diferentes atores:</b> atuação de associações, movimentos e organizações, bem como de cidadãos não organizados envolvidos no processo deliberativo.
	<b>Perfil dos atores:</b> características dos atores em relação as suas experiências em processos democráticos de participação.
<b>Igualdade participativa:</b> isonomia efetiva de atuação nos processos de tomada de decisão nas políticas públicas.	<b>Forma de escolha dos representantes:</b> métodos utilizados para a escolha de representantes.
	<b>Discursos dos representantes:</b> valorização de processos participativos nos discursos exercidos por representantes.
	<b>Avaliação participativa:</b> intervenção dos participantes no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas.
<b>Autonomia:</b> apropriação indistinta do poder decisório pelos diferentes atores nas políticas públicas.	<b>Origem das proposições:</b> identificação da iniciativa das proposições e sua congruência com o interesse dos beneficiários das políticas públicas adotadas.
	<b>Alçada dos atores:</b> intensidade com que as administrações locais, dentro de determinado território, podem intervir na problemática planejada.
	<b>Perfil da liderança:</b> características da liderança em relação à condução descentralizadora do processo de deliberação e de execução.
	<b>Possibilidade de exercer a própria vontade:</b> instituições, normas e procedimento que permitam o exercício da vontade política individual ou coletiva.
<b>Bem comum:</b> bem-estar social alcançado por meio da prática republicana.	<b>Objetivos alcançados:</b> relação entre os objetivos planejados e os realizados.
	<b>Aprovação cidadã dos resultados:</b> avaliação positiva dos atores sobre os resultados alcançados.

**Quadro 5: Cidadania deliberativa: critérios de análise.**

Fonte: Adaptado de Tenório, 2012, p. 39-40.

A autonomia da esfera pública está ligada à sua capacidade de intervir nas questões relevantes para a sociedade. E essa autonomia depende, além do grau de compreensão da linguagem utilizada na comunicação pública, de “[...] um saber especializado suficiente para regular as questões discutidas publicamente” (HABERMAS, 2003b, p. 106).

O bem comum, no pensamento habermasiano, pode ser entendido como resultado de ações comunicativas no contexto da esfera pública. Um desafio implícito no conceito de bem comum seria “[...] mediar, sem repressão, entre a vontade comum, construída normativamente, e o arbítrio dos sujeitos singulares” (HABERMAS, 2003a, p. 137). Essa categoria, embora relevante, não pode ser investigada quantitativamente nesta pesquisa.

#### 4 TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

A transparência está imersa no contexto das organizações. Sendo assim, é natural a utilização das teorias organizacionais para ampliar sua compreensão conceitual. Denhardt (2012) sustenta que a teoria da administração pública está em uma crise de legitimidade proveniente das relações estabelecidas entre política e administração. A política representa a construção da sociedade com base nas intenções individuais e coletivas. Por outro lado, a administração representa planejamento das ações necessárias para gerar eficiência, independentemente da participação dos indivíduos nas tomadas de decisão. Os estudos sobre transparência, inicialmente atrelados às áreas contábil e financeira, tornaram-se relevantes em decorrência da transição democrática ocorrida nos fins dos anos 1980 (MICHENER; BERSCH, 2011). A popularização do termo transparência na área pública tem sido atribuída a algumas organizações, como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que estimularam a adoção de princípios de transparência por parte dos países com os quais mantinham relações (BALL, 2009).

A título de combate à corrupção nos países e nas empresas, transparência surgiu como “[...] uma metáfora para a abertura, honestidade e accountability” (BALL, 2009, p. 297, tradução nossa). Para esse fim, criou-se a Organização Não Governamental (ONG), chamada de Transparência Internacional. A ideia de haver uma demanda de informações por parte do público foi utilizada como justificativa para atender aos interesses do Banco Mundial e de outras organizações internacionais, para classificar países por nível de transparência. Resumidamente, transparência no setor público é entendida como a “[...] disposição de um governo para divulgar dados sobre políticas relevantes” (HOLLYER et al., 2011, p. 1192, tradução nossa).

Contudo, seu significado varia de acordo com o campo de pesquisa. Na literatura sobre relações internacionais, por exemplo, transparência assume a finalidade de “[...] reduzir a corrupção, aumentar a divulgação pública e criar confiança” (BALL, 2009, p. 298, tradução nossa). A literatura sobre organizações sem fins lucrativos, por seu turno, atribui à transparência um sentido semelhante à prestação de contas e vinculado à amplitude da divulgação pública; um meio para gerar responsabilidade e credibilidade (BALL, 2009). A Controladoria Geral da União (CGU), órgão que regulamenta a transparência pública no Brasil, estabelece, em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que transparência é

[...] caracterizada pela possibilidade de acesso a todas as informações relativas à organização pública, sendo um dos requisitos de controle do Estado pela sociedade civil. As informações devem ser completas, precisas e claras para a adequada tomada de decisão das partes interessadas na gestão das atividades (BRASIL, 2016a, p. 16).

O Tribunal de Contas da União (TCU), órgão que fiscaliza a Administração Pública e presta contas ao Congresso Nacional, considera transparência um dos fatores para atingir a governança (BRASIL, 2014b). Com base em Slomski, Macedo, Tavares Filho e Mello (2008), o órgão define transparência como “[...] divulgação oportuna de todas as questões relevantes relacionadas à organização, inclusive situação financeira, desempenho, composição e governança da organização” (BRASIL, 2014b, p. 62). O TCU defende que transparência contribui para a democracia e a cidadania, mas não fiscaliza se esses valores sociais estão sendo alcançados. Na perspectiva dos resultados, seu planejamento estratégico (2015-2021) estabelece como primeiro objetivo “[...] aprimorar a governança e a gestão em organizações e políticas públicas” (BRASIL, 2015, p. 23). Os demais objetivos são estes: “[...] coibir a má gestão dos recursos públicos” (BRASIL, 2015, p. 24); e “[...] fomentar a Administração Pública transparente” (BRASIL, 2015, p. 25). A avaliação da transparência é feita com base no IGG/APF-Transparência<sup>2</sup>.

Desde a LAI, os órgãos públicos brasileiros foram determinados a manter, na internet, uma *página da transparência* em que se disponibilizam informações relevantes à sociedade, além de um relatório anual de gestão. Em muitos casos, a discussão sobre transparência tem-se limitado à questão de divulgação de informações que nem sempre são suficientes para que a sociedade participe democraticamente. Não há comunicação efetiva, apenas um monólogo constituído de envio de informações despersonalizadas e desprovidas de sentido prático. A página da transparência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por exemplo, apresenta informações exclusivamente numéricas relativas às bolsas concedidas, além dos gráficos gerados automaticamente pelo sistema. Cabe registrar que, nessa página da transparência, não há menção ao conceito de transparência de forma estrita (BRASIL, 2016c).

Uma possibilidade de obtenção de informações relevantes é o Serviço Eletrônico de Informações ao Cidadão (e-SIC), por meio do qual as instituições públicas têm determinados prazos para dar acesso a informações requeridas (Brasil, 2016b). Contudo, há diversas formas

---

<sup>2</sup> Índice de Transparência da Administração Pública Federal na qualidade de substrato do Índice Geral de Governança consolidado da Administração Pública Federal.

de responder esquivamente, não atingindo as reais necessidades de informação dos interessados. Em geral as instituições públicas estão ocupadas em formular controles ou em executá-los. Faltam espaços para discussão de políticas públicas que contribuam efetivamente na participação social da sociedade. Em 2013, o TCU (Brasil, 2014a) realizou pesquisa com a participação de 750 gestores com poder decisório nos ministérios, em 27 órgãos da Administração Pública Federal Direta. O objetivo foi captar suas percepções quanto aos sistemas de avaliação e monitoramento. Constatou-se que a adequada produção de informações sobre os resultados dos programas governamentais ainda é um desafio a ser superado. Entre as possíveis causas, evidenciaram-se a falta de estrutura organizacional orientada a esse fim e a alta rotatividade de gestores.

A fim de avaliar a transparência dos sítios eletrônicos de organizações vinculadas à Administração Pública Federal, o TCU elaborou um documento (BRASIL, 2016d) com questões a respeito dos seguintes assuntos: aderência à LAI; institucional; ações e programas; convênios e transferências; receitas e despesas; licitações e contratos; diárias e passagens; servidores e autoridades; informações classificadas; participação social; instrumentos de gestão fiscal; atividades finalísticas; serviço de informações ao cidadão (SIC); serviço eletrônico de informações ao cidadão (e-SIC); e outras questões que são específicas para empresas estatais. Para cada questão, o TCU avaliaria, caso pertinente e possível fosse, se o órgão público cumpre parcialmente, ou não cumpre. As questões desse documento avaliativo guardam semelhança com as questões utilizadas em estudos quantitativos de avaliação de universidades públicas federais, conforme pode ser observado na pesquisa de Pessoa (2013). O controle da gestão pública tem vindo em primeiro lugar, enquanto os valores sociais têm sido tratados como meros adereços. O órgão não viabiliza o exercício do controle pela sociedade. Antes, o que de fato acontece, é a instrumentalização da parte do TCU, para exercer controle sobre os demais órgãos da administração pública. Desse modo, demonstra-se que a avaliação da transparência nos âmbitos acadêmico e governamental tem se limitado a tentar medir a adequação das instituições ao arcabouço legal pertinente, conquanto a legislação brasileira não esteja ajustada aos aspectos teóricos da transparência.

#### 4.1 Perspectivas e classificações da transparência

Zuccolotto et al. (2015) relatam a dificuldade em buscar um entendimento teórico alinhado com a *práxis* cotidiana do uso da palavra transparência nos seus diversos contextos. Realizaram um esforço no intuito de organizar as teorias que classificam ou definem o conceito. Sua contribuição representa um reposicionamento do debate acadêmico sobre o conceito de transparência no contexto público brasileiro, com base em pesquisas sobre o tema bem referenciadas internacionalmente. Os autores atribuem a diversidade de conceitos de transparência à existência de múltiplas perspectivas analíticas que, com exceção da midiática, se diferenciam pelos conteúdos de informação, conforme se ilustra no Quadro 6.

Perspectiva	Conceito de transparência
Contábil	Evidenciação de todas as informações patrimoniais e financeiras para a avaliação das capacidades econômica, financeira e patrimonial.
Orçamentária	Evidenciação de todas as informações orçamentárias para visualização e inferências.
Contratos e convênios	Divulgação de contratos, convênios, termos de parceria e de cooperação para monitoramento.
Processo licitatório	Divulgação de informações sobre a contratação de obras, materiais e serviços por parte dos governos, bem como informações sobre o fluxo desse processo, valores, concorrentes e resultados. A finalidade é permitir que a sociedade civil acompanhe os processos de compras, monitore-os e avalie-os ao final do processo.
Institucional ou organizacional	Evidenciação de todas as informações sobre a organização do Estado, cargos e responsabilidades, além de normas e relatórios. Permite que o Estado seja monitorado pelo cidadão.
Social ou cívica	Existência de mecanismos de informação e atenção ao cidadão e compromisso com a cidadania.
Midiática	Está associado ao acesso público de informação em meio eletrônico, independentemente do respectivo conteúdo.

**Quadro 6: Conceitos de transparência conforme perspectiva.**

Fonte: Adaptado de Zuccolotto et al., 2015.

As classificações da transparência foram organizadas num primeiro momento, tendo em vista a iniciativa (YAZIGI, 1999), variedade, direção (HEALD, 2006) e dimensões conceituais (MICHENER; BERSCH, 2011). Tanto as classificações quanto as perspectivas analíticas, ambas propostas por Zuccolotto et al. (2015), representam um ponto de partida para a análise da transparência. Para referência a esses aspectos teóricos, o termo “variedade” foi desmembrado nos termos “tempo”, “gestão” e “prestabilidade”. Em relação ao tempo, identificou-se uma lacuna teórica: além de retroativa e tempestiva, a transparência pode ser

progressiva. Assim sendo, a organização das classificações da transparência organizada por Zuccolotto et al. (2015) foi adaptada, conforme se nota no Quadro 7.

<b>Categorias</b>	<b>Classificações da transparência</b>
Tempo	Retroativa, tempestiva e progressiva
Gestão	Eventos e processos
Prestabilidade	Nominal e efetiva
Direção	Vertical e horizontal
Iniciativa	Ativa e passiva
Dimensões conceituais	Visibilidade e capacidade de inferência

**Quadro 7: Classificações da transparência.**

**Fonte:** Adaptado de Zuccolotto et al., 2015.

Cada uma dessas classificações será analisada, a fim de fortalecer o arcabouço teórico sobre transparência. Nesse sentido, o quadro apresentado será alterado à medida que novas evidências teóricas ou empíricas forem apresentadas.

**Tempo** — Como transparência retroativa, refere-se à “[...] disponibilização ex post, em intervalos periódicos, das informações sobre a gestão dos recursos públicos [...]” (ZUCCOLOTTO et al., 2015, p. 146) e, na condição de transparência tempestiva, pressupõe disponibilização de informações em tempo real (ZUCOLLOTO et al., 2015; HEALD, 2006). Além de retroativa e tempestiva, propõe-se considerar a existência de um tipo de transparência relacionado ao planejamento de ações. As organizações são, por natureza, instituições responsáveis por darem previsibilidade às atividades organizacionais. Essa previsibilidade consubstancia-se em transparência e, quando submetida à participação social, traduz-se em transparência progressiva. A distinção entre esses tipos de transparência pode ser mais bem compreendida no contexto das perspectivas analíticas, conforme o tipo de interação, que pode ser de análise, monitoramento ou participação, conforme se ilustra no Quadro 8.

<b>Classificações da transparência</b>	<b>Tipo de interação</b>	<b>Perspectivas</b>
Retroativa	Análise	Contábil Orçamentária
Tempestiva	Monitoramento	Contratos e convênios Processo licitatório Institucional ou organizacional
Progressiva	Participação	Social ou cívica

**Quadro 8: Classificação da transparência quanto ao tempo.**

**Fonte:** Adaptado de Zuccolotto et al., 2015.

As perspectivas relacionadas à análise enquadram-se no contexto da transparência retroativa, considerando que as respectivas informações são divulgadas periodicamente e utilizadas para avaliação ou inferência. Por outro lado, as perspectivas cuja principal forma de interação são o monitoramento indicam a transparência tempestiva de estruturas organizacionais e respectivas ações, que estão previstas em processos, contratos e convênios. A perspectiva social ou cívica prevê a participação do cidadão na construção da realidade coletiva. É a participação social de pessoas externas ou internas às organizações, como caso específico. Em contraponto às transparências retroativa e tempestiva, essa perspectiva está associada à transparência progressiva, com disponibilização *ex ante* das informações, conforme ensina Tenório (2016a, p. 24): “[...] a participação popular pode acontecer *ex ante* ou durante os atos da administração pública”. Na medida em que o planejamento seja participativo, o usuário da informação está presente na criação.

**Gestão** — A gestão pública é representada por eventos e processos.

A transparência dos eventos é representada pelos objetos: *inputs*, *outputs* e resultado[s], [...] a dos processos é composta por aspectos processuais e operacionais. Analisando-se os eventos, tem-se: *inputs* são representados pelos tradicionais sistemas públicos de despesa, os *outputs* podem ser mensurados pelo nível de atividade do setor (como o número de cirurgias realizadas) e o resultado é de difícil avaliação, pois envolve questões subjetivas como satisfação e medidas de deterioração, entre outros fatores (como, por exemplo, se a qualidade do atendimento nas unidades de emergência melhorou) (ZUCCOLOTTO et al., 2015, p. 145).

Uma evidente questão referente à transparência é como os recursos arrecadados estão sendo gastos. No entanto, é crescente a preocupação em avaliar a efetiva qualidade dos serviços prestados. A avaliação da efetiva qualidade da gestão pública depende tanto da transparência dos eventos quanto dos processos que transformam *inputs* em *outputs*, assim como dos processos que associam resultados a *outputs* (ZUCCOLOTTO et al., 2015; HEALD, 2006).

Enquanto os processos de transformação estão relacionados às transações intraorganizacionais, os *inputs* e os *outputs* marcam os limites da organização, ou seja, representam, respectivamente, a entrada e a saída do bem econômico. Considerando que as demandas são motivadas por desejos e necessidades, as organizações precisam ser avaliadas também pelos seus resultados, cuja compreensão é afetada pela limitação de conhecimento sobre os processos de associação.

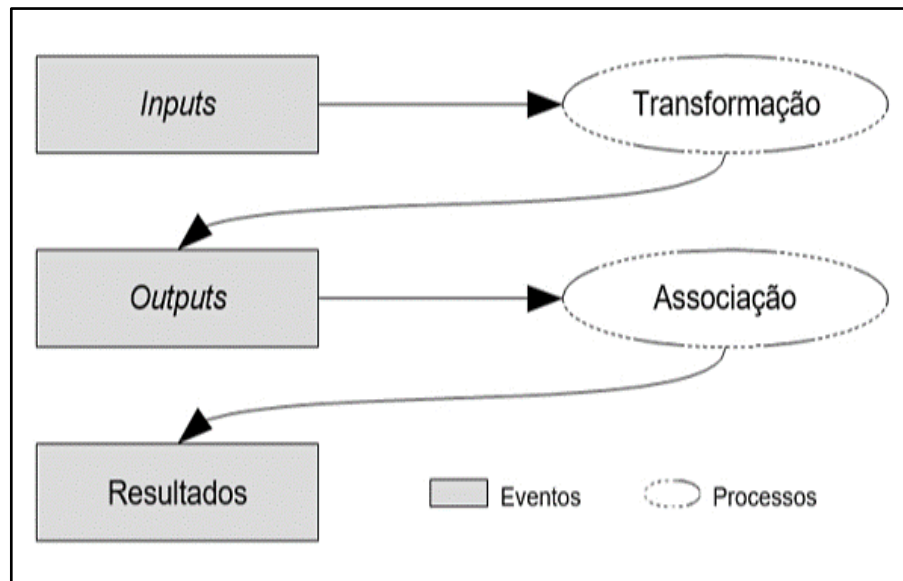


Figura 1: Fluxo de eventos e processos na organização.

Fonte: Adaptada de Heald, 2003, p. 729.

**Prestabilidade** — A dicotomia entre a transparência nominal e a efetiva diz respeito à capacidade de processamento, compreensão e utilização das informações disponibilizadas. Quanto maior for essa capacidade, mais efetiva será a transparência (ZUCCOLOTTO et al., 2015; HEALD, 2006). Em outras palavras, transparência efetiva demonstra maior qualidade da informação em comparação à transparência nominal. Muitos trabalhos acadêmicos mensuram a transparência sem atenção ao fato de que a informação disponibilizada pode não estar adequadamente compreensível. Dessa maneira, esses trabalhos priorizam a avaliação da transparência nominal em detrimento da análise da transparência efetiva.

**Direção** — Transparência “para cima” (vertical) que, na visão de Zuccolotto et al. (2015, p. 143), “[...] pode ser concebida tanto em termos de relacionamentos hierárquicos como da análise agente- principal”. A isso basta que se considerem situações em que “[...] os eleitos precisam monitorar os burocratas [...]” e os proprietários precisam monitorar os contratados. Trata-se de fluxo de informação dos executores (ou agentes) para os que exercem o poder instituído, seja por um mandato eletivo, seja por direito sobre a propriedade da organização. Nesse contexto, a transparência vertical “para cima” facilita a coordenação das atividades intraorganizacionais. Na direção oposta, transparência para baixo (vertical) presume que “[...] os governados podem observar a conduta, o comportamento e/ou resultados de seus governantes” (ZUCCOLOTTO et al., 2015, p. 143). A transparência “para baixo” é condição à participação social e está contextualizada na perspectiva social ou cívica. Transparência “para fora” (horizontal) significa que “[...] o subordinado hierárquico consegue observar o que está acontecendo além da organização” (ZUCCOLOTTO et al., 2015, p. 143). Transparência “para

dentro” (horizontal) significa que “[...] aqueles que estão fora da organização conseguem observar aquilo que ocorre em seu interior” (2015, p. 144). Em resumo, a transparência vertical “para cima” facilita a coordenação da organização; a transparência vertical “para baixo” corrobora a participação social; e as transparências horizontais “para dentro” e “para fora” podem afetar a forma como a organização interage com atores externos.

**Iniciativa** — A transparência ativa é determinada por legislação ou pela voluntariedade da gestão estatal (ZUCCOLOTTO et al., 2015; YAZIGI, 1999, p. 8).

Consiste na divulgação periódica e sistemática de informação acerca da gestão estatal. Trata-se da obrigação imposta aos órgãos do Estado para que, com a periodicidade que a norma aponte, publique todas as informações necessárias para uma avaliação social de seu desempenho. Estas informações compreendem, entre outras, a explicação das funções, atividades, pessoal, orçamento, objetivos, indicadores de gestão, sistemas de atendimento ao cliente, etc., e devem ser estruturadas de modo que permita a comparação entre um e outro exercício (tradução nossa).

Enquanto a transparência ativa independe de solicitação prévia, a transparência passiva decorre da disponibilização de informações requeridas antecipadamente (YAZIGI, 1999). Esse conceito denota que o Estado tem a obrigação de ceder condições de acesso “[...] atempado à informação em poder dos órgãos públicos, salvo mediante razão legalmente estabelecida e imparcialmente acreditada, para justificar a confidencialidade ou sigilo de determinado tipo de informação” (YAZIGI, 1999, p. 9, tradução nossa). Pesquisa sobre os determinantes da transparência em universidades públicas federais (PESSÔA, 2013) revela que a determinação da legislação não é suficiente para que determinadas informações sejam disponibilizadas ativamente por meio da rede mundial de computadores. Outras pesquisas poderão investigar se essa limitação é uma questão de gestão de processos ou inerente à probidade dos gestores.

**Dimensões conceituais** — Transparência trata da qualidade da informação quanto à sua visibilidade e capacidade de inferência. Visibilidade (*visibility*) e a capacidade de inferência (*inferability*) são condições necessárias à transparência (MICHENER; BERSCH, 2011). Visibilidade diz respeito à completitude das informações e à facilidade com que elas são localizadas. A capacidade de inferência está relacionada à qualidade da informação, ou seja, “[...] a medida pela qual a informação disponível pode ser usada para se fazer inferências” (ZUCCOLOTTO et al., 2015, p. 151). A dimensão visibilidade pressupõe que a informação esteja gravada (MICHENER; BERSCH, 2013). Não há necessidade de tanto preciosismo em relação à interpretação literal do termo visibilidade atrelado à visão, pois uma gravação em

áudio também atende ao objetivo de disponibilidade da informação inferível. A gravação permite a recuperação da informação ao longo do tempo, isto é, sua disponibilidade. O critério canais de difusão (TENÓRIO, 2012) aproxima-se dessa dimensão conceitual, ao se relacionar com a facilidade de localização da informação e de sua acessibilidade.

A dimensão capacidade de inferência, conforme propõem Michener e Bersch (2013), está baseada nos fatores desagregação, verificação e simplificação. Cada situação distinta exige diferentes níveis desses fatores. Em paralelo, a qualidade refere-se à “[...] diversidade, clareza e utilidade da informação proporcionada aos atores envolvidos” (TENÓRIO, 2012, p. 39). De fato, os mecanismos de simplificação e desagregação podem tornar a informação mais clara, mais assimilável: desagregação refere-se às informações que estão, em sua originalidade, sem tratamento, sem síntese e sem perda de conteúdo, e, por sua natureza, os dados desagregados podem ser utilizados por especialistas em suas análises; simplificação é o ato de tornar simples o entendimento de um conjunto de informações, ampliando o número de pessoas que podem compreender seus significados; percebe-se, então, o *trade-off* existente entre desagregação e simplificação (MICHENER; BERSCH, 2013); por fim, verificação é a checagem ou conferência da informação por uma terceira parte, como uma auditoria judicial ou extrajudicial (MICHENER; BERSCH, 2013); pressupõe-se que as informações verificadas, ou mesmo verificáveis, são mais confiáveis e, assim, possuem mais capacidade de inferência, mais acurácia.

Michener e Bersch (2013) reconhecem que o diagnóstico desses três fatores não é suficiente para explicar a capacidade de inferência, pois a informação pode ser manipulada no processo. Nesse sentido, seria necessário saber qual é a motivação de quem está fornecendo ou suprimindo informação. Além da motivação, a qualidade no processo depende da “[...] capacidade de todas as partes que medeiam informação” (MICHENER; BERSCH, 2013, p. 239, tradução nossa). Zuccolotto et al. (2015) resgatam diversas perspectivas analíticas que se referem, em linhas gerais, a campos em que o termo transparência é empregado. Em ambos os casos, classes e perspectivas, o autor se limita a explorar o tema alinhado ao setor público. Embora a formulação teórica das dimensões conceituais da transparência esteja, por natureza, relativamente distanciada do campo de aplicação, é possível realizar tal aproximação.

## 4.2 Crítica às perspectivas e às classificações

A crítica às perspectivas e às classificações da transparência foi realizada em duas etapas: a primeira consiste no confronto com os indicadores quantitativos utilizados em pesquisas anteriores; a segunda, no confronto com os critérios de análise dos processos decisórios, sob a perspectiva da cidadania deliberativa. Desta forma, foi possível destacar as contribuições teóricas, específicas do campo da gestão social. Tal crítica resulta em um modelo de análise da transparência dos processos decisórios deliberativos aplicável às universidades federais brasileiras. As pesquisas sobre transparência em universidades brasileiras têm-se concentrado no setor público federal, onde há obrigatoriedade de divulgação tempestiva das informações na rede mundial de computadores. Essa normatização da transparência no Brasil demonstra convergências e divergências entre os indicadores de transparência utilizados em pesquisas realizadas em universidades de outros países (DIXON et al., 1991; CATÓLICO, 2011; ROSARIO et al., 2011; PESSÔA, 2013). Optou-se por analisar a aplicabilidade das classificações da transparência sobre a gestão universitária por meio desses estudos quantitativos, cujos principais indicadores podem ser interpretados com base nas perspectivas analíticas.

Classificaram-se os 139 indicadores de transparência utilizados por Pessoa (2013), entre os quais 30 são de divulgação determinada por normas jurídicas aplicáveis às universidades federais brasileiras, na qualidade de autarquias públicas. Entre os itens obrigatórios, nove foram utilizados no setor privado, por meio da pesquisa aplicada por Rosario et al. (2011) às cem maiores universidades do mundo. Outros 62 indicadores utilizados na pesquisa citada não estão contemplados no arcabouço jurídico que normatiza a transparência no setor público federal. O fato de um indicador não constar como norma jurídica não invalida sua relevância social. Por fim, os demais 47 indicadores foram aplicados exclusivamente ao setor público (DIXON et al., 1991; CATÓLICO, 2011), mas não são itens de divulgação obrigatórios no Brasil.

O processo de classificar os indicadores de transparência evidenciou limitação das atuais perspectivas analíticas. Há um grupo de indicadores que se aproximam conceitualmente da perspectiva midiática e outros que não atendem aos critérios de nenhuma das perspectivas. No entanto, estão bem alinhados com as dimensões conceituais de transparência. Há, enfim, indicadores que parecem referir-se concomitantemente à perspectiva midiática e às dimensões conceituais. O impasse é dissolvido ao reformar as categorias relativas às perspectivas

analíticas. O que se pensava ser uma perspectiva midiática é uma categoria de perspectivas correspondente às dimensões conceituais da transparência: visibilidade e capacidade de inferência. Todavia, reforça-se a ideia de que a capacidade de inferência presume visibilidade. Ou seja, um indicador pode limitar-se à questão da visibilidade da informação ou se estender à capacidade de inferência. As demais perspectivas podem ser agregadas nas categorias conteudística e finalística.

A perspectiva social ou cívica foi a única a ser identificada, a princípio, como finalística. Contudo, a classificação da transparência quanto à direção evidencia que a transparência vertical não é exclusivamente “para baixo”, em que se contextualiza a referida perspectiva. A transparência vertical pode ser “para cima” e, neste caso, a sua finalidade é o controle das atividades organizacionais. Sendo assim, propõe-se também uma nova perspectiva finalística: controle organizacional. É interessante observar que essas perspectivas finalísticas são opostas entre si devido à direção dos respectivos fluxos de informação.

<b>Categorias</b>	<b>Perspectivas da transparência</b>
Conceitual	Visibilidade Capacidade de inferência
Conteudística	Contábil Orçamentária Institucional ou organizacional Processo licitatório Contratos e convênios
Finalística	Social ou cívica Controle organizacional

**Quadro 9: Proposta de categorias para perspectivas da transparência.**

**Fonte: Elaboração própria, 2017.**

Emerge, então, a oportunidade de reformar o quadro de classificações da transparência (Quadro 7), retirando-se as dimensões conceituais, que passam a ser consideradas perspectivas analíticas. O resultado é apresentado no Quadro 10. Saliente-se que essas classificações são construções intermediárias, pois não foram confrontadas com os aspectos teóricos inerentes ao campo da gestão social.

<b>Categorias</b>	<b>Classificações da transparência</b>
Tempo	Retroativa, tempestiva e progressiva
Gestão	Eventos e processos
Prestabilidade	Nominal e efetiva
Direção	Vertical e horizontal
Iniciativa	Ativa e passiva

**Quadro 10: Proposta de categorias para classificações da transparência.**

**Fonte: Elaboração própria, 2017.**

Para cada perspectiva conceitual, conteudística e finalística, foram tabulados (APÊNDICE A) os indicadores obrigatórios no setor público federal e os indicadores utilizados por Rosario et al. (2011). Sendo assim, demonstram-se os limites da reformulação proposta (Quadro 9) em agrupar indicadores de transparência, destacando-se os aspectos mais relevantes.

#### **4.2.1 Indicadores às perspectivas da transparência**

Os principais estudos sobre transparência em universidades têm-se remetido a indicadores binários. Quando o estudo é no setor público federal, os indicadores seguem principalmente os determinantes da LAI, utilizando questionários semelhantes ao elaborado pelo TCU, a fim de fiscalizar o atendimento à lei pelos órgãos públicos. Ora, o conceito de transparência existe independentemente do que esteja prescrito na lei. Por outro lado, as normas que influenciam ou determinam as decisões organizacionais não podem ser negligenciadas.

Os indicadores provenientes da legislação federal estão distribuídos entre as perspectivas conceituais e conteudísticas. Com exceção da exigência de formatos eletrônicos à divulgação de informações financeiras, os indicadores pertinentes à perspectiva conceitual não especificam o tipo de conteúdo da informação objeto da transparência. Apesar dos princípios de cidadania, contemplados na Constituição Federal (BRASIL, 1988), a perspectiva finalística não está adequadamente regulamentada por legislação específica. Por outro lado, Rosario et al. (2011) apresentam indicadores finalísticos, tanto da perspectiva social ou cívica quanto da perspectiva controle organizacional.

**Perspectivas conceituais** — As perspectivas de natureza conceitual tratam do desenvolvimento do conceito de transparência, independentemente do conteúdo e da finalidade da informação. Os indicadores da perspectiva “visibilidade” não se referem à estrutura da

informação. Limitam-se à estrutura da disponibilização e do acesso, por exemplo, ao suporte material ou digital de armazenamento e veiculação de informações com ou sem interatividade. Diferentemente, os indicadores da perspectiva “capacidade de inferência” podem apresentar elementos relativos à facilidade de acesso à informação, contudo indicam necessariamente a confiabilidade na possibilidade de fazer inferências com base na informação disponibilizada.

Os indicadores da perspectiva “visibilidade”, aplicáveis às universidades públicas federais, enfatizam a facilidade de localização e transferência de informações relevantes aos usuários, visando à utilização em diferentes tipos de tecnologias. Rosario et al. (2011) reforçam os indicadores relacionados aos motores de busca na página *web*, formatos eletrônicos utilizados e canal de comunicação com o *webmaster*. Contrariamente, *link* para a página denominada Transparência Pública corresponde a um indicador aplicável exclusivamente ao setor público. Os itens não obrigatórios, por sua vez, priorizam princípios de usabilidade da página *web* e a adoção de sistemas de *e-learning* na universidade. Questões de funcionamento das páginas *web* nas instituições federais de ensino superior têm sido trabalhadas via políticas de comunicação. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por exemplo, adotam um sistema padrão de gestor de conteúdo para disponibilização de informações na internet.

Os indicadores da perspectiva “capacidade de inferência” aplicáveis às universidades públicas federais são referentes a dois critérios relevantes à confiança nas informações disponibilizadas em suas páginas *web*: o primeiro é a data da atualização mais recente das informações contidas; o segundo, a certificação de segurança emitida por entidade independente e sólida. Com maior amplitude, os indicadores apontados por Rosario et al. (2011) estão pautados nos aspectos compreensividade, confiabilidade e comparabilidade da informação, a fim de indicar a capacidade de inferência. Parte desses indicadores serve para avaliar a compreensividade de informações contábeis, financeiras e orçamentárias. Ou seja, foi aplicado um aspecto conceitual a conteúdos informacionais relevantes.

**Perspectivas conteudísticas** — As perspectivas de natureza conteudística abrangem aspectos que envolvem primordialmente normas estruturais (institucional ou organizacional) ou valores monetários (contábil, orçamentária, processo licitatório, contratos e convênios). Em relação à perspectiva contábil, a divulgação da receita e dos gastos executados é obrigatória no setor público federal e constitui-se em indicador consensual entre os setores privado e público. Os demais itens de divulgação obrigatória são os demonstrativos contábeis do último ano, respectiva auditoria ou parecer da CGU e informações sobre repasses ou transferência de recursos financeiros. Além disso, é obrigatório disponibilizar um *link* na página Processos de

## Contas Anuais.

A pesquisa aplicada aos setores privado e público demonstrou um descompasso entre a transparência normatizada exclusivamente para âmbito público federal e a aplicável a ambos os setores. Esta pressupõe informações mais específicas: fluxos de caixa, dívida ativa, variação da dívida, ativos não correntes, variação de ativos não correntes e indicadores financeiros. Observa-se que esses indicadores se referem a graus diferentes de desagregação e simplificação, o que demonstra aproximação da lógica de capacidade de inferência. Naturalmente a transparência pressupõe cumulativamente conteúdo, visibilidade, capacidade de inferência e finalidade.

Na perspectiva orçamentária, o consenso é quanto ao acesso aos orçamentos e execução orçamentária do último ano. Semelhantemente ao que ocorre na perspectiva contábil, Rosario et al. (2011) utilizam outros indicadores de transparência relativos à divulgação do conteúdo. Neste caso, a pesquisa incluiu os indicadores “modificações no orçamento” e “indicadores orçamentários”, este simplifica o conteúdo divulgado, facilita a sua compreensão e, conseqüentemente, amplia a capacidade de inferência. Semelhantemente, a divulgação das modificações orçamentárias permite a comparabilidade, a qual também amplia a capacidade de inferência.

Pessoa (2013) apresenta dez indicadores extraídos da LAI que pertencem à perspectiva institucional ou organizacional. Em linhas gerais, esses indicadores são utilizados para avaliar a divulgação de informações sobre estrutura organizacional, serviços ofertados e acesso às informações no âmbito da universidade. Rosario et al. (2011) concordam com os itens referentes a organograma e órgãos de gestão. Outrossim, extrapolando os limites da legislação, os autores apresentam uma série de indicadores úteis para avaliar a transparência relativa a outras características institucionais. Referem-se às informações sobre gestão institucional e organizacional, estratégica e operacional, resultados e recursos.

Incluídos na perspectiva “processo licitatório”, estão dois indicadores, cuja informação é de divulgação obrigatória no serviço público federal. Correspondem, em síntese, à divulgação dos editais e resultados de licitação. A pertinência inclusiva das universidades privadas, para divulgarem editais de licitação, é promovida por Rosario et al. (2011). A publicação de editais de licitação incentiva o uso de critérios objetivos para a seleção e contratação de fornecedores.

Na perspectiva “contratos e convênios”, foi identificado apenas um indicador específico e obrigatório ao setor público federal: divulgação de contratos de licitação. Complementarmente, Rosario et al. (2011) apresentam dois indicadores: um associado ao padrão estabelecido para fornecedores a serem contratados e outro para identificar informação

sobre obras e serviços licitados.

**Perspectivas finalísticas** — A finalidade da transparência é indissociável do interesse de quem acessa e utiliza a informação. Sendo assim, é possível a existência de múltiplas perspectivas finalísticas. Convém considerar duas perspectivas aderentes aos conceitos em análise: as perspectivas “social ou cívica” e “controle organizacional” são duplamente dicotômicas: a primeira é pautada pela transparência vertical “para baixo”, enquanto a segunda condiz com a transparência vertical “para cima”. A pesquisa de Pessoa (2013) não identificou, na legislação, indicadores de transparência nas duas perspectivas finalísticas. Todavia, Rosario et al. (2011) estabelecem indicadores para ambas: social ou cívica e controle organizacional. Essa dicotomia constitui ponto importante para a efetiva análise do impacto da transparência na qualidade da participação.

A perspectiva social ou cívica, conforme apontada por três indicadores aplicáveis aos setores privado e público, está limitada aos instrumentos sala de conversação (*chat*), foros de discussão na *web* da universidade e caixa de reclamações ou sugestões. Destaca-se que esses indicadores não avaliam o potencial de participação da sociedade nas decisões da organização e, conseqüentemente, não evidenciam valores emancipatórios; estão, pois, contraditoriamente, limitados à racionalidade instrumental.

A perspectiva controle organizacional divide-se em duas vertentes: atividades administrativas e coleta de dados, ambas baseadas em racionalidade instrumental. A coleta de dados é unilateral (transparência vertical “para cima”) e fortalece simplesmente o poder hierárquico. A vertente atividades administrativas subdivide-se em operações *online* e *download* de formulários para tramitação. A facilitação do *download* é apenas uma melhoria de processo organizacional que facilita o fluxo de informação meramente administrativa. A disponibilidade de operações *online* reduz custos para ambas as partes, contudo limita a participação social.

#### 4.2.2 Modelo de análise

A análise empírica da transparência apresenta elementos dos três tipos de perspectiva, destacados nesta pesquisa (conceitual, conteudística e finalística). Dada a profusão de conceitos práticos e teóricos relacionados à transparência, procedeu-se à organização do conhecimento pertinente. Nesse sentido, apresenta-se um modelo de análise que integra elementos teóricos da

transparência ao campo da gestão social. Para fins desse modelo de análise, transparência é entendida essencialmente como capacidade de inferência (MICHENER; BERSCH, 2011), considerando que a visibilidade (acesso à informação) é condição implícita. A transparência está representada nos dois primeiros critérios de análise dos processos decisórios, sob a perspectiva da cidadania deliberativa: qualidade da informação e canais de difusão. São critérios relacionados à qualidade da participação cidadã em processos de discussão: o primeiro é relevante à análise da capacidade de inferência; e o segundo, à análise da visibilidade.

Quanto aos conteúdos informativos, as perspectivas conteudísticas não são estanques. Por exemplo, a contratação da prestação de um determinado serviço pode requerer previsão orçamentária, processo licitatório e respectivos registros contábeis. Alinhada à perspectiva da cidadania deliberativa, o foco da análise é o processo decisório, cujos conteúdos podem variar. A proposição referente à transparência progressiva caracteriza o cidadão como um ator social que participa das ações organizacionais, ou mesmo governamentais, com conhecimento sobre o que está sendo realizado. Essa antecipação é fundamental à tomada de decisões. A transparência não se refere somente às informações que são divulgadas pelas organizações; pelo contrário, faz parte do contexto das ações rotineiras do ambiente de trabalho.

O propósito da transparência é a cidadania deliberativa, que é exercida por meio da participação cidadã. Assim, é de esperar que a análise qualitativa do processo decisório com base nos critérios já elencados no Quadro 9 permita identificar relações entre transparência e a qualidade da participação cidadã. Complementarmente, pode ser realizada uma análise quantitativa com suporte em questões objetivas relacionadas ao contexto participativo. Mediante a identificação das informações demandadas, a capacidade de inferência pode ser analisada com base nos fatores desagregação, simplificação e verificação (MICHENER; BERSCH, 2013). Análise complementar pode ser realizada com base nas categorias apresentadas no Quadro 10.

No Quadro 11, apresentam-se as perspectivas adotadas neste modelo de análise.

<b>Categorias</b>	<b>Perspectivas da transparência neste modelo de análise</b>
Conceitual	Capacidade de inferência (visibilidade, desagregação, simplificação e verificação)
Conteudística	Processo decisório (diversos conteúdos possíveis)
Finalística	Cidadania deliberativa (participação cidadã)

**Quadro 11: Perspectivas da transparência adotadas no modelo de análise.**

**Fonte:** Elaboração própria, 2017.

As dimensões conceituais propostas por Michener e Bersch (2011; 2013) compõem perspectiva fundamental ao reposicionamento do debate sobre transparência na gestão de universidades públicas federais. Nesse modelo de análise, o processo decisório corresponde ao campo de aplicação da pesquisa. O propósito da transparência é a participação cidadã em prol do bem comum, princípio que integra o conceito de cidadania deliberativa. Tal modelo de análise integra conhecimentos discutidos no referencial teórico e pode ser ajustado metodologicamente ao estudo de caso.

## 5 METODOLOGIA

A metodologia foi dividida em quatro etapas: adaptação, categorização, interpretação e modelagem de equações estruturais. O caso da Ufes foi analisado com base em adaptação da metodologia utilizada por Tenório (2012) à avaliação de processos decisórios sob a perspectiva da cidadania deliberativa. A adaptação desses critérios de análise foi relevante para a qualidade da coleta dos dados necessários à categorização, realizada por meio de análise fatorial exploratória, considerando o modelo de análise desenvolvido. A interpretação foi realizada com análise de conteúdo (BARDIN, 1977), tendo por referência as categorias definidas na etapa precedente. Embora a interpretação dos dados seja realizada essencialmente por meio de método qualitativo, houve interface com técnicas quantitativas de pesquisa. Na abordagem qualitativa, um fenômeno pode ser compreendido “[...] a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes [...]” no contexto em que ele ocorre (GODOY, 1995, p. 21).

A explanação inicial sobre o caso da Ufes foi realizada com base em pesquisa documental, que consiste no “[...] exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se interpretações novas e/ou complementares” (GODOY, 1995, p. 24). Os documentos são importantes fontes de dados para alguns tipos de pesquisa, entre os quais o estudo de caso, que consiste em uma análise profunda de uma determinada unidade, que pode ser um ambiente, um sujeito ou uma situação em particular (GODOY, 1995).

Ao considerar que “[...] um mixer de evidências qualitativas e quantitativas usualmente é necessário para fundamentar o estudo de casos” (JOIA, 2004, p. 129), realizou-se uma triangulação de métodos (JICK, 1979), a fim de chegar a conclusões consistentes com base em diferentes vieses e pontos de vista (JOIA, 2004). Trata-se de uma pesquisa utilizada para questionar e refinar o arcabouço teórico atual, considerando que o tema transparência é relativamente novo e necessita de adensamento teórico (RAAB, 2008; ZUCCOLOTTO et al., 2015).

## 5.1 Adaptação

A adaptação teve seu início no referencial teórico, no qual se relacionaram conceitos e categorias relativos à transparência e à participação cidadã. Essa interação, que se resume às perspectivas da transparência apresentadas no Quadro 11 e se estende dos critérios de análise de processos decisórios (Quadro 5) às classificações da transparência (Quadro 10), serviu como parâmetro à categorização e posterior interpretação. Nesse contexto, o resultado prático dessa etapa foi a formulação dos instrumentos de coleta de dados.

Os critérios de análise dos processos decisórios têm sido tradicionalmente aplicados ao contexto de conselhos municipais. Sendo assim, foi imprescindível adaptação, para que fossem aplicados ao contexto dos conselhos departamentais da Ufes. Essa adaptação ao contexto universitário correspondente ao primeiro objetivo específico desta pesquisa é concretizada pela elaboração de um tópico de pesquisa para cada critério (Quadro 12).

<b>Crítérios</b>	<b>Tópicos de pesquisa para coleta de dados</b>
Canais de difusão	<b>P1:</b> Tenho acesso às informações relevantes pertinentes à tomada de decisão no conselho departamental.
Qualidade da informação	<b>P2:</b> As informações relevantes pertinentes a decisões do conselho departamental são compreensíveis.
Espaços de transversalidade	<b>P3:</b> Além do conselho departamental, há espaços para discussão sobre os assuntos relevantes para a comunidade acadêmica local.
Pluralidade do grupo promotor	<b>P4:</b> No conselho departamental, há espaço para potenciais novos líderes.
Órgãos existentes	<b>P5:</b> No conselho departamental, é comum a designação de comissão ou grupo de trabalho para realizar tarefas já incluídas no rol de atividades de algum setor.
Órgão de acompanhamento	<b>P6:</b> Algum órgão da universidade faz o acompanhamento de todo o processo decisório do conselho departamental, garantindo o que foi deliberado de forma participativa.
Relação com outros processos participativos	<b>P7:</b> Atuo em algum sistema participativo na universidade que não seja o conselho departamental.
Abertura dos espaços de decisão	<b>P8:</b> No conselho departamental, todos os indivíduos ou grupos do centro acadêmico têm igual chance de participação na tomada de decisão.
Aceitação social, política e técnica	<b>P9:</b> O processo decisório no conselho departamental necessita de uma metodologia participativa.
Valorização cidadã	<b>P10:</b> A minha participação no processo decisório no âmbito do centro acadêmico é relevante.
Participação de diferentes atores	<b>P11:</b> Movimentos, organizações e também pessoas não organizadas podem interferir no processo deliberativo do conselho departamental.
Perfil dos atores	<b>P12:</b> Já tive experiências em processos democráticos de participação, que não seja o conselho departamental.

Forma de escolha dos representantes	<b>P13:</b> Os métodos de escolha de representantes para atuar no conselho departamental são participativos e democráticos.
Discursos dos representantes	<b>P14:</b> Os discursos exercidos pelos membros do conselho departamental valorizam processos participativos.
Avaliação participativa	<b>P15:</b> Intervenho no acompanhamento e avaliação da execução das proposições aprovadas pelo conselho departamental.
Origem das proposições	<b>P16:</b> Em geral, as proposições discutidas no conselho departamental estão de acordo com os interesses da sociedade.
Alçada dos atores	<b>P17:</b> Em geral, os gestores que atuam em alguma unidade administrativa do centro acadêmico podem intervir nos problemas discutidos no conselho departamental.
Perfil da liderança	<b>P18:</b> O processo de deliberação e execução das proposições submetidas ao conselho departamental é conduzido de forma descentralizadora.

**Quadro 12: Tópicos de pesquisa por critério de análise para subsidiar a coleta de dados.**

**Fonte:** Elaborado com base nos critérios de análise desenvolvidos por Tenório, 2012.

Esses tópicos, em formato de afirmação, foram adaptados à escala Likert de sete pontos (1932), cujo questionário (APÊNDICE B) foi aplicado na internet por meio de *survey*, com a possibilidade de os respondentes justificarem cada questão por meio de campos no formulário *online*, designados para esse fim. Enquanto as respostas quantitativas foram tratadas por meio de regressão linear múltipla, análise fatorial exploratória e modelagem de equações estruturais, as justificativas foram examinadas por análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Considerando que os dois primeiros critérios são explicitamente sobre transparência e os demais se referem à qualidade da participação no processo decisório, a aplicação desses tópicos à comunidade acadêmica local subsidiou o segundo objetivo específico: “categorizar os critérios de análise da transparência, no contexto do processo decisório, em conselhos departamentais da Ufes, sob a perspectiva da participação cidadã”. O universo da pesquisa considerado na *survey* é composto pelas pessoas interessadas nas decisões dos conselhos departamentais dos centros acadêmicos da Ufes, localizados na capital do Estado. Sendo assim, a população da pesquisa é representada pelas pessoas que integram as respectivas comunidades acadêmicas locais, membros e não membros dos conselhos departamentais. A abordagem quantitativa alcançou 102 integrantes da comunidade acadêmica, entre os quais oito foram entrevistados. Estes integram as pessoas que realizaram agendamento por meio de contato realizado por *e-mail* com os respondentes que disponibilizaram o endereço eletrônico no questionário.

### 5.1.1 Perfil dos respondentes

O perfil dos respondentes foi estatisticamente descrito em questões de gênero, idade, titulação e situação acadêmica.

**Gênero** — Em geral os respondentes se reconhecem como do gênero masculino ou feminino, em uma distribuição equilibrada. A exceção foi apenas uma pessoa, a qual escolheu a opção “Outros”. Na Tabela 4, apresentam-se os respectivos dados estatísticos.

Tabela 4: Gênero

Gênero	Frequência	Percentual
Masculino	54	52,94
Feminino	47	46,08
Outros	1	0,98
<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

**Idade** — As idades mínima e máxima ocorridas na *survey* são 20 e 66 anos, respectivamente. A idade média é 41,98, e 51,96% dos respondentes têm menos de 41 anos; 63,72% têm entre 33 e 54 anos. Abaixo dessa faixa etária, encontram-se 19,61% dos respondentes. Os demais, 16,33%, têm idade superior a 54 anos.

**Titulação** — A maioria dos respondentes (60,78%) são doutores. O restante (39,22%) está distribuído entre mestrado (18,63%), especialização (12,75%), graduação (2,94%) e ensino médio (4,90%), embora o menor grau acadêmico/nível de escolaridade necessário para ingresso em determinados cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) seja o ensino fundamental. O elevado quantitativo de doutores na *survey* decorre de três fatos: a) o *link* para acesso ao questionário foi enviado para os *e-mails* disponibilizados no site da Ufes; b) em geral, os contatos de *e-mail* divulgados no site da Ufes são de docentes; e c) existe uma tendência dos docentes das universidades serem doutores, seja pela pontuação que esse título proporciona nos concursos públicos, seja pelos incentivos existentes para que os docentes alcancem esse grau acadêmico, tais como remuneração e prestígio na organização. Considerando essa tendência, titulação é uma informação importante no contexto da situação acadêmica.

**Situação acadêmica** — Os tipos de vínculos considerados na pesquisa foram docente, TAE e discente, dos quais cinco respondentes apresentam dois tipos de vínculos. Considerando que são 102 respondentes, estes representam 107 matrículas (registros de servidor ou estudante). Na Tabela 5, apresentam-se as frequências e os percentuais desses vínculos.

Tabela 5: Tipos de vínculo – docente, TAE e discente com a Ufes

Titulação	Tipo de vínculo			
	Docente	TAE	Discente	Total
Ensino médio	0	1	4	5
Graduação	0	0	3	3
Especialização	1	10	4	15
Mestrado	8	8	4	20
Doutorado	62	1	1	64
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>20</b>	<b>16</b>	<b>107</b>
<b>Percentual</b>	<b>66,36</b>	<b>18,69</b>	<b>14,95</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Os vínculos repetidos são os seguintes: docente/discente (duas ocorrências), TAE/discente (duas ocorrências) e TAE/docente (apenas uma ocorrência). Nenhuma dessas duplicidades ocorreu em um mesmo centro acadêmico. Ou seja, cada duplicidade de tipo de vínculo corresponde a uma duplicidade de centro. Nesse sentido, a variável “VariedadeVínculos” capta efeitos de ambas as situações relacionadas à variedade de vínculo. Se fosse inserida uma variável específica para a duplicidade de matrícula, ambas apresentariam problema de multicolinearidade.

É importante destacar que o vínculo com o centro pode ser mais intenso quando considerada a diversidade de vínculos decorrentes dos diferentes níveis acadêmicos existentes. Por exemplo, um docente pode lecionar na graduação e na pós-graduação de um mesmo centro. Sem detalhar as diversas opções, a variável “SomaVínculos” registra o somatório de vínculos de cada respondente na universidade. Os respondentes vinculados ao CEFD ou ao CCHN apresentam maior intensidade de vínculos, e a variedade foi maior no CEFD e no CE, conforme se detalha na Tabela 6.

Tabela 6: Variedade e soma dos vínculos com centros acadêmicos

Variáveis	Centros								
	CAR	CCE	CCHN	CCJE	CCS	CE	CEFD	CT	Outros
a) Docente	4	5	8	15	18	3	3	6	17
b) TAE	1	1	1	5	2	0	1	3	9
c) Discente	2	2	3	5	1	3	0	0	7
d) “VariedadeVinculos”	1	1	2	4	3	2	2	1	6
e) “SomaVinculos”	7	12	31	39	38	10	11	13	43
f) Total (a+b+c)	7	8	12	25	21	6	4	9	33
g) Taxa de variedade (d/f)	0,143	0,125	0,167	0,160	0,143	0,333	0,500	0,111	0,18
h) Taxa de soma (e/f)	1,000	1,500	2,583	1,560	1,810	1,667	2,750	1,444	1,3

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Em geral, os chefes de departamento são liberados da obrigatoriedade de lecionar. Sendo assim, a variável “SomaVinculos” pode ter captado a noção de não participação no conselho departamental. No questionário da *survey*, foi disponibilizado um campo para que o respondente descrevesse “o que é o conselho departamental do centro acadêmico”, ao qual responderam pessoas com diferentes conhecimentos sobre esse conselho. Sendo assim, o fato de ter respondido a essa questão não caracteriza o respondente, a ponto de justificar o uso de uma variável binária para indicar a opção correspondente. Contudo, a análise do conteúdo discursivo foi importante para caracterizar a visão da comunidade acadêmica em relação a essa instância deliberativa.

### 5.1.2 Conselho departamental

O conselho departamental foi considerado um grupo que ocupa determinado espaço na instituição e reconhecido como um órgão que está em determinada posição hierárquica na Ufes pelos respondentes, cujas respostas contemplam expressões, por exemplo, comissão, conjunto e reunião, cujo significado pode ser interpretado como um grupo em determinado espaço. Muitos dos que consideram o conselho departamental um órgão se aproximam da percepção de instância ou grupo, pois nove pessoas associaram o termo “órgão” aos termos superior, máximo ou colegiado. O conselho departamental pode ser considerado um grupo ou órgão colegiado, pois 32 respondentes falaram a respeito da sua composição. Em linhas gerais, há uma percepção de que o conselho departamental é composto por representantes da

comunidade acadêmica local e a participação docente estaria vinculada a posições de gestão nas principais instâncias administrativas do centro, que são os departamentos e os colegiados de cursos de graduação e pós-graduação.

Os docentes são percebidos como os gestores, porque sua menção é realizada quando não aparece referência aos gestores, caracterizando-se uma alusão substitutiva. Dois respondentes foram exceção, ao mencionarem os gestores, os docentes, os técnicos-administrativos e os discentes. Desconsiderando essas exceções, foram 17 menções a gestores, sete a docentes, oito a técnicos-administrativos e dez a discentes. Sendo assim, 24 respondentes mencionaram gestores ou docentes, e a participação dos demais integrantes da comunidade acadêmica é bem menos considerada.

A percepção dos respondentes demonstra que a principal função do conselho departamental é deliberativa (33 ocorrências). Além de deliberar, destacam-se os verbos “decidir” (12 ocorrências) e “discutir” (09 ocorrências). De acordo com os significados apresentados por Houaiss, Villar e Mello Franco (2001), os termos “discutir” e “decidir” estão implícitos no verbo “deliberar”. Totalizaram-se 47 respondentes que fizeram menção a pelo menos um desses termos, referindo-se à função do conselho departamental.

É importante destacar que o conselho departamental também apresenta caráter consultivo (06 ocorrências), pois é demandado para casos em que não se exige decisão. As demais ocorrências (burocrático, administrativo, definir, resolver, analisar, homologar/homologativo, reger/regimental) complementam essa percepção quanto à função deliberativa e consultiva do conselho departamental.

Os conteúdos das discussões foram designados por vários termos, com destaque para questões (09 ocorrências), assuntos (07 ocorrências), decisões (06 ocorrências) e políticas (04 ocorrências). O significado de “questão”, segundo Houaiss et al. (2001), sugere a necessidade de uma resposta decisiva sobre um tema ou assunto que se aprecia ou se discute. Decisões tomadas nas unidades administrativas dos centros acadêmicos também podem compor matéria a ser discutida nos respectivos conselhos departamentais. Em geral, essas decisões podem ser orientadas por políticas desenvolvidas em algum nível hierárquico superior: o próprio conselho departamental. Esses objetos de discussão integram as áreas de ensino, pesquisa, extensão e gestão e, desse modo, podem ser de natureza acadêmica ou administrativa.

O conselho departamental foi caracterizado como uma instância hierarquicamente superior a outras relacionadas aos departamentos (08 ocorrências) e colegiados (04 ocorrências) de graduação e pós-graduação internos aos respectivos centros acadêmicos. Foram 16 ocorrências referindo-se ao conselho departamental como um uma instância superior, maior,

máxima, ou alguma outra referência hierárquica, e quatro referências ao grau hierárquico inferior de outras instâncias.

Cinco respondentes teceram comentários sobre as pessoas envolvidas nas discussões, dos quais um destacou o interesse de chefes antigos em perpetuar poder e privilégios, com utilização do termo “colonialismo”. Diferentemente, outros (seis) respondentes especificaram os assuntos tratados. Nesse sentido, destacaram-se as questões financeira, pedagógica e de pessoas. Dois desses respondentes foram mais específicos: um citou infraestrutura, segurança e laboratórios, enquanto o outro citou distribuição de recursos e afastamento de docentes para aprimoramento, além de auxílio na gestão administrativa.

### 5.1.3 Variáveis

**Variáveis para critérios de análise** — Cada tópico da escala *Likert* aplicada representa um critério de análise da transparência adotado nesta pesquisa e corresponde a uma variável (Quadro 13) relacionada à percepção dos respondentes. Cada uma dessas variáveis foi analisada por meio de regressão linear múltipla, na qualidade de variável dependente. Todas, em conjunto, foram submetidas à análise fatorial exploratória. Ambos os tipos de análise se baseiam nas correlações existentes entre as variáveis. Assim sendo, a matriz de correlação (Apêndice C) é um recurso, do ponto de vista exploratório, para suporte analítico. Três tipos de variáveis independentes foram utilizados em cada modelo de regressão múltipla: a) variáveis de controle, que captam características peculiares aos indivíduos, independentemente do seu vínculo na universidade; b) variáveis para a investigação da influência do vínculo acadêmico sobre a percepção dos respondentes; e c) uma variável instrumental útil para superar o viés relacionado à voluntariedade da participação na pesquisa.

Variáveis	Crítérios de análise
P1	<i>Canais de difusão</i> - Ter acesso às informações relevantes pertinentes à tomada de decisão no conselho departamental.
P2	<i>Qualidade da informação</i> - As informações relevantes pertinentes a decisões no conselho departamental serem compreensíveis.
P3	<i>Espaços de transversalidade</i> - Além do conselho departamental, haver outros espaços para discussão sobre os assuntos relevantes para a comunidade acadêmica local.
P4	<i>Pluralidade do grupo promotor</i> - No conselho departamental, haver espaço para potenciais novos líderes.

P5	<i>Órgãos existentes</i> - No conselho departamental, ser comum a designação de comissão ou grupo de trabalho para realizar tarefas já incluídas no rol de atividades de algum setor.
P6	<i>Órgão de acompanhamento</i> - Algum órgão da universidade fazer o acompanhamento de todo o processo decisório do conselho departamental, garantindo o que foi deliberado de forma participativa.
P7	<i>Relação com outros processos participativos</i> - Atuar em algum sistema participativo na universidade, que não seja o conselho departamental.
P8	<i>Abertura dos espaços de decisão</i> - No conselho departamental, todos os indivíduos ou grupos do centro acadêmico terem igual chance de participação na tomada de decisão.
P9	<i>Aceitação social, política e técnica</i> - O processo decisório no conselho departamental necessitar de uma metodologia participativa.
P10	<i>Valorização cidadã</i> - A participação no processo decisório no âmbito do centro acadêmico ser relevante.
P11	<i>Participação de diferentes atores</i> - Movimentos, organizações e também pessoas não organizadas poderem interferir no processo deliberativo do conselho departamental.
P12	<i>Perfil dos atores</i> - Já ter tido experiências em processos democráticos de participação que não sejam o conselho departamental.
P13	<i>Forma de escolha dos representantes</i> - Os métodos de escolha de representantes para atuar no conselho departamental serem participativos e democráticos.
P14	<i>Discursos dos representantes</i> - Os discursos exercidos pelos membros do conselho departamental valorizarem processos participativos.
P15	<i>Avaliação participativa</i> - Intervir no acompanhamento e avaliação da execução das proposições aprovadas pelo conselho departamental.
P16	<i>Origem das proposições</i> - Em geral, as proposições discutidas no conselho departamental estarem de acordo com os interesses da sociedade.
P17	<i>Alçada dos atores</i> - Em geral, os gestores que atuam em alguma unidade administrativa do centro acadêmico poderem intervir nos problemas discutidos no conselho departamental.
P18	<i>Perfil da liderança</i> - O processo de deliberação e execução das proposições submetidas ao conselho departamental ser conduzido de forma descentralizadora.

**Quadro 13: Variável por critério de análise.**

Fonte: Elaboração própria, 2017.

**Variáveis para a investigação da influência do vínculo acadêmico** — Foram incluídas variáveis para testar se a percepção é influenciada pelo tipo de vínculo com a universidade: docente, TAE e discente. Outro grupo de variáveis serviu para investigar se há diferença entre centros acadêmicos. “VariedadeVínculos e SomaVínculos” são variáveis que captam, respectivamente, a diversidade e a intensidade dos vínculos acadêmicos. No Quadro 14, apresentam-se essas variáveis.

Questão	Variáveis
Atual situação acadêmica	<u>TAE</u> (suprimida) Variável binária que indica se o respondente tem vínculo técnico-administrativo na Ufes. (1 = Sim; 0 = Não)
	<u>Docente</u> Variável binária que indica se o respondente tem vínculo docente na Ufes. (1 = Sim; 0 = Não)
	<u>Discente</u> Variável binária que indica se o respondente está matriculado como estudante na Ufes. (1 = Sim; 0 = Não)
	<u>CAR</u> (suprimida) Variável binária que indica se o respondente tem algum tipo de vínculo com o CAR. (1 = Sim; 0 = Não)
	<u>CCE</u> (suprimida) Variável binária que indica se o respondente tem algum tipo de vínculo com o CCE. (1 = Sim; 0 = Não)
	<u>CCHN</u> Variável binária que indica se o respondente tem algum tipo de vínculo com o CCHN. (1 = Sim; 0 = Não)
	<u>CCJE</u> Variável binária que indica se o respondente tem algum tipo de vínculo com o CCJE. (1 = Sim; 0 = Não)
	<u>CCS</u> Variável binária que indica se o respondente tem algum tipo de vínculo com o CCS. (1 = Sim; 0 = Não)
	<u>CE</u> (suprimida) Variável binária que indica se o respondente tem algum tipo de vínculo com o CE. (1 = Sim; 0 = Não)
	<u>CEFD</u> (suprimida) Variável binária que indica se o respondente tem algum tipo de vínculo com o CEFD. (1 = Sim; 0 = Não)
	<u>CT</u> Variável binária que indica se o respondente tem algum tipo de vínculo com o CT. (1 = Sim; 0 = Não)
	<u>Outros</u> (suprimida) Variável binária que indica se o respondente tem algum tipo de vínculo com outros centros. (1 = Sim; 0 = Não)
	<u>VariadeVinculos</u> Variável binária que indica se o respondente tem vínculo em mais que um centro na Ufes. (1 = Sim; 0 = Não)
	<u>SomaVinculos</u> Variável quantitativa discreta que indica o somatório de vínculos na Ufes. (Mínimo: 1; Máximo: 5)

**Quadro 14: Variáveis para a investigação da influência do vínculo acadêmico.**

Fonte: Elaboração própria, 2017.

**Variáveis de controle** — Com base em questões relacionadas ao perfil dos respondentes, foram elaboradas variáveis que podem influenciar a percepção deles sobre os critérios de análise. No Quadro 15, apresentam-se essas variáveis.

Questões	Variáveis
Gênero	<u>Masculino</u> Variável binária que indica se o respondente reconhece ter identidade de gênero masculina. (1 = Sim; 0 = Não)
	<u>Feminino</u> (suprimida) Variável binária que indica se o respondente reconhece ter identidade de gênero feminina. (1 = Sim; 0 = Não)
	<u>OutroGênero</u> (suprimida) Variável binária que indica se o respondente reconhece ter outra identidade de gênero. (1 = Sim; 0 = Não)
Idade	<u>Idade</u> Variável quantitativa discreta correspondente à idade informada em número de anos ( <i>Mínimo: 20; Máximo: 66</i> )
Maior Titulação Completa	<u>EstimEstudos</u> Variável quantitativa discreta que estima a quantidade mínima de anos de estudo necessária para completar o grau acadêmico informado pelo respondente. ( <i>Ensino médio: 11; Graduação: 16; Especialização: 18; Mestrado: 20; Doutorado: 24</i> )

**Quadro 15: Variáveis de controle.**

Fonte: Elaboração própria, 2017.

**Variável instrumental** — A voluntariedade da participação na *survey* possibilita gerar resultados que representariam a percepção de parte da comunidade acadêmica: aqueles que valorizam a participação ou têm alguma afinidade com o tema pesquisado. Ao registrar *e-mail* na *survey*, alguns respondentes voluntariaram-se à etapa seguinte da pesquisa. Assim, foi possível isolar, em uma variável binária correspondente ao aceite, o efeito da voluntariedade, conforme se registra no Quadro 16.

Questão	Variável
Email	<u>Email</u> Variável binária que indica se o respondente informou seu <i>e-mail</i> no questionário. (1 = Sim; 0 = Não)

**Quadro 16: Variável instrumental.**

Fonte: Elaboração própria, 2017.

## 5.2 Categorização

A categorização foi realizada pelo confronto entre os dados e o modelo de análise. Enquanto a coleta de dados é baseada nos critérios de análise de processos decisórios, a categorização tem por referência as camadas da transparência (perspectivas e classificações), embora esses critérios estejam organizados em classes derivadas do conceito de cidadania

deliberativa. Sendo assim, a categorização cumpre o papel de conferência, bem como de eventual ajuste do modelo de análise para a etapa de interpretação. Os dados quantitativos foram categorizados por meio de análise fatorial exploratória, cujos indicadores também foram investigados por meio de regressão linear múltipla. De modo complementar, as respostas discursivas relacionadas foram analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977), a fim de ampliar o entendimento sobre as percepções da comunidade acadêmica.

### 5.3 Interpretação

As percepções captadas por meio de entrevistas semiestruturadas foram compreendidas utilizando-se análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Interpretaram-se entrevistas com a intenção de relacionar aspectos da capacidade de inferência (desagregação, simplificação e verificação) às categorias do processo decisório (processo de discussão, inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e bem comum) e da transparência (tempo, gestão, prestabilidade, direção e iniciativa). Assim, buscou-se entender as relações existentes entre a transparência e a qualidade da participação cidadã, sob a perspectiva da cidadania deliberativa.

A caracterização do processo decisório de alocação dos recursos, no âmbito da descentralização orçamentária da Ufes, sob a perspectiva da participação cidadã (terceiro objetivo específico), foi subsidiada por entrevistas semiestruturadas a cinco gestores de centros acadêmicos (CAR, CCE, CCHN, CCJE e CEFD) e outros oito integrantes da comunidade acadêmica, cujo roteiro básico de pesquisa foi elaborado de acordo com as respostas obtidas na *survey*, alinhado à explanação sobre o caso da Ufes. As entrevistas empregadas aos gestores foram realizadas posteriormente à aplicação delas aos demais integrantes da comunidade acadêmica. Desse modo, a etapa de adaptação define dois instrumentos sucessivos de coleta de dados: *survey* e roteiro de entrevista aplicado aos integrantes da comunidade acadêmica e posteriormente aos diretores de centro.

A interpretação das percepções dos integrantes da comunidade acadêmica da Ufes quanto à transparência no processo decisório orçamentário dos centros (quarto e último objetivo específico) foi subsidiada por entrevista semiestruturada com aquelas pessoas que se voluntariaram mediante a marcação de opção específica no questionário da *survey*. Para tanto,

foram entrevistados membros e não membros do conselho departamental. O roteiro de entrevista foi testado previamente, com aplicação a um docente, um técnico-administrativo e cinco estudantes.

O modelo de análise apresentado no referencial teórico foi utilizado nas entrevistas para a formulação de questões secundárias inerentes à transparência no processo decisório. No sentido em questão, o modelo de análise integra a etapa de adaptação. Os tópicos do roteiro da entrevista são sequentes aos resultados da análise fatorial exploratória, e os aspectos metodológicos da pesquisa estão coerentes com a triangulação em que um método é utilizado para o planejamento da aplicação de outro. Além do apoio institucional da Proad, as entrevistas foram autorizadas mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinado pelos entrevistados, conforme formulário apresentado no Apêndice G. De maneira mais simplificada, foi disponibilizada na página inicial do formulário *online* da *survey* a opção de aceite, acompanhada do devido termo. Registra-se que, a instância administrativa referida como *centro acadêmico* nos instrumentos de coleta de dados e no texto da tese, é nomeada no Estatuto da universidade simplesmente como *centro* (BRASIL, 2002). Algumas pessoas utilizam a expressão “centro de ensino”, que é o termo atualmente utilizado no site da Ufes. Contudo, essas unidades administrativas não são dedicadas exclusivamente ao ensino, mas também à pesquisa e extensão. Ademais, a expressão “centro acadêmico” é notadamente mais utilizada, e a ausência de consenso não se configurou empecilho para a condução da pesquisa.

#### 5.4 Modelagem de equações estruturais

O referencial teórico destacou a cidadania deliberativa como principal propósito da participação cidadã. Logo, justifica-se teoricamente que a participação afeta positivamente a qualidade do processo deliberativo. Outrossim, ficou demarcada a relevância da transparência à qualidade das deliberações, numa perspectiva cidadã. Desse modo, propôs-se o modelo de equações estruturais que representa estas relações teóricas. A modelagem seguiu recomendações organizados por Hair Junior et al. (2017) e contou com suporte do *software SmartPLS 3* (RINGLE; WENDE; BECKER, 2015). O principal uso do *Covariance Based Squares Structural Equation Modeling* (CB-SEM) é o teste de teorias; o *Partial Least Squares Structural Equation Modeling* (PLS-SEM), método escolhido, é o mais adequado à aplicação em estudos exploratórios para desenvolvimentos teóricos. Seu ponto central é o ajuste

explicativo das variáveis dependentes (HAIR JUNIOR et al., 2017).

Além do modelo estrutural básico, cujos construtos procedem dos fatores resultantes na etapa de categorização, foram desenvolvidos um modelo estrutural com efeitos moderadores e outro com efeitos mediadores, a fim de representar os efeitos, diretos e indiretos, relacionados aos vínculos acadêmicos. Enquanto o segundo modelo prioriza a apuração dos efeitos sobre o processo deliberativo, o terceiro dá relevância à influência do perfil dos respondentes sobre a percepção quanto à transparência, participação e processo deliberativo. Considerando que a principal contribuição da pesquisa é de natureza metodológica, embora seja um estudo de caso, optou-se por discorrer sobre essas opções metodológicas com a apresentação e discussão dos resultados.

Com base na etapa de interpretação, eram esperadas diferenças entre servidores, docentes e técnicos-administrativos perante a percepção quanto à qualidade do processo deliberativo. Semelhantemente, ampliou-se o conhecimento sobre as diferenças entre os centros acadêmicos.

## 6 RESULTADOS

Os critérios de adequação de cada resultado eram apresentados à medida que eles iam sendo discutidos. Este capítulo dispõe tais análises na sequência: *survey*, entrevistas e modelagem de equações estruturais.

### 6.1 *Survey*

A primeira avaliação dos dados da *survey* prioriza a investigação de cada critério de análise por meio do confronto das respectivas variáveis com outras, que caracteriza o vínculo acadêmico dos respondentes. Esta investigação é relevante, pois esses critérios compõem a análise fatorial exploratória, cujos fatores constituem categorias que serviram de base à elaboração do roteiro de entrevista. Subsidiariamente à pesquisa, realizou-se uma análise de conteúdo das respostas discursivas.

#### 6.1.1 Critérios de análise

Cada variável correspondente a um critério de análise foi utilizada em um modelo de regressão linear múltipla como variável dependente (Apêndice D). A análise de conteúdo, coletado na *survey*, complementa a análise realizada para ampliar a compreensão sobre o contexto da pesquisa, a fim de facilitar o desenvolvimento das demais etapas. Cada respondente recebeu um código distinto, composto pela letra “R” seguida de um algarismo numérico.

**Canais de difusão** — Os resultados da regressão referente a este critério de análise não foram significantes ( $\text{Prob} > F = 0.3172$ ). Todavia, os seis comentários correspondentes ao tópico P1 indicam entendimento de que as informações relevantes pertinentes à tomada de decisão estariam diretamente relacionadas ao funcionamento do processo deliberativo com seus elementos essenciais: pauta, encaminhamento de discussões, votação, gravação, publicação das reuniões e suas decisões. É uma perspectiva de que o acesso completo às reuniões seria suficiente, a qual se resume na expressão de um dos respondentes (R62): “Faço parte do

conselho”.

**Qualidade da informação** — Um dos respondentes (R19) afirmou que a compreensividade disposta no tópico P2 podia ter dupla interpretação. Outro respondente (R11) ilustrou essa ambiguidade, fazendo alusão tanto à qualidade da estrutura textual (gramática) quanto às motivações. Assim, uma informação seria compreensível pela facilidade de interpretação e também pelo valor dos motivos que justificariam as respectivas decisões. Neste último sentido, as informações seriam confundidas com as próprias motivações, e os motivos de uma decisão podem ser considerados informações relevantes referentes à tomada de decisão.

A percepção quanto à qualidade da informação é afetada negativamente pelo vínculo com o CT ( $p\text{-valor} = 0,002$ ). Não há como afirmar, a princípio, se a gestão do centro realmente não é transparente ou se a exigência quanto à qualidade da informação é mais apurada entre pessoas de áreas preponderantemente tecnológicas. A despeito, há um descompasso entre a gestão e a comunidade acadêmica nesse critério de análise, que corresponde à capacidade de inferência de suas informações.

**Espaços de transversalidade** — Os resultados da regressão referente a este critério não foram analisados, haja vista que a hipótese de normalidade foi rejeitada ( $p\text{-valor} = 0,0197$ ). A tônica do tópico P3, conforme comentários de quatro respondentes, é quanto à possibilidade de participação da comunidade acadêmica local em discussões sobre assuntos relevantes. Neste ponto, há controvérsia entre os respondentes. Um (R41) foi taxativo ao afirmar que “Sempre há [espaços]!” e ratificou que “[...] as pessoas muitas vezes escolhem utilizar os espaços para outros fins”. Outro respondente (R56) corroborou a existência desses espaços, ao citar o “[...] fórum do CE, com professores, servidores e representantes discentes”. Em contraste, um respondente técnico-administrativo (R14) citou os colegiados de curso, alegando inexistência de “[...] regulamentação para participação da comunidade de servidores técnicos [...]”, embora as decisões tomadas ali os afetem muitas vezes. Uma visão mais extrema (R48) foi a de que a direção trata os assuntos reservadamente, mantendo a comunidade em “penumbra e escuridão”, ou seja, “ÉTICA E TRANSPARÊNCIA [somente] aos amigos”.

**Pluralidade do grupo promotor** — Análise de regressão (P4) indica que o vínculo com o CT afeta negativamente a percepção quanto à possibilidade de surgirem novos líderes no conselho departamental (coeficiente = -1,91;  $p\text{-valor} = 0,015$ ).

**Órgãos existentes** — A regressão deste critério de análise (P5) não apresentou resultado significativo ( $\text{Prob} > F = 0,5047$ ).

**Órgão de acompanhamento** — Pelos comentários de alguns respondentes, percebe-se que o tópico P6 evidenciou dúvidas ou desconhecimentos que podem ser representados por

expressões, tais como: “[...] acredito que não [...]” (R11); “[...] não sei opinar [...]” (R22); “[...] desconheço o acompanhamento [...]” (R48); e, até mesmo, “[...] não tenho ideia sobre a resposta dessa questão [...]” (R103). Naturalmente se trata de questão que exige um entendimento maior sobre a estrutura de gestão da universidade, para interpretar se algum dos órgãos existentes se encaixa na descrição do enunciado.

Os comentários de três respondentes (R12, R48 e R62) sobre o tópico P6 indicam uma ênfase à interpretação da primeira parte do tópico referente ao acompanhamento do processo decisório. Remetem-se a instâncias superiores que podem contrapor as decisões tomadas no conselho departamental e desconsideram a segunda parte: “[...] garantindo o que foi deliberado de forma participativa”. Outro respondente (R41) interpretou o enunciado como uma questão de controle e fiscalização, que podem ser internos ou externos, a depender do tipo de decisão. Até mesmo esse comentário não faz referência à garantia do cumprimento das decisões em consideração ao caráter participativo delas. Sendo assim, este critério aparenta não estar adequado à análise da transparência na gestão universitária. O nível de confiança do respectivo modelo de regressão ( $\text{Prob} > F = 0,1911$ ) e a rejeição da hipótese de normalidade dos resíduos ( $p\text{-valor} = 0,0422$ ) reforçam essa percepção.

**Relação com outros processos participativos** — O tópico P7 gerou somente dois comentários, além das respostas quantitativas. Os sistemas participativos, citados pelo respondente R23, foram departamento e colegiado de pós-graduação. Outro respondente (R15) afirmou atuar na Comissão Interna de Supervisão (CIS), órgão responsável por supervisionar o PCCTAE em cada Instituição Federal de Ensino Superior (Ifes). Embora o teste F tenha apresentado resultado significativo (0,0446), esse resultado não é confiável, pois a hipótese de normalidade dos resíduos foi rejeitada ( $p\text{-valor} = 0,0421$ ).

**Abertura dos espaços de decisão** — Parte dos comentários sobre o tópico P8 expressa alguns mecanismos de restrição à igualdade participativa entre indivíduos e grupos do centro acadêmico: diferença entre números de representantes (R13), “[...] capacidade de um membro do conselho influenciar a decisão dos demais [...]” (R29), combinação de decisões anteriormente às reuniões (R49) e limitação de “[...] espaço para pessoas com pensamento diferente da maioria” (R67). A regressão corrobora a perspectiva de diferença de acesso aos espaços de decisão, os quais são mais abertos aos docentes (coeficiente = 2,75;  $p\text{-valor} = 0,021$ ). As pessoas que têm mais de um vínculo tendem a perceber melhor essa realidade (coeficiente para “VariedadeVinculos” = -2,01;  $p\text{-valor} = 0,020$ ), que é mais intensa no CT (coeficiente = -1,96;  $p\text{-valor} = 0,019$ ).

**Aceitação social, política e técnica** — O comentário do respondente R67 sobre o tópico P9 complementa esse contexto de restrições, afluído em parte dos comentários sobre o tópico P8: “Há excesso de discussão em temas pouco relevantes e pouca discussão nos que realmente importam. Prevalecem discussões sobre processos burocráticos”. A regressão para esse item não foi significativa ( $\text{Prob} > F = 0,3523$ ).

**Valorização cidadã** — As variáveis P13 e P15 apresentam baixa correlação entre si, mas ambas apresentam razoável correlação com P10 (0,5483 e 0,5138, respectivamente). Isso porque essas variáveis têm duas interpretações possíveis: em relação à P13, a questão da percepção, por parte dos que escolhem os representantes, a respeito da relevância da participação do respondente no processo decisório no âmbito do centro acadêmico; em relação à P15, a percepção do respondente sobre a própria relevância quanto à intervenção no processo participativo. O modelo de regressão apresentou significância geral ( $\text{Prob} > F = 0,0089$ ), contudo a hipótese de normalidade dos resíduos foi rejeitada ( $p\text{-valor} = 0,0149$ ). Nessa lógica, as respostas ao tópico P10 foram coerentes com a sua ambiguidade.

**Participação de diferentes atores** — O tópico P11 gerou dúvidas em decorrência do peso do termo “interferir”. Percebe-se, em alguns comentários, a vontade de justificar interferência em termos de pressão (R19), influência (R61), demanda (R12) e, até mesmo, uma interferência mitigada (R14). Essa ambiguidade quanto à interpretação do termo “interferência” pode ter sido causa da predominância de valores médios nas respostas quantitativas ao respectivo enunciado. Desta forma, a escala não proporcionou resultados significantes para a regressão ( $\text{Prob} > F = 0,9831$ ).

**Perfil dos atores** — Já ter tido experiências em processos democráticos de participação que não seja o conselho departamental (P12) é o único tópico escrito em tempo pretérito. Essa característica prejudica sua utilização na posição de variável dependente, o que é refletido nos resultados da regressão, que não é significativa ( $\text{Prob} > F = 0,6074$ ).

**Forma de escolha dos representantes** — Observou-se, em comentários relativos ao tópico P13, que a escolha de representantes para atuar no conselho departamental pode ser confundida com a escolha dos gestores das diversas unidades administrativas dos respectivos centros acadêmicos. Nesse sentido, três comentários (R14, R41 e R67) apontam a participação como algo que depende das iniciativas pessoais e da dinâmica de cada câmara departamental. Como as câmaras departamentais são espaços dominados por docentes que escolhem os respectivos gestores que os representam, é de esperar maior satisfação deles quanto aos quesitos participação e democracia. Embora a regressão seja significativa ( $\text{Prob} > F = 0,0090$ ), a hipótese de normalidade dos resíduos foi rejeitada ( $p\text{-valor} = 0,0210$ ).

**Discursos dos representantes** — O tópico P14 refere-se aos discursos exercidos pelos membros do conselho departamental que valorizam processos participativos. Os docentes concordaram mais com este enunciado (coeficiente = 2,27; p-valor = 0,019). Estar vinculado ao CCHN é um fator que afeta positivamente esta percepção (coeficiente = 1,69; p-valor = 0,012), enquanto ser vinculado ao CT afeta negativamente (coeficiente = -1,82; p-valor = 0,007). Independentemente do centro acadêmico, ter um segundo vínculo afeta negativamente a percepção quanto à qualidade dos discursos (coeficiente = -1,69; p-valor = 0,017).

**Avaliação participativa** — O nível de significância da regressão não está muito distante do desejado ( $\text{Prob} > 0,0666$ ), e a variável “SomaVinculos” foi próxima ao nível de significância desejado (0,056). Todavia, a hipótese de normalidade foi rejeitada (p-valor = 0,012).

**Origem das proposições** — Os tópicos P16 e P14 estão fortemente correlacionados. Apresentam a segunda maior correlação entre os tópicos (0,7444). Ambos os critérios de análise enfatizam a avaliação da qualidade das discussões realizadas no conselho departamental, e P16 também se mostrou estar de acordo com os interesses da sociedade. Enquanto a variável “Docente” (coeficiente = 2,32; p-valor = 0,008) afeta positivamente a percepção de atendimento aos interesses da sociedade, “VariedadeVinculos” (coeficiente = -1,88; p-valor = 0,003) e “SomaVinculos” (coeficiente = -0,62; p-valor = 0,018) afetam negativamente. Assim sendo, um docente tem sua percepção inerente ao tipo de vínculo, mitigada pela variedade e pela intensidade de vínculos na universidade. Ou seja, quanto mais atuação acadêmica, menos se concorda que o conselho departamental esteja trabalhando em prol do bem comum.

As discussões que, ocorrem no CE e no CEFD são mais percebidas como alinhadas aos interesses da sociedade, com elevados níveis de significância (p-valor = 0,013 e 0,015, respectivamente) e coeficientes 2,63 e 2,53. Estes centros têm em comum o fato de estarem bem relacionados à área da educação. O CT, que tem seus cursos em áreas tecnológicas, gera uma percepção negativa quanto ao atendimento aos interesses da sociedade (coeficiente = -1,60; p-valor = 0,009).

A variável “Email” (coeficiente = 0,91; p-valor = 0,018) evidencia a disponibilidade de pessoas para defender a percepção de qualidade do conselho departamental por meio de entrevista e paralelamente à limitação de manifestação presencial das pessoas insatisfeitas com a gestão. Essa defesa é essencialmente por parte de docentes e é mitigada pela participação em distintos centros. As pessoas que vivenciam a realidade de outro centro tendem a ser mais conscientes, ou críticas, em relação à função do conselho departamental para a sociedade. Alguns desses vínculos são decorrência de atuação em diferentes segmentos da comunidade

acadêmica. Neste caso, é possível que fique mais nítido o privilégio docente quanto à sua representatividade na Ufes.

**Alçada dos atores** — O tópico P17 teve uma regressão não significativa ( $\text{Prob} > F = 0,3184$ ).

**Perfil da liderança** — O tópico P18 é correlacionado aos tópicos P14 (0,6669) e P16 (0,6845), cujo modelo de regressão linear múltipla também é altamente significativa ( $\text{Prob} > F = 0,0008$ ). Quanto mais vínculos (coeficiente = -0,64; p-valor = 0,030) ou variedade deles (coeficiente = -1,48; p-valor = 0,040), menor é a avaliação dada à condução descentralizadora do processo deliberativo. Assim, é possível que os aspectos relacionados à descentralização sejam mais bem percebidos por pessoas que tenham atuação mais ampla e diversificada na instituição; pessoas com mais condições de acompanhar o desencadeamento das deliberações nos distintos setores e intrínsecas contradições aos segmentos da comunidade acadêmica local. Este tópico também se correlaciona com P4 (0,5216), ou seja, o perfil da liderança, descentralização do processo deliberativo, está relacionado à pluralidade do grupo promotor, que é a possibilidade de surgirem novos líderes. Dessa maneira, as variáveis P4, P14, P16 e P18 apresentam características compartilhadas, relevantes para o contexto universitário. Análise fatorial exploratória corrobora esse resultado.

### 6.1.2 Análise fatorial exploratória

A análise fatorial exploratória, método “[...] frequentemente conduzido junto a outro” (BROWN, 2006, p. 12, tradução nossa), foi utilizada para verificar se os critérios de cidadania deliberativa se ajustam à análise da transparência na gestão universitária. Esse método foi útil para destacar os critérios de análise mais coerentes com o contexto sob uma perspectiva teórica, os quais foram agrupados em fatores que assumem a qualidade de categorias de análise úteis à elaboração do roteiro de entrevista para a etapa posterior. Os valores aceitáveis para as cargas fatoriais foram definidos em termos comparativos, com base na observação dos resultados. Desse modo, cargas fatoriais superiores a 0,5 (LEHMANN, 1985; COSTELLO; OSBORNE, 2005) foram aceitas, e cargas fatoriais abaixo desse valor foram rejeitadas, considerando também o consenso de que o *eigenvalue* deve ser superior a 1 (VELICER; JACKSON, 1990). Em relação à comunalidade, foi adotado o valor recomendado por Costello e Osborne (2005), ou seja, variáveis com comunalidade superior a 0,7 foram rejeitadas, pois grande parte de sua

variância não é explicada pelos fatores extraídos. As respectivas soluções fatoriais estão ordenadas no Apêndice E.

A primeira solução fatorial demonstrou a necessidade de excluir P17, variável referente a assuntos específicos sobre a operacionalidade do conselho departamental, que apresentou cargas fatoriais diluídas entre os três primeiros fatores (0,3373, 0,3231 e 0,3324). Em congruência com a respectiva regressão, afirma-se que o critério de análise correspondente (alçada dos atores) não se ajusta à análise das percepções no contexto desta pesquisa.

A segunda solução fatorial sugeriu a existência de três fatores e a necessidade de retirada da variável P6, pois suas cargas fatoriais indicam possibilidade de pertencimento aos fatores 1 (0,4344) e 3 (0,4960). Retornando à primeira análise fatorial, confirma-se a indefinição de P6 pela correlação com os fatores 1 (0,4412) e 4 (0,5084). O respectivo critério de análise (órgão de acompanhamento) foi considerado inadequado à análise da transparência na gestão universitária por ambiguidade e desconhecimento, conforme análise dos comentários expostos na *survey*. Esse resultado também é suportado pela análise de regressão.

A terceira solução fatorial destacou que a variável P5, com carga fatorial elevada (0,8212), é a única do fator 4. Sendo assim, optou-se pela sua retirada. Refere-se ao critério de análise “órgãos existentes”, cuja regressão apresentou baixo grau de significância (p-valor = 0,3213).

A quarta solução fatorial gerou três fatores: o primeiro integra variáveis relacionadas a “transparência” e “processo deliberativo”; o segundo é relacionado à “participação cidadã”; e o terceiro é composto por P9 e P11, variáveis cujas regressões apresentaram resultados não validados.

A fim de forçar a separação das variáveis relacionadas à transparência, realizou-se a quinta solução fatorial com fixação de quatro fatores, a qual permitiu que P1 e P2 compusessem um novo fator. Porém, o *eigenvalue* (0,69727) indica que o quarto fator, formado por P9 e P11, não se integra bem ao construto. Inclusive P11 apresentou comunalidade alta (0,7670). Sendo assim, testou-se, na sexta solução fatorial, a retirada das variáveis desse fator e concomitante fixação em três fatores. Essas variáveis correspondem, respectivamente, aos critérios de análise “aceitação social, política e técnica” e “participação de diferentes atores”. Na Tabela 7, apresentam-se as correlações entre os fatores resultantes.

Tabela 7: Correlação entre os fatores extraídos da sexta solução fatorial

	<b>Fator 1</b>	<b>Fator 2</b>	<b>Fator 3</b>
<b>Fator 1</b>	1,0000		
<b>Fator 2</b>	0,6289	1,0000	
<b>Fator 3</b>	0,5693	0,3502	1,0000

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Convém analisar as correlações entre os fatores, pois, “[...] em pesquisa aplicada, correlação entre fatores superior a 0,80 ou 0,85 é geralmente o critério usado para definir baixa validade discriminante” (BROWN, 2006, p. 131, tradução nossa). As correlações que envolvem o fator 1 são nitidamente superiores à correlação entre o fator 2 e o fator 3. Esse fato, com base teórica, despertou atenção às relações de causa e efeito implícitas, as quais foram destrinchadas na modelagem de equações estruturais. Embora esses resultados sejam satisfatórios, a variável P12 apresentou elevada comunalidade (0,7033). O respectivo critério de análise (perfil dos atores) também não foi validado por regressão ( $\text{Prob} > F = 0,6307$ ). A peculiaridade desta variável é a sua natureza pretérita. A mesma foi retirada para ajuste final da análise fatorial exploratória. O *eigenvalue* da sétima e definitiva solução fatorial foi reduzido a 1,44941 (mais próximo de 1). O total de variância explicada pelo modelo aumentou para 102,44%. As correlações entre os fatores, conforme se apresenta na Tabela 8, continua satisfatória, pois estão abaixo de 0,85.

Tabela 8: Correlação entre os fatores extraídos da solução fatorial definitiva

	<b>Fator 1</b>	<b>Fator 2</b>	<b>Fator 3</b>
<b>Fator 1</b>	1,0000		
<b>Fator 2</b>	0,6289	1,0000	
<b>Fator 3</b>	0,5852	0,3782	1,0000

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Esta solução fatorial apresentou melhores resultados em relação a cargas fatoriais e níveis de comunalidade. Na Tabela 9, apresentam-se as variáveis organizadas por magnitude de carga fatorial nos respectivos fatores, assim como a validade interna desses fatores, por meio do nível de fiabilidade (*reliability*), gerado pelo teste *Alfa de Cronbach* (1951). A fiabilidade dos dois primeiros fatores foi considerada entre boa e excelente, enquanto o terceiro fator apresenta um valor aceitável, pois está muito próximo do valor de referência, que é 0,7 (SANTOS, 1999).

Tabela 9: Resultados da análise fatorial exploratória e do teste Alfa de Cronbach

Variáveis	Crítérios de análise	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Comunalidades
P14	Discursos dos representantes	0,7847	0,3211	0,1878	0,2459
P16	Origem das proposições	0,6990	0,4508	0,1748	0,2776
P18	Perfil da liderança	0,6596	0,3046	0,1810	0,4394
P8	Abertura dos espaços de decisão	0,6033	0,1785	0,3572	0,4766
P4	Pluralidade do grupo promotor	0,5746	0,4030	0,2695	0,4349
P13	Forma de escolha dos representantes	0,5696	0,2782	0,2507	0,5354
P3	Espaços de transversalidade	0,5163	0,3368	0,2363	0,5642
P2	Qualidade da informação	0,3233	0,7964	0,0887	0,2534
P1	Canais de difusão	0,2615	0,7917	0,1479	0,2830
P10	Valorização cidadã	0,3655	0,2055	0,5967	0,4682
P7	Relação com outros processos participativos	0,1868	0,0523	0,5844	0,6209
P15	Avaliação participativa	0,2586	0,2876	0,5520	0,5457
Número de itens		7	2	3	
<i>Eigenvalue</i> (autovalor)		3,23260	2,17287	1,44941	
% da variância explicada		48,31	32,47	21,66	
Alfa de Cronbach		0,8943	0,8776	0,6928	

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Nota: Utilização do *software* Stata, 2013.

Os fatores extraídos representam categorias importantes sob a perspectiva da cidadania deliberativa: processo decisório (fator 1), transparência (fator 2) e participação (fator 3). Esses fatores apresentam, respectivamente, os seguintes focos de análise: conselho deliberativo, informação e ator/sujeito. Essa categorização confirma o modelo de análise sintetizado no Quadro 11. Dessa maneira, o processo decisório representa a perspectiva conteudística, a transparência corresponde à perspectiva conceitual e a participação cidadã é a perspectiva finalística adotada nesta pesquisa.

Na perspectiva conteudística, este trabalho analisa o contexto da descentralização orçamentária da Ufes, e, na perspectiva conceitual, considera-se que o acesso à informação é um requisito à capacidade de inferência. Desse modo, destacam-se categorias úteis à interpretação das percepções da comunidade acadêmica em conformidade com o modelo de análise. Com base nos principais critérios de análise, foi elaborado o respectivo roteiro de entrevista (Apêndice F). Priorizaram-se tópicos de pesquisa agrupados nos dois primeiros fatores, considerando a relevância da transparência para a qualidade do processo deliberativo.

### 6.1.3 Roteiro de entrevista

O roteiro de entrevista é composto de 20 questões distribuídas em seis itens, conforme se apresenta no Quadro 17. O primeiro é destinado a caracterizar o vínculo do respondente com o centro acadêmico e respectivo conselho departamental; o segundo é estruturado para investigar a transparência da alocação dos recursos no centro acadêmico e respectivo processo decisório; o terceiro serve para aprofundar a análise relativa ao item anterior no contexto da descentralização orçamentária conduzida pela Proplan/Proad; o quarto contém quatro questões que relacionam acesso à informação dos critérios de análise agrupados ao fator Processo Deliberativo ou ao fator Participação Cidadã que tenham correlação com o fator Transparência; o quinto aproxima a pesquisa ao contexto das reivindicações da comunidade acadêmica; e o sexto é a captação de percepções sobre a visibilidade e a capacidade de inferência relativa à alocação de recursos no centro acadêmico e respectiva prestação de contas.

Itens	Subitens	Tópicos (questões)
1	-	Você tem algum vínculo com o conselho departamental de algum centro acadêmico da Ufes?
	1.1	Qual vínculo e qual centro acadêmico?
	1.2	Como é sua relação com o conselho departamental?
2	-	A destinação dos recursos financeiros do centro acadêmico tem sido discutida com a comunidade acadêmica?
	2.1	Como é o processo de decisão quanto à alocação de recursos financeiros no centro acadêmico?
	2.2	Você tem dificuldade em compreender a alocação financeira no centro acadêmico?
3	-	Você tem conhecimento sobre a descentralização orçamentária que tem sido implantada na Ufes em 2017 pela Proad?
	3.1	Você teve alguma dificuldade para compreender algum aspecto dessa descentralização orçamentária?
	3.2	Poderia comentar algum critério de alocação de recursos adotado pela Ufes?
4	-	As proposições discutidas no conselho departamental estão de acordo com os interesses da sociedade?
	4.1	O processo de deliberação e execução dessas proposições é conduzido de forma descentralizadora?
	4.2	A comunidade acadêmica dispõe das informações necessárias para discutir as proposições submetidas ao conselho departamental?
	4.3	A comunidade acadêmica dispõe das informações necessárias para fiscalizar a execução das proposições deliberadas?

5	-	Na sua percepção, quais foram as principais reivindicações da comunidade acadêmica do centro acadêmico nos últimos 12 meses?
	5.1	O atendimento a essas reivindicações depende de alocação orçamentária?
	5.2	Essas reivindicações foram discutidas no conselho departamental?
	5.3	Essas reivindicações foram atendidas?
6	-	Na sua percepção, cada segmento da comunidade acadêmica conhece as alocações de recursos do centro acadêmico?
	6.1	De que forma você pode ter acesso à prestação de contas referente aos recursos alocados no centro acadêmico?
	6.2	A prestação de contas do centro acadêmico é de fácil leitura, interpretação, entendimento e compreensão?

**Quadro 17: Tópicos do roteiro de entrevista.**

**Fonte: Elaboração própria, 2017.**

Os tópicos do roteiro de pesquisa estão em forma de perguntas, mas as entrevistas foram realizadas de forma semiestruturada, com possibilidade de intervenção para esclarecimentos ou questionamentos adicionais. Dessa maneira, ocorreram variações de uso, de acordo com o perfil do entrevistado. Os resultados das entrevistas a gestores e outros servidores complementaram a investigação sobre a adequabilidade dos critérios de análise.

## 6.2 Entrevistas

As entrevistas demonstraram que, apesar das limitações intrínsecas ao processo de descentralização da alocação de recursos, considerando o quadro geral – de redução dos repasses financeiros do governo federal –, a universidade tem alcançado êxito em sua gestão orçamentária, imprescindível à manutenção dos seus serviços à sociedade. Tal resultado é atribuído às ações pactuadas entre duas pró-reitorias e os centros acadêmicos. Em geral e em diferentes níveis, a comunidade acadêmica atua nesse processo mediante representação dos seus segmentos nos respectivos conselhos departamentais. Por esse ângulo, incumbe aos gestores o diálogo constante com os atores envolvidos.

### 6.2.1 Relação entre direção de centro e conselho departamental

A relação entre direção de centro e conselho departamental pode ser bem estanque, em que o conselho delibera e a direção executa, como se deduz da percepção do diretor do CCE.

A relação, hoje, que nós temos com o conselho departamental através das reuniões [...] administrativas, onde as várias questões dos departamentos, dos cursos através dos seus colegiados, dos representantes da comunidade do CCE, [...] os assuntos são debatidos e são deliberados. Essas decisões, elas são e devem ser respeitadas [...] e sobre elas são tomadas as devidas [...] providências, os [...] devidos registros. (DIRETOR DO CCE).

No CCJE, o diretor considera “[...] uma relação [...] muito construtiva, uma relação muito coesa, muito próxima, [...] que contribui com a gestão do centro da melhor maneira possível”. Esta coesão aparenta derivar dos tipos de formação acadêmica disponíveis nesse centro, os quais são complementares no subsídio à gestão pública. Nesse contexto, é a fala do diretor, em resposta ao tópico 6.2, sobre a capacidade de inferência da prestação de contas.

Por exemplo, você tem os departamentos de administração, economia e, sobretudo, ciências contábeis; são especialistas na matéria [...], então eles são capazes de ter um olhar mais [...] por dentro do orçamento; se tem departamentos como [...] de serviço social, departamento de direito; são departamentos que [...] têm já capacidade de politizar a discussão; de entender que isso aqui é um desdobramento de uma política maior que vem do governo federal, sucateamento [...] das universidades públicas; [...] essa discussão é muito bem feita pelo departamento de serviço social; você tem, lá, [...] professores que são especialistas em ensino, em políticas voltadas para o ensino superior brasileiro; [...] no departamento de ciências contábeis, por exemplo, talvez a discussão seja mais em torno [...] da metodologia orçamentária, metodologia de exposição, de críticas à metodologia da descentralização da forma como ela foi feita; [...] não que uns saibam mais e outros saibam menos, [...] não é isso; são que os olhares são diferentes, os olhares são distintos (DIRETOR DO CCJE).

O diretor do CAR qualificou o “[...] conselho departamental como um conselho bastante produtivo e bastante cooperativo”. Em sua percepção, existem divergências que não impedem tal colaboração, pois ele caracteriza sua relação com os membros do conselho como “[...] muito tranquila, muito fácil [...] de caminhar as coisas, [...] de discutir”. Nesse sentido, argumenta que “[...] há sempre uma busca [...] de trabalhar dentro [...] daqueles preceitos da

ética, [...] do respeito [...] com cada um dos conselheiros que se manifestam”. O resultado percebido é o estabelecimento de “uma relação bem franca e aberta” com o conselho.

O diretor do CCHN destacou o profissionalismo em sua relação com o conselho departamental, associado à transparência e total confiança. O diretor “[...] diria que todos os problemas do centro são conversados no conselho departamental [...]”, o qual tem sido fortalecido. Há uma distinção entre assuntos políticos, mais direcionados ao conselho, e questões direcionadas aos setores técnicos do centro, quando não se consegue resolver diretamente na instância deliberativa.

### 6.2.2 Alocação de recursos

Na perspectiva conteudística, os entrevistados responderam a questões relativas à descentralização orçamentária proposta pela Proplan. Os entrevistados U1, U2 e U6 não têm conhecimento sobre essa descentralização. Os demais (U3, U4, U5, U7 e U8) apresentam diferentes níveis de conhecimento quanto à implementação desses procedimentos de gestão. O entrevistado U8, por exemplo, mesmo não sendo membro do conselho departamental, ouviu falar sobre o assunto e não teve dificuldade para entendê-lo. O entrevistado U4, com maior conhecimento sobre o tema, por integrar o conselho departamental, assegurou que a descentralização orçamentária é extremamente simples. No CAR, o processo de descentralização é considerado novo, em fase de aprendizado. O diretor entende que a descentralização é parcial, “[...] não tendo como discutir muito amplamente as possibilidades de trabalhar com o orçamento”, pois, em sua maior parte, não é possível realizar alterações.

O que a gente faz é [...] apresentar ao conselho [...] a distribuição que é proposta [...] pela Proad [...] e se discute [...] as dificuldades de conduzir a gestão em função [...] dos próprios limites financeiros que se tem para trabalhar em cada uma das áreas [...]. Então, muitas vezes não se debate, até porque você também não tem uma margem pra poder discutir possíveis alterações dentro daquilo que já tá previamente estabelecido [...], apenas busca executar e na medida que vai executando esse orçamento [...], vai se dando conhecimento aos setores [...] das limitações, [...] das dificuldades que se tem pra viabilizar certas coisas em função dos limites orçamentários, mais acho que talvez precisávamos fazer [...] uma discussão um pouco mais aberta, um pouco mais transparente, eu faço essa autocrítica [...] da descentralização (DIRETOR DO CAR).

Por outro lado, o CCJE demonstra mais afinidade técnica com a questão orçamentária. A comunicação formal com a comunidade, além do conselho departamental, é mediante relatório anual de gestão, em que se apresenta como os recursos foram gastos, conforme detalhado pelo diretor: “[...] em que departamento foi gasto, quanto nós gastamos de passagem, quanto nós gastamos com diárias, quanto nós gastamos de manutenção, quanto nós gastamos de ajuda de custo pros alunos, enfim”. Ambos os centros comunicam os resultados da gestão, contudo a transparência no CCJE é, no mínimo, mais tempestiva, considerando a proximidade entre o conselho departamental e a direção do centro, em relação à questão orçamentária.

O que nós temos de orçamento para 2018, [...] veja, esse é o relatório referente à de 17; então nós já colocamos orçamento previsto pra 18; então nós já apresentamos isso pro conselho [...] e você pode ver que, por exemplo, essa rubrica aqui de consumo, nós tivemos [...] uma economia de praticamente 60 mil reais; [...] dos 122 mil disponibilizados, nós gastamos 56 [...] e o orçamento muito próximo foi mantido para 2018, [...] de 122 para 123 mil [...] então seja, aqui nós temos uma margem para realocar esse recurso para outra despesa, passagem, diárias, [...] manutenção predial [...], essas decisões [...] são levadas ao conselho, que vai me dizer assim: olha, [...] essa parte aqui você poderia [...] suplementar o recurso pra diária, que é um recurso muito pequeno ou você pode pegar esse recurso e jogar pra ajuda de custo; [...] como a metodologia não se consolidou totalmente, [...] o conselho ainda não tem todas as informações, [...] os diretores também não têm todas as informações para de fato promover uma decisão [...] abrangente no ponto de vista da participação [...], na medida que essa metodologia caminhar, a gente vai ter condição de expor uma planilha no começo do ano e dizer [...] como a gente vai gastar, entendeu? Hoje a gente meio que trabalha com aquele orçamento que é destinado pela [...] Pró-Reitoria de Administração (DIRETOR DO CCJE).

Desta forma, essa descentralização desencadeia dois níveis de participação: a) atuação dos gestores de centros acadêmicos na pactuação de resultados na administração central da Ufes; e b) participação das comunidades acadêmicas locais nos respectivos processos decisórios, que podem ocorrer no âmbito dos conselhos departamentais. Em geral, os diretores de centro reconhecem que a descentralização implementada pela Proplan/Proad ampliou a qualidade da gestão dos recursos, embora haja diferentes percepções quanto à margem de liberdade para a gestão de recursos considerados realocáveis. A participação da comunidade acadêmica local pode ser direta ou por meio do conselho departamental. Há também uma ideia de descentralização para os setores hierarquicamente vinculados a cada centro. Esta é, por exemplo, a percepção do diretor do CCE.

Sobre alocação de recursos financeiros [...], hoje ainda é centralizado na direção do centro, nós ainda não [...] estamos ainda em condições de descentralização para nossas unidades, ou seja, para departamentos e colegiados. [...] O orçamento [...] é disponibilizado [...] pros representantes do [...] conselho departamental, e são apresentadas as estratégias [...] de como esses recursos serão aplicados [...]. (DIRETOR DO CCE).

O CAR, pela direção do centro, justifica a centralização das decisões com base na escassez de recursos. Apesar de não serem realizadas discussões ampliadas, os chefes de departamento são consultados, assim como a vice-diretora e a administradora do centro. O CCHN demonstrou ter uma gestão financeira mais descentralizada, oportunizada por recursos provenientes dos projetos vinculados a departamentos do centro, como o Centro de Línguas para a Comunidade (CLC). Segundo o diretor, essas verbas são distribuídas assim: “[...] um terço para o departamento de origem, [...] um terço, direção do CCHN [...] e um terço dividido igualmente para os departamentos”. Enquanto os departamentos têm a possibilidade de administrar os próprios recursos, a gestão do centro adota, conforme o diretor disse, “[...] a política do primeiro a [ser] pedido, o primeiro a ser servido”. Dessa comunhão de recursos, resulta que, apesar de determinadas rubricas se esgotarem antes do término do ano, a comunidade acadêmica tem sido satisfatoriamente atendida. O diretor atesta que, em decorrência da suficiência de verba, não tem havido reclamações.

Em relação às dificuldades na implementação da descentralização orçamentária, o diretor do CCJE acrescenta que, muitas vezes, os repasses do governo federal não são honrados.

A descentralização vem no momento de dificuldade, no contexto de PEC no teto dos gastos, [...] o valor que tá aqui é em função dos contingenciamentos que são feitos em Brasília. Eles às vezes se tornam valores [...] virtuais; de repente vem o governo federal e [...] não corresponde àquilo que tá estabelecido na [...] lei de orçamento (DIRETOR DO CCJE).

Ao considerarem que as percepções dos diretores de centro convergem para o reconhecimento do pleno funcionamento dos cursos como interesse da sociedade, os centros acadêmicos reduziram os gastos para próximo do estritamente necessário à manutenção desses cursos, nas perspectivas acadêmica e administrativa. Por esse ângulo, o modelo de descentralização tem sido reconhecido como uma ferramenta necessária para enfrentar as adversidades financeiras. As limitações do método têm sido discutidas nos dois níveis de descentralização e algumas soluções têm sido providenciadas. Por exemplo, a medição de

consumo de eletricidade por centro acadêmico, conforme relatou o diretor do CCJE:

[...] evidentemente que os pró-reitores [...] têm noção dessas limitações [...], a Proad agora e a Proplan, eles estão trabalhando no sentido de garantir a medição [...] individual de cada centro [...], porque, uma vez você economizando aquele recurso, a ideia que ele possa ser remanejado. Mas ainda não é assim (DIRETOR DO CCJE).

A descentralização, no âmbito de cada centro acadêmico, difere em razão do tipo de deliberação. Mudanças estruturais geralmente demandam discussões prévias nos departamentos, como ocorre no CAR e no CCHN. O CEFD, inclusive, estabelece um padrão, em que as reuniões dos departamentos sempre antecedem a reunião do conselho departamental. Por outro lado, é muito comum a centralização das decisões operacionais na direção do centro, como também ocorre no CCJE.

A execução é centralizada. Por quê? Porque a direção tem mais equipe, porque, às vezes [...] não adianta ter o orçamento se você não tem equipe pra fazer a gestão do orçamento. Então, [...] essa parte de manutenção predial, informática, passagens, diárias, ou seja, a execução do orçamento, ela é toda feita aqui na direção, pela secretaria geral (DIRETOR DO CCJE).

Ou seja, a gestão do orçamento descentralizado é realizada pela direção do centro, com suporte de equipe técnico-administrativa. O principal problema, comum a todos os centros acadêmicos, tem sido a segurança, que tem dotação orçamentária gerida pela administração central da Ufes. Algumas pessoas entrevistadas apontaram que foi concedida exceção ao CCS, para gerir sua parte nos recursos com segurança, considerando que esse centro corresponde a um *campus* separado. Nesse sentido, percebe-se que a descentralização dos recursos na Ufes, tem sido implementada de forma participativa. Entretanto, as respectivas alocações não são necessariamente do conhecimento de cada segmento da comunidade acadêmica.

No CCE, a destinação dos recursos é planejada com a participação das unidades administrativas internas. Seu diretor argumentou que a prestação de contas “[...] vai ficar mais na ponta do lápis [...]” (visível, acessível, transparente) com a implementação da descentralização.

Eu apresento, início do ano, [...] o que é alocado para o centro e solicito a cada unidade que apresente a sua demanda financeira [...], para que a gente possa montar uma estratégia [...], um plano de gestão. Então, o orçamento é disponibilizado [...]; eu procuro [...] mais no final do ano [...], mesmo que seja na forma de comunicação, informar por que os recursos foram gastos [...], o que foi gasto [...] com manutenção, o que foi gasto com limpeza, o que foi gasto com material de construção, a gente dá uma geral sobre isso [...], não como se fosse uma prestação de contas formal, mas, pelo menos, na forma de informes [...] à comunidade de como os recursos foram [...] sendo utilizados, mesmo porque é difícil prestar contas, porque como não é descentralizado, fica tudo num bolo [...]; você discriminar o que cada um gastou é complicado, mas a gente tá caminhando pra descentralização [...] (DIRETOR DO CCE).

O diretor do CAR identificou diferenças entre os segmentos da comunidade acadêmica em relação ao conhecimento sobre as alocações dos recursos. No seu entender, poucos estudantes se interessam em conhecer sobre alocação. E, entre os servidores, os que mais conhecem a alocação dos recursos são docentes que ocupam cargos de gestão ou os técnicos-administrativos que são envolvidos em manutenção e compras. A qualidade da prestação de contas (e sua disponibilização) é questão superada no CCJE, cujo diretor ressalta o potencial da “mobilização em torno da discussão do orçamento”, para que as alocações de recursos sejam conhecidas pelos segmentos da comunidade acadêmica. Entretanto, é necessário ponderar os possíveis limites das prestações de contas em todos os centros, considerando o descompasso entre o planejamento, que é parcialmente descentralizado, e a execução, que é majoritariamente centralizada, como bem descreve o diretor do CAR:

Na verdade, eu não acho que há uma prestação de contas efetivas desse recurso ainda; [...] o que se faz é consolidar relatórios e tal, mas, mesmo isso, o centro tem dificuldade porque também a execução orçamentária, embora haja descentralização, a execução dos serviços não... não passa pelo centro [...]; a maior parte dos serviços são executados pela administração [central], e aí, o resultado dessa execução orçamentária não retorna ao centro; então, por exemplo, atualmente, eu já recriei toda movimentação do orçamento do ano passado e, até agora, não recebi [...] como foi [...] gasto [...]. Embora você vá definindo, autorizando os gastos, [...] não é só naquela [...] linha de [...] aplicação de recursos e tal; a consolidação disso ainda não tem retornado ao centro, para que você possa fazer uma crítica, uma avaliação pra poder planejar melhor [...] a aplicação do ano seguinte; então, também essa prestação de [...] contas fica a desejar porque também a gente não tem retorno (DIRETOR DO CAR).

Enquanto o diretor do CCJE destaca a utilidade da simplificação das informações, o diretor do CAR alerta sobre a questão da desagregação das informações. Em síntese, relata que é informado “[...] quanto foi gasto dentro daqueles campos principais [...], mas não há uma

prestação de contas detalhadas disso, onde se possa fazer uma análise mais criteriosa [...] de como foi feita a execução orçamentária”. Sendo assim, é pertinente ponderar que não se trata de comparação de nível de transparência entre os centros, pois o tema foi abordado em distintas dimensões, sob diferentes perspectivas. Quanto à prestação de contas, um entrevistado vinculado ao CCS foi taxativo ao afirmar que “[...] foi transparente, mas foi transparente [somente] para o conselho departamental”. Análise das entrevistas demonstrou que essa limitação é relativamente recorrente em outros centros.

O diferencial do CCHN é relacionado ao processo deliberativo. Por meio de análise das regressões relativas a P14 e P16, principais variáveis do respectivo fator, gera-se uma percepção de que a comunidade acadêmica do CCHN tem visão mais ampla dos interesses da sociedade, aspecto incluso na variável P16. Assim, teriam maior consciência de que a tradicional melhoria (ou manutenção) da qualidade dos cursos é uma simplificação aquém dos anseios da sociedade. Assim, a percepção estaria afetada pela elevada expectativa. Faz sentido, pois, enquanto o CEFD se destaca em P16, o CCHN é implacável no critério de análise representado pela variável P14: “[...] os discursos exercidos pelos membros do conselho departamental valorizam processos participativos”. Essa análise é convergente com dois aspectos associados, apontados pelo diretor do CCHN: ampliação das discussões aos departamentos e fortalecimento do conselho departamental, com incentivo de encaminhamento da discussão aos representados.

### **6.2.3 Transparência no processo decisório**

Considerando que as dimensões da transparência são visibilidade e capacidade de inferência, a análise das entrevistas buscou identificar os principais fatores que podem dificultar o acesso à informação (visibilidade) ou a sua interpretação (capacidade de inferência). Entre as causas da limitação do acesso à informação, evidenciaram-se as seguintes: a) incerteza quanto à forma de divulgação das informações; b) desinteresse da comunidade; c) insuficiência dos espaços de discussão em cada centro e em cada segmento da comunidade acadêmica; e d) disputas por espaços de poder. Assim como o acesso à informação depende de ações da gestão e da comunidade acadêmica, a capacidade de inferência depende da habilidade específica de cada integrante dessa comunidade, bem como do êxito da gestão em adequar essas informações aos principais públicos.

Transparência na perspectiva da participação cidadã não se limita ao acesso às decisões emitidas pelo conselho departamental. É necessário que a comunidade conheça, além das proposições submetidas, as informações necessárias para discuti-las. Para tanto, é necessário um repasse qualificado das informações, pois as proposições podem ser de natureza política. Assim, cada segmento da comunidade acadêmica pode ter uma interpretação peculiar sobre a pauta. É o que se deduz da análise conjunta das respostas dos entrevistados.

A limitação do acesso à informação relatada pelo entrevistado U8 ilustra a retenção das informações pelo respectivo chefe de Departamento: “[...] a gente nunca tem retorno [...] nunca vi isso voltar como respostas”. Como se trata de relações que podem variar de natureza, desde institucional até pessoal, emergem diferentes percepções. Para o entrevistado U2, a comunidade acadêmica não dispõe das informações necessárias para discutir as proposições submetidas ao conselho departamental. Por outro lado, para a entrevistada U3, “[...] sim, a acadêmica dispõe”. Em tom de proximidade com a gestão, ela arrematou: “[...] porque é tudo encaminhado, tudo é [...] divulgado; isso a gente consegue”. O entrevistado U4, por sua vez, confirmou o acesso apenas aos membros do conselho. Em suas palavras: “[...] os outros, eu acho que depende de como isso é levado [...] pra comunidade”. Esse encaminhamento para a comunidade é justamente o parâmetro que o entrevistado U5 utilizou para explicar a distinção entre os três segmentos da comunidade acadêmica no acesso às informações relevantes, conforme segue.

[...] como que os docentes se comunicam: [...] fazem reunião de departamento e repassam as informações; os alunos: eles têm reuniões nos CAs, eles têm um sistema de e-mail, eles têm um grupo fantástico de WhatsApp; [...] os técnicos-administrativos não têm isso [...], eles não se organizam de forma efetiva neste ponto [...] (ENTREVISTADO U5).

Considerando as peculiaridades dos espaços de discussão em cada segmento apontado, o entrevistado U5 considerou que os representantes técnico-administrativos têm dificuldades para discernir o que é de interesse dos seus representados. Contudo, independentemente de haver um fluxo organizado de informação em direção à comunidade acadêmica, o interesse dela sobre algum assunto influencia o acesso à informação e a disponibilidade para participar da discussão, mesmo quem não tenha acesso aos espaços deliberativos.

Como o diretor do CCJE bem destacou, “[...] o conselho é a maior autoridade do centro [...]”]; é nessa perspectiva, como instância colegiada, que ele é demandado com potencial

de estabelecer critérios políticos que norteiam suas deliberações. O fluxo de informação entre conselho departamental e comunidade acadêmica pode ser dividido em dois tipos: prévio e póstumo às deliberações. A comunicação prévia está bem relacionada à busca de consensos, como ocorre no CAR e no CCJE; a informação póstuma, condizente com o conceito de transparência retroativa, tem sido pensada em termos de divulgação em página oficial na internet. Outra forma de acesso em que convergem principalmente as percepções do entrevistado U5 e do diretor do CCJE seria por meio da capilaridade que os membros do conselho departamental têm na comunidade acadêmica. A fala do diretor do CCE ilustra os limites dessa capilaridade:

Todas as decisões [...] são comunicadas à comunidade acadêmica, via caixa postal dos *e-mails* [...]; são comunicadas nas reuniões do conselho departamental, do ponto de vista da administração do centro; que acontece que às vezes essas informações que vão aos chefes e aos coordenadores, elas não são repassadas à comunidade; é por isso que tenhamos que voltar naquela questão da divulgação, de uma divulgação mais macro, seja feita através de uma página ou coisa do tipo [...] (DIRETOR DO CCE).

Diferentes ações têm sido implementadas para alcançar a participação da comunidade acadêmica nas deliberações relevantes. O CCJE, por exemplo, alcançou a mobilização dos estudantes por meio do engajamento de suas lideranças. Assim, foi possível ampliar o debate sobre a situação financeira do centro diante dos cortes orçamentários do governo federal. Outro exemplo: o CAR, reconhecendo a limitação de representatividade no conselho departamental, faz reuniões com os técnicos-administrativos quando a questão os afeta.

As decisões que afetam [...] os técnicos, a prática nossa é chamar os técnicos e conversar, e expor as situações [...] como fizemos agora, recentemente [...] com a mudança que houve na resolução [...] que afeta o regime de trabalho deles [...] a questão da [...] jornada de trabalho; [...] então, os setores que estavam, por exemplo, [...] implicados [...] nesses regimes de trabalho foram chamados pra discutir a resolução votada no conselho universitário; se discutir [...] como conduzir isso; enfim, eu diria que, numa maneira geral, você procura dar a voz aos técnicos (DIRETOR DO CAR).

A entrevistada U6 disse: “quando é algo assim que [...] vai atingir a grande massa de pessoas envolvidas, aí eu acho que, talvez, a comunidade, né, seja dos estudantes, dos servidores, se propõe a discutir”. Assim, indagada quanto a um exemplo, ela se lembrou da jornada de

trabalho que se refere à unificação de setores administrativos para a realização de turnos ininterruptos, com redução de carga horária dos servidores técnico-administrativos. Para a entrevistada, esse é um fator que interessa à comunidade acadêmica, porque, segundo suas palavras, “[...] aí, é algo que rompe com, né, com toda uma estrutura”.

No CEFD, constatou-se uma separação de pauta entre docentes e técnicos-administrativos. O diretor foi decisivo ao afirmar que o poder de decisão é do conselho departamental. No entanto, há mensalmente uma sequência de reuniões nas instâncias inferiores, estritamente docentes, que antecedem e direcionam as decisões do conselho. Enquanto essas reuniões são regulares e abrangentes, as reuniões com os técnicos-administrativos ocorrem de maneira ocasional e fracionada.

Os técnicos têm um horário de trabalho mais enrijecido do que os professores. Então, quando eu tenho que fazer reunião com os técnicos, geralmente eu faço duas: uma no turno da manhã e outra no turno da tarde [...], para pegar os servidores sem pedir que eles venham fora do seu horário de trabalho (DIRETOR DO CEFD).

A síntese da entrevista com o diretor do CEFD mostra que há contentamento dos três segmentos da comunidade acadêmica e os interesses da sociedade estão sendo acatados em conformidade com os entendimentos expressos no conselho departamental. Concomitantemente o diretor enxerga que a descentralização orçamentária empoderou os diretores de centro. Quanto à disponibilidade das informações necessárias para fiscalizar a execução das proposições deliberadas (tópico 4.3), o diretor do CCJE citou dois sistemas úteis à disponibilização de informações. O diretor do CAR, por sua vez, expressou que o efetivo acesso à informação pode ser uma questão de interesse:

[...] porque nem todos [...] tão preocupados [...] e buscam a tá acompanhando mais de perto [...] essas coisas; o que o conselho decidiu, como é que tá sendo encaminhado e tal. Eventualmente eu diria que muito mais os gestores fazem esse papel, efetivamente [...] os chefes de departamento, coordenadores de curso [...] e alguns técnicos [...] naquilo que tem a ver com atividade, a natureza do serviço, eles desenvolvem, acompanham; comunidade acadêmica, [...] no sentido mais amplo (alunos, professores e técnicos), não fazem esse acompanhamento [...] (DIRETOR DO CAR).

Na percepção da entrevistada U7, “[...] com a Lei da Transparência, qualquer um pode pedir informação”. Por outro lado, a entrevistada apenas “acha” que o pedido não seria negado. Sua ênfase é que “[...] as pessoas nem sempre se interessam em pedir todas essas informações [necessárias para discutir as proposições submetidas ao conselho departamental]”. Nesse sentido, o acesso prévio às informações relevantes às discussões foi interpretado como uma questão de interesse pessoal, conforme se confirma em seu relato sobre a reunião do conselho.

Muitas vezes, na convocação da reunião, o assunto que vai ser discutido é enviado em anexo. Poucas pessoas leem ou têm interesse em ler; [...] poucas pessoas se preparam para ir a essas reuniões, nesse sentido de ler, ter informação; [...] então, por isso tem um relator, que chega lá, explica [...] e abrem-se as dúvidas; [...] espera-se [...] que esse relator tenha informações que podem ser debatidas, mas é sempre, né, uma suposição que pode ser tendenciosa. Eu tô delegando para ele se informar e me informar [...] eu imagino que, se eu quiser informação [...], eu poderia ter acesso a elas; [...] a menos que seja um assunto de muito interesse meu, eu vou procurar saber com antecedência. Eu chego lá no conselho, tomo a decisão em função do que tá ali posto; [...] uma coisa é em teoria e outra coisa é como isso funciona na prática (ENTREVISTADA U7).

Os entrevistados, em unanimidade, perceberam que os segmentos da comunidade acadêmica não conhecem as alocações de recursos do centro acadêmico. As respectivas informações tendem a ficar restritas aos membros do conselho departamental. Nas palavras da entrevistada U7, “[...] essa informação não sai replicando para fora, não”. No mesmo sentido, o entrevistado U5 afirmou que “[...] isso não é tão óbvio para a comunidade acadêmica”. Em tom de reclamação, o entrevistado U8 enfatizou que “[...] ninguém sabe de nada; de técnico a professor, estudante, ninguém sabe de nada; só os membros do conselho departamental”. No mesmo sentido, a entrevistada U1 entendeu que as informações são transparentes “[...] pra um grupo só, não é transparente pra todo mundo”. Sem delongas, os entrevistados U2, U4 e U6 expressaram seus níveis de certeza quanto ao desconhecimento da comunidade acadêmica, inclusive a entrevistada U3, que demonstrou ser politicamente ligada à direção do centro, concordou: “[...] humm não; não conheço, tá?”.

Quanto à forma de acesso à prestação de contas, referentemente aos recursos alocados no centro acadêmico, muitos têm a noção de que a informação deve ser divulgada na internet, porém nenhum entrevistado, exceto diretores, atestou tal disponibilidade. O entrevistado U2, em tom de ansiedade, fez referência ao Portal da Transparência: “[...] não faço a mínima ideia; se aquele site da transparência alguma coisa tem ali, mas eu não sei não”. A entrevistada U3 também fez referência àquele site. Ela mesma se contradisse, pois afirmou ser esse o “[...]”

ponto mais fácil [...]”, contudo confessou, em tom de ironia, o seu desconhecimento: “[...] também nem sei como entrar lá direito”. E prosseguiu: “[...] porque não é tão simples chegar o passo a passo de chegar até você ver é [...] os rela...”. Essa fala interrompida poderia referir-se aos relatórios de gestão. Independentemente da referência, confirmou o baixo nível de visibilidade da prestação de contas, considerando a percepção da entrevistada. Semelhantemente aos entrevistados U2 e U3, a entrevistada U1 fez especulações sobre onde encontrar as informações pertinentes. De modo diferente dos entrevistados U2, U3 e U1, os entrevistados U6 e U8 simplesmente assumiram não saber de que forma podem ter acesso à prestação de contas.

Para os entrevistados U4 e U7, a prestação de contas é de fácil acesso. Mesmo apresentando incerteza quanto à disponibilidade na internet, eles demonstraram ter facilidade para conseguir essas informações. A entrevistada U7 informou que a direção do centro “[...] faz um relatório de gestão; então é só fazer lá um pedido que quer conhecer”. Enquanto a entrevistada U7 deduziu o acesso com base na existência de um relatório de gestão, o entrevistado U4 alegou que já teve acesso várias vezes, contudo em decorrência de sua atuação no conselho departamental do respectivo centro.

Diferentemente dos entrevistados U2, U3, U4 e U7, o entrevistado U5 certificou-se das limitações da prestação de contas, “[...] que foi transparente, mas foi transparente para o conselho departamental, mas não foi transparente para [...]”. Essas palavras do entrevistado U5 indicam que, em sua percepção, o respectivo centro não tinha uma forma de divulgação da prestação de contas realizada em reuniões do conselho departamental. A demonstração das alocações de recursos no centro acadêmico foi de fácil interpretação, porém sua visualização ficou restrita às pessoas que participam do conselho departamental.

Foi perguntado aos entrevistados se a comunidade acadêmica dispõe das informações necessárias para fiscalizar a execução das proposições deliberadas. É uma questão que aparentemente se relaciona aos fatores transparência, participação e processo deliberativo. Contudo, a tônica resultante dessa questão foi a compreensão da transparência e da participação como fatores independentes. Ou seja, o interesse e a iniciativa de participar podem ser prévios ao acesso à informação, assim como o simples acesso à informação não garante qualquer ação que requeira a sua utilização. Para o entrevistado U5, “[...] a comunidade dispõe, [...] mas a comunidade não faz”. Nesse contexto, citou três frases utilizáveis pela comunidade acadêmica para justificar tal omissão: a) “[...] eu acredito que o meu chefe sabe o que está fazendo [...]”; b) “[...] ele errou, tá tranquilo [...]”; e c) “[...] faça só sua parte”. Esta última expressão é totalmente avessa aos preceitos da gestão social. É o oposto da ação comunicativa. O

entrevistado atribui essa forma de agir ao histórico de ditadura no país, considerando inclusive que “[...] nós não repensamos isso [...] dentro de uma cultura democrática [em que] todos nós temos que estar informados para executar”.

É importante ressaltar que executar não é necessariamente participar, pois pode restringir-se ao “faça só sua parte”. Desse modo, o entrevistado U5 demonstrou sua angústia em querer agir conforme os valores em que acredita e tragicamente se apresenta rendido a uma situação que cerceia sua autonomia como cidadão.

Os entrevistados U6 e U8 cometeram o equívoco de argumentar que a falta de transparência impede a fiscalização da execução das proposições deliberadas. Nesse sentido, a entrevistada U6 questionou: “à medida que isso não é transparente, como que a gente vai fiscalizar?” Com teor semelhante, o entrevistado U8 disse: “[...] nem sei quais são as prioridades de recursos atualmente; então, não poderei fiscalizá-las, se não faço a menor ideia”. A falta de transparência ativa não é um impeditivo à participação, pois quem está disposto a participar dispõe de meios para conseguir acesso às informações, com maior ou menor êxito. Conforme reconheceu a entrevistada U7, “[...] as informações não estão tão livres assim, mas, se pedir, você tem acesso”.

A fala do entrevistado U4 sinalizou que, em sua percepção, o problema da fiscalização não está relacionado ao acesso às informações. Após longa pausa, o entrevistado respondeu: “[...] se dispõe das informações, sim”. Essa fala, em tom firme, causou gargalhadas ao entrevistado, que, em seguida, informou que iria limitar-se a responder à pergunta. Neste discurso, podem estar implícitas situações de retaliação, como temidas pelo entrevistado U8, ou falta de interesse da comunidade acadêmica, conforme relato do entrevistado U5. O discurso da entrevistada U3 corrobora a ideia de falta de interesse da comunidade acadêmica. Em sua percepção, as informações estão disponíveis “[...] só quando são montadas as comissões”. Em relação à sua experiência, em uma comissão instituída pela direção do centro, afirmou: “[...] nós tínhamos acesso a toda documentação, a gente teve acesso para discutir tudo, pra passar pra todo mundo”. Esse discurso transmite a ideia de centralização das decisões, pois tanto o acesso às informações quanto a discussão eram restritos à comissão. A formação de comissões com pessoas indicadas pela direção do centro pode ser um meio que esta utiliza para demonstrar aparência democrática, sem perder o controle das principais decisões.

O entrevistado U2 não soube dizer se as informações estão disponíveis: “[...] talvez seja divulgado”. Não associou o seu desconhecimento a nenhuma possível justificativa para não fiscalizar as execuções. Tal comportamento pode dar a impressão de que esse integrante da comunidade acadêmica não tenha interesse em fiscalizar ou participar de alguma outra forma.

Entretanto, assim como o entrevistado U8, apresentou postura participativa e interesse na transparência da gestão, em razão de ter utilizado a oportunidade da entrevista para apresentar fatos relevantes sob a perspectiva democrática.

Na opinião da entrevistada U1, a fiscalização e consequente busca de informações só ocorrem por motivos pessoais, o que não difere muito do entendimento da entrevistada U7, contudo, em âmbitos distintos. A visão da entrevistada U7 é a de quem participa das reuniões do conselho departamental, enquanto o sentimento da entrevistada U1 é de completa exclusão do processo deliberativo. Referindo-se ao conselho departamental, o entrevistado U8 afirmou que “[...] eles não divulgam para as câmaras departamentais ou para os outros entes da universidade as suas decisões, que não são transparentes”. Considerando a percepção desse docente, o conselho departamental não tem transparência vertical nem “para baixo” (câmaras departamentais), “nem para cima” (outros entes da universidade).

Na percepção dos entrevistados U1, U5, e, U6, as decisões de centro acadêmico privilegiam docentes. Desse modo, é natural que o processo deliberativo seja mais bem avaliado por eles, em comparação com a avaliação realizada pelos técnicos-administrativos e estudantes. Contudo, há uma variação entre os docentes: existem os que estão à margem da gestão e os que estão próximos, em uma relação de confiança, além dos que estão nem à margem, nem tão próximos aos espaços de decisão.

Uma finalidade manifesta das disputas por espaços de poder é a manutenção de privilégios, como o acesso a recursos. Sendo assim, o docente que tem relação de proximidade, ou confiança, com o gestor tende a defender a qualidade de suas ações. Assim, pode ter preferência na distribuição de recursos, enquanto os demais podem ser preteridos e, caso questionem, sofrer retaliações ou represálias, como expressou o entrevistado U8 em relação à direção do centro acadêmico.

Quanto à alocação de recursos financeiros, leva em consideração apenas a opinião e posição do chefe do conselho departamental que eu acredito que seja o chefe do centro, mas não existe uma planilha de aplicação de recursos do passado e nem de prioridade para o futuro; a gente não consegue ter acesso a isso e, toda vez que tenta chegar a isso, é bem retaliado (ENTREVISTADO U8).

O poder no centro acadêmico é centralizado no diretor, que exerce a função de presidente do conselho departamental. Não obstante, existe uma disputa de poder entre departamentos, conforme relatado pelo entrevistado U8: “[...] fico preocupado como vai ser

feito a defesa de descentralização no centro que eu faço parte pelos motivos que expus; da dificuldade de como é feita a distribuição, valorizando sempre os departamentos que tem mais poder político”. Esse poder político decorre, segundo o entrevistado, do quantitativo de professores pertencentes a determinados departamentos, que deteriam o poder de eleger o diretor do centro. Assim, “[...] são departamentos que mandam, escolhem salas, aplicam recursos, se sucedem”.

Considerando que houve ambiguidade no termo “compreensíveis”, utilizado na *survey*, em sua questão P2, que se refere à capacidade de inferência, foram utilizados, na questão 6.2 do roteiro de entrevista, os termos “de fácil leitura”, “interpretação”, “entendimento” e “compreensão”, referindo-se à prestação de contas do centro acadêmico. Esses termos, em conjunto, buscam dar o significado da segunda dimensão da transparência: a capacidade de inferência. Para a análise dessa dimensão, é necessário que esteja superado o acesso da informação em questão, contemplado na primeira dimensão: visibilidade.

Na percepção dos entrevistados U2, U6 e U8, a falta de acesso à prestação de contas inviabilizou qualquer juízo próprio sobre a qualidade correlata no que concerne à capacidade de inferência. Em relação à prestação de contas, o entrevistado U2 respondeu: “[...] não; não tive acesso”. A entrevistada U6 respondeu: “[...] eu nunca tive acesso”. Mais extenso, o entrevistado U8 comparou a gestão atual com a anterior e, em algum momento de sua fala, respondeu: “[...] eu não tenho acesso a nenhum tipo de esclarecimento em relação a como é utilizado [sic] os recursos no centro”.

A comparação expressa pelo entrevistado U8 foi pautada por informações recebidas, referentemente a uma época anterior ao seu ingresso na instituição. Nesse contexto, utilizou o termo “dizem” três vezes: a) “[...] dizem que antigamente todo chefe de centro tinha que apresentar, descrever os seus gastos do ano anterior [...] e aprovar os seus gastos do ano seguinte”; b) “[...] dizem que na época [...] isso era feito; todo mundo sabia o que era feito; todo mundo sabia onde [...] distribuía; o que [...] fazia e o que [...] pretendia fazer”; c) “[...] dizem, [...] embora [...] fosse mais dura, [...] era mais transparente”.

É interessante como duas características, aparentemente contraditórias, foram atribuídas à anterior direção do centro. Embora seu orçamento fosse previamente submetido à aprovação, a direção era considerada dura. Uma possibilidade seria que os grandes departamentos que dominam as eleições do centro não teriam conseguido manter seus privilégios nessa referida gestão e a teriam tachado de dura ou inflexível. Nesse sentido, “dura” seria implicitamente uma característica democrática. Outra possibilidade seria que os gastos eram aprovados, mas em bases não democráticas, e o termo “dura” se referia a uma gestão em

que não há margem para a participação da comunidade acadêmica, como ocorre com a gestão atual, cuja pauta do conselho não é formulada democraticamente, conforme descreve o entrevistado U8: “[...] pauta criada pra ratificar [...] as decisões que eles têm que registrar em ata para que a burocracia [...] não é uma pauta de necessidades”. Neste caso, na percepção apresentada pelo entrevistado U8, que utilizou a conjunção “embora” para relacionar as duas características, o termo “dura” entra em contradição com o termo “transparente”.

Ser transparente e não dar espaço para a participação cidadã é realmente uma contradição, pois os respectivos fatores, transparência e participação, contribuem para a qualidade do processo deliberativo. Então, seria importante entender as razões para uma gestão ser, ou não, transparente e as razões para ser, ou não, participativa, além da contribuição para a qualidade do processo decisório. Ou seja, a análise da transparência, sob a perspectiva da participação cidadã, suscita a necessidade de identificação de interesses opostos à qualidade do processo deliberativo que expliquem possíveis contradições da gestão.

Na percepção do entrevistado U8, a atual gestão age em função de interesses de pessoas que têm algum poder ou influência dentro do conselho departamental, ou mesmo no âmbito do centro acadêmico. Esse servidor, embora não seja membro do conselho, considera-se uma pessoa que está sempre buscando articulações e atribui a esse fato algumas concessões da direção. O entrevistado U2 corroborou essa perspectiva. Em sua opinião, “[...] quem é amigo do chefe [...]” tem vantagens, ao passo que o entrevistado U8 observou privilégios de alguns e lamentou a situação de quem não tem a mesma articulação: “[...] imagina uma pessoa que não tem articulação; deve estar sentado na mesma salinha dele desde que ele entrou aqui”. Esse é o caso do entrevistado U2, que atribuiu a situação precária de sua sala ao fato de não conhecer “ninguém”.

Na perspectiva do entrevistado U8, a atitude da gestão pode ser interpretada nos seguintes termos: “[...] venha a mim [...] eu me fecho com você na sala, ouço as suas demandas, vou ver o que vou resolver”. Isso significa que o modo de agir de uma gestão comprometida com interesses de um conjunto restrito de pessoas com maior influência política inviabiliza a transparência de suas decisões. Sendo assim, faz sentido o entrevistado U2 dizer que o “desconhecimento orçamentário”, ou a falta de transparência, gera uma “[...] sensação de que alguém foi privilegiado”.

Esse “venha a mim” é uma deturpação da participação, pois se constitui em um comprometimento restrito em que parte da comunidade acadêmica se corrompe mediante a utilização de recursos da sociedade. É o que se deduz das palavras do entrevistado U8: “[...] nós temos um senso de ética e moral muito elevado, mas na hora de ter nosso computadorzinho

[...]”. Assim, é possível, por exemplo, que algumas pessoas sejam desestimuladas a questionar determinada proposição submetida ao conselho departamental, ou até mesmo fiscalizar a respectiva execução.

A limitação da transparência e o cerceamento da participação, seja por privilégios, seja por retaliações, podem esvair a qualidade deliberativa do conselho departamental. Considerando a fala do entrevistado U8, a pauta seria sintomática para perceber a deterioração da qualidade do processo deliberativo. Em suas palavras: “[...] ela é uma pauta [...] corre que tem que fazer uma reorçamentação de um projeto, tem que passar na reunião [...] do conselho departamental; são pautas que ninguém tem acesso à pauta [...] ninguém sabe dizer [...]”.

Desta forma, explicita-se um quadro geral de assimetria de informação na gestão pública. Neste caso específico, enquanto os entrevistados U1, U2, U6 e U8 disseram não ter acesso à prestação de contas, os entrevistados U3, U4, U5 e U7 assumiram que essas informações estão disponíveis. Entretanto, mesmo que a visibilidade fosse idêntica, a transparência seria diferente para cada pessoa, porque a interpretação, a compreensão e a inferência sobre informações dependem da formação que é peculiar a cada indivíduo.

Quanto à capacidade de inferência sobre a prestação de contas, nos termos do item 6.2 do roteiro, o entrevistado U4 respondeu duas vezes a frase “pra mim, sim”. Essa afirmação demonstra a particularidade da experiência de análise de informações, assim como a habilitação dele para tal fim. O caráter pessoal da capacidade de interpretações financeiras é evidenciado pela entrevistada U7 em seu questionamento: “[...] fácil para quem? [...]”. Já o entrevistado U4 referiu-se à própria experiência, e os entrevistados U3, U5 e U7 consideraram as diferentes experiências da comunidade acadêmica. De acordo com suas percepções, a capacidade de inferência é diferente para cada pessoa, em razão do tipo e do nível de formação. O nível pode ser entendido como o grau de complexidade. Concomitantemente, o tipo de formação pode ser caracterizado pelo conjunto de técnicas desenvolvidas e conhecimentos assimilados em áreas acadêmicas e profissionais.

Eu acho que fica disponível no site da Ufes [...] que lá mostra quanto foi gasto em cada centro [...]. A tabela em si é simples, mas eu concordo com você que ela tem que ser mais transparente possível e [...] até para a pessoa mais [...] simplória, com menos estudo, possa entendê-la (ENTREVISTADO U5).

Diferentemente, as entrevistadas U3 e U7 lembraram o tipo de formação. Para a entrevistada U3, a adequada leitura da prestação de contas depende de assimilação da linguagem técnica utilizada em legislações relacionadas à administração pública. Mais confiante, a entrevistada U7 acreditou que o domínio da técnica de leitura de gráficos fosse suficiente.

São gráficos, né?! Ele faz uma série de gráficos. Quem sabe ler gráfico, né, assim, [...] depende do conhecimento de quem tem. Você tem pessoas das mais diversas formações. Nem toda formação habilita [...] a pessoa com a formação para ler gráficos. Então, assim, quem sabe ler, eu acredito que é muito fácil. Né, eu não sei dizer pra quem é da... como o centro [...] tem cursos que também não são de áreas exatas [...]. Pra quem sabe, é fácil (ENTREVISTADA U7).

A entrevistada U3 defendeu que a compreensão da prestação de contas depende do conhecimento de determinados termos, como “centro de custo” e “dotação orçamentária”. Afirmou que, para entender esses termos, é necessário conhecer uma série de leis, consideradas básicas e inerentes à administração pública. Ela iniciou sua resposta dizendo: “[...] alguns pontos, né; mas não tem muita linguagem técnica”. Nesse contexto, não ter muita linguagem técnica seria uma justificativa da entrevistada para que outros pontos da prestação de contas fossem pouco transparentes. Ao tentar omitir seu desconhecimento sobre o tema, fez longo e irônico discurso sobre a questão da linguagem técnica; contudo, ao ser questionada diretamente sobre a sua experiência, admitiu: “[...] pra ser sincera, eu nunca li um relatório”.

A entrevista com o diretor do CCJE é esclarecedora em relação à complexidade da prestação de contas. O diretor faz a distinção entre a prestação de contas geral, mais formal, apresentada pela Proplan/Proad, e a prestação de contas apresentada pela direção do centro, mais simplificada.

[...] veja o formato dele [...] não há textos; são gráficos, imagens [...], então, a partir das imagens, ela tem uma noção clara, sabe onde gastamos, quanto gastamos em cada curso, sabe quanto gastamos em bancas; aqui, por exemplo, quanto nós gastamos em ajuda de custo pros alunos; [...] e é por isso que ele é feito nesse formato, ele busca simplificar [...] a informação [...] justamente por entender essa dificuldade que é [...], por exemplo, quando você pega [...] a Proplan, Pró-Reitoria de Planejamento, manda pra gente todo mês a [...] lista de despesas da universidade; [...] seria muito mais difícil [...] do que é [...] no relatório de gestão (DIRETOR DO CCJE).

Ambos os critérios de análise da transparência são acatados no CCJE. Além do acesso às informações financeiras nas formas de previsão orçamentária e prestação de contas, com a participação da comunidade acadêmica, a capacidade de inferência é facilitada pela simplificação das informações. Nesse sentido, é importante destacar que a transparência pode ser afetada por fatores tanto técnicos, como no CCJE, quanto políticos. Considerando a base matemática comum aos cursos de áreas tecnológicas, é de esperar que a posição ruim do CT, em termos de transparência, conforme regressão P2, seja em razão de questões de natureza política.

No CCHN, por outro lado, conforme entrevista com o diretor, corroborando a regressão P14, está sendo discutido, em algumas secretarias, a possibilidade de ter “[...] maneiras de medir o quanto a comunidade está sendo atendida [...]” e também a qualidade. Assim, pretende-se gerar relatórios que ampliariam a transparência das atividades do centro. Desse modo, demonstra-se que há diferenciação de centros acadêmicos quanto à transparência, assim como em relação ao processo deliberativo. As relações implícitas nesses conceitos teóricos podem ser esclarecidas por meio de modelos de equações estruturais.

### 6.3 Modelagem de equações estruturais

A análise fatorial exploratória identificou três fatores: processo deliberativo, transparência e participação cidadã. A análise das entrevistas, por sua vez, reforça que o processo deliberativo seja afetado positivamente pela transparência e pela participação cidadã. Sendo assim, é adequado utilizar um modelo de equações estruturais para ampliar a compreensão sobre essas relações. Para tanto, recorreu-se ao PLS-SEM, por sua adequação às características dos dados quantitativos obtidos e também pela simplicidade e eficiência no tratamento das informações com utilização do *software* SmartPLS 3 (RINGLE et al., 2015).

Enquanto o tamanho mínimo da amostra exigido pelo método escolhido, segundo Hair Junior et al. (2017), é 50, esta pesquisa trabalha com uma base de dados gerada por 102 respondentes. Sendo assim, o tamanho da amostra desta pesquisa é o dobro do requerido e, segundo parâmetros informados pelo autor, seria suficiente para testar construtos formativos com até dez indicadores. No caso presente, são três construtos reflexivos. Os indicadores foram validados em pré-teste. Como eles estão ancorados em pesquisas anteriores (TENÓRIO, 2012), priorizou-se o máximo alinhamento à semântica original, e o pré-teste confirmou que a leitura

dos respectivos tópicos é de fácil entendimento. Posteriormente, a análise da matriz de correlação indicou não haver redundâncias.

A base de dados foi investigada, e não houve respostas suspeitas, tampouco dados faltantes, pois a aplicação eletrônica do questionário impedia o envio incompleto. A análise de *boxplot* (Gráfico 1) indica que os dados da variável P7 podem não estar normalmente distribuídos. No entanto, não se trata de *outliers*. Simplesmente os respondentes que marcaram pontuação mínima (1), ou máxima (7), somam 69,61%. Considerando que o questionário foi aplicado em centros acadêmicos com realidades bem distintas, essa divergência de percepções não pode ser considerada caso de respostas extremas.

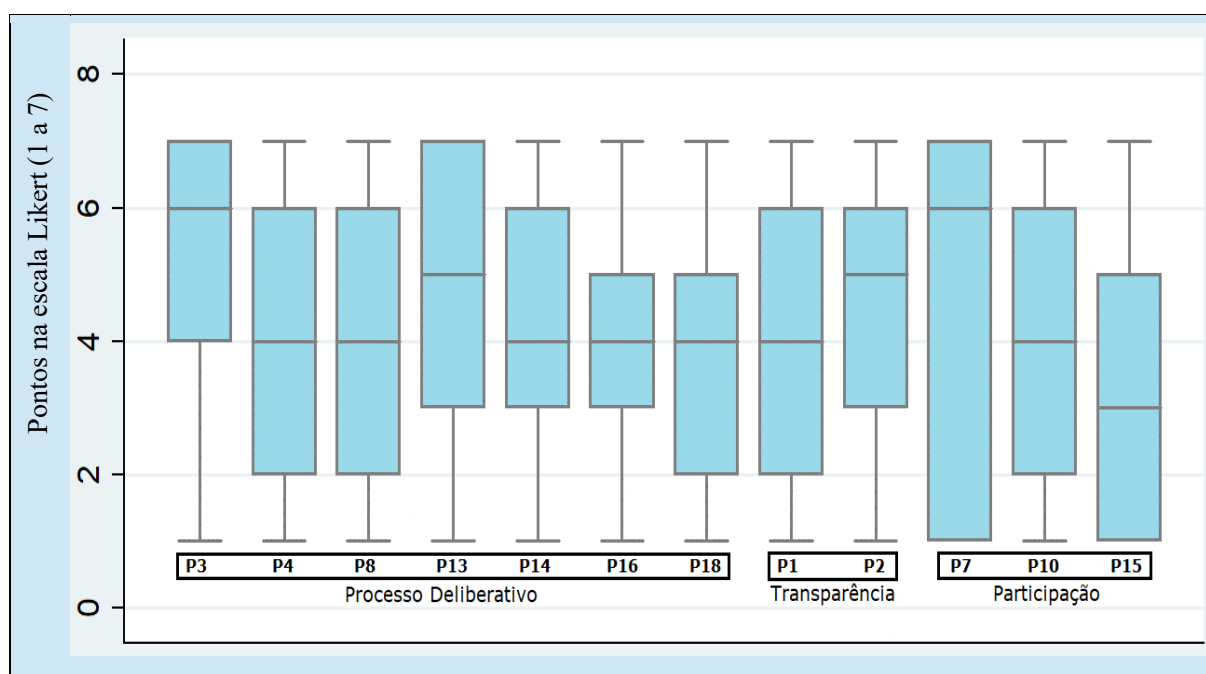


Gráfico 1: *Boxplot* dos indicadores utilizados no modelo estrutural.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Nota: Resultado gerado no *software* Stata, 2013.

Conforme se apresenta na Tabela 10, rejeita-se a hipótese de normalidade da distribuição dos dados relativos aos indicadores do modelo. Entretanto, essa característica não é impeditiva à utilização do PLS-SEM. A fim de caracterizar os dados adequadamente, adicionam-se os resultados dos testes *Skeness* e *Kurtosis*. Valores próximos a zero indicam haver problema quanto à simetria e curtose, respectivamente. Valores referentes a  $Prob > \chi^2$  até 0,05 rejeitam a hipótese de normalidade. Neste caso, especificamente, todas as distribuições apresentam curtose.

No construto processo deliberativo, destacam-se os indicadores P3 e P13. No construto transparência, destaca-se o indicador P2. No construto participação, destacam-se os indicadores

P15 e P7. Esses são os indicadores, cujos dados estão distribuídos assimetricamente, considerando o nível de significância de 10%. Os indicadores P3 (espaços de transversalidade) e P13 (forma de escolha dos representantes) referem-se ao processo deliberativo de modo mais abrangente, mas apenas no âmbito do centro acadêmico. Ao analisar o *boxplot*, percebe-se que as distribuições dos dados de ambos, diferentemente dos demais indicadores do construto, estão concentradas no limite superior.

Tabela 10: Resultados de testes de normalidade baseados em assimetria (*Skeness*) e curtose (*Kurtosis*)

Construtos	Indicadores	Skeness	Kurtosis	adj chi2(2)	Prob>chi2
Processo deliberativo	P3	0,0062	0,0487	9,81	0,0074
	P4	0,4888	0,0000	35,69	0,0000
	P8	0,5872	0,0000	-	0,0000
	P13	0,0343	0,0001	15,19	0,0005
	P14	0,9070	0,0016	8,74	0,0127
	P16	0,9122	0,0027	8,07	0,0177
	P18	0,7817	0,0002	11,62	0,0030
Transparência	P1	0,6337	0,0000	-	0,0000
	P2	0,1311	0,0000	15,96	0,0003
Participação	P7	0,0962	0,0000	-	-
	P10	0,5649	0,0000	-	0,0000
	P15	0,0250	0,0001	15,61	0,0004

Fonte: Dados da pesquisa gerados com a utilização do *software* Stata, 2013

Situação análoga ocorre no construto transparência, porém com intensidade menor. Ambos não estão extremamente próximos ao limite superior. Enquanto P1 tem sua distribuição centrada em torno da resposta média (4), sem muita proximidade com os limites, o indicador P2 tem sua distribuição centrada acima da resposta média. No construto participação, além do indicador P7, P15 tem muitas respostas no limite inferior (1). A diferença do indicador P17 é a majoração das respostas no limite superior (7 pontos na escala Likert). Desta forma, demonstra-se que o limite, superior ou inferior, acentua a assimetria nos casos em que o centro da distribuição está distante da resposta média (4).

A correlação interitens maior que 0,80 e Alfa de Cronbach maior que 0,90 indicam a existência de itens homogêneos, o que deve ser evitado. A análise de correlação entre os itens indica que a maior correlação interitens ocorre entre as variáveis P1 e P2, que compõem o construto transparência. Essa correlação (0,7858) é inferior ao limite recomendado. Os valores de Alfa de Cronbach dos construtos processo deliberativo (0,8943) e transparência (0,8776),

calculados para validar os respectivos fatores, em etapa anterior também se aproximam, mas não atingem o limite estabelecido. Assim sendo, espera-se que a mensuração dos construtos também não apresente problemas nesse quesito. Considerando a precedente análise fatorial exploratória, foram especificados o modelo estrutural e o modelo de mensuração construtos.

### 6.3.1 Especificação do modelo estrutural

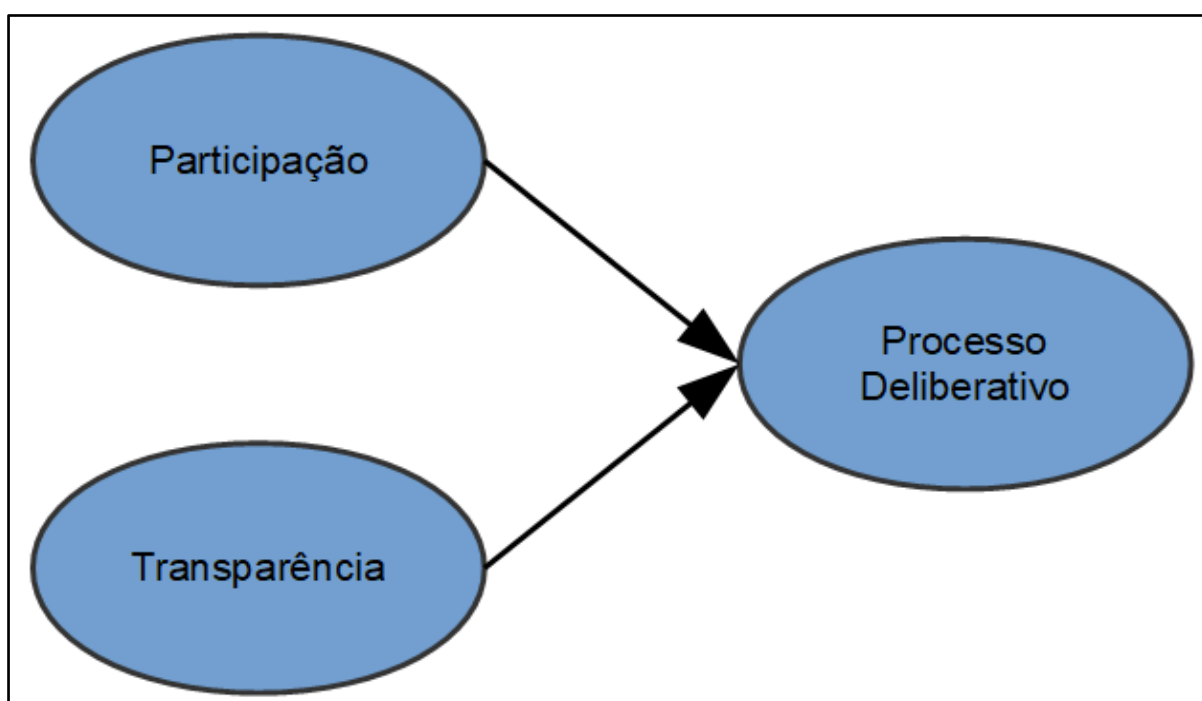
Os três construtos, emergidos da análise fatorial exploratória, foram assim titulados: “processo deliberativo” (fator 1), “transparência” (fator 2) e “participação”, considerando que os conteúdos semânticos de seus indicadores remetem ao conselho departamental, às informações e ao próprio ator social, respectivamente, e principalmente relacionam às três categorias que compõem o modelo de análise geral proposto (Quadro 11). Para especificar o modelo estrutural com a devida distinção dos construtos, é necessária a releitura interpretativa de algumas contribuições teóricas, pois o processo deliberativo integra conteúdos conceituais relacionados à transparência e participação, inclusive à integração de ambos.

Como a qualidade da participação cidadã é um dos principais elementos de análise de processos decisórios sob a perspectiva da cidadania deliberativa (TENÓRIO, 2012), a qualidade do processo deliberativo inclui a qualidade da participação. Nesse sentido, o conceito de participação cidadã integra-se ao conceito cidadania deliberativa, sendo termos substitutos em muitos casos, inclusive no Quadro 11. Em termos práticos, ainda não há distinção clara entre a qualidade da participação e a qualidade do processo deliberativo. São construções teóricas que se referem aos mesmos critérios de análise.

Entretanto, há distinção entre a qualidade da participação e a sua amplitude: “[...] a democracia necessita de um formato institucional que possibilite a realização de um processo deliberativo que viabilize a *ampliação* e a *qualificação* da participação [...]” (TENÓRIO, 2016a, p. 30, grifo nosso). A amplitude é captada pelo construto participação, que inclui a sua relevância. O construto processo deliberativo, por sua vez, integra indicadores relativos à qualidade da participação cidadã. Desta forma, os ensinamentos de Tenório (2016a, p. 30) conduzem à compreensão de que “[...] a participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva [...]” possibilita a ampliação da qualidade do processo deliberativo.

A participação é um dos principais propósitos da transparência e um meio de fortalecimento da cidadania democrática (ZUCCOLOTTO et al., 2015; BRASIL, 2016a). Nota-

se que é necessário reinterpretar essas relações teóricas mediante o desmembramento dos significados de participação demonstrados. A transparência, assim como a magnitude (relevância e amplitude) da participação, é importante para a qualidade da participação cidadã; logo, para a qualidade do processo deliberativo e para a cidadania deliberativa. Desta forma, são pertinentes duas proposições: a participação cidadã afeta positivamente a qualidade do processo deliberativo nos centros acadêmicos da Ufes; a transparência na gestão acadêmica local afeta positivamente a qualidade do processo deliberativo nos centros acadêmicos da Ufes. Ambas foram representadas no modelo estrutural (Figura 2).



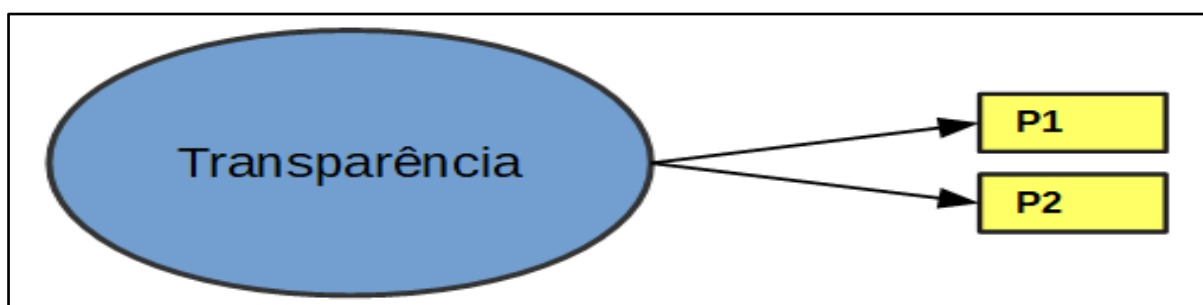
**Figura 2: Especificação do modelo estrutural.**  
**Fonte: Elaboração própria, 2017.**

Transparência e participação cidadã convergem para a qualidade do processo deliberativo, tendo em vista que “[...] participar é uma prática social na qual os interlocutores detêm conhecimentos que, apesar de diferentes, devem ser integrados” (TENÓRIO, 1990, p. 163). Contudo, a forma institucional que a democracia precisa para possibilitar um processo decisório alinhado à cidadania deliberativa pode ser diferentemente percebida em cada segmento da sociedade. Com base nas entrevistas, por exemplo, o CCJE foi o centro em que se constatou essa integração. Embora suas áreas de conhecimento sejam distintas, todas demonstram relevância para o entendimento da gestão pública.

### 6.3.2 Especificação do modelo de mensuração

Com base em leitura de Hair Junior et al. (2017), os construtos podem ser distinguidos por critérios associados à identificação de relações de causa e efeito (DIAMANTOPOULOS; WINKLHOFFER, 2001; ROSSITER, 2002) ou de semelhanças em suas feições características (*trait*) (FORNELL; BOOKSTEIN, 1982; CHIN, 1998). Em linhas gerais, os indicadores são causados pelos construtos quando estes são reflexivos. Alternativamente é possível dizer, neste caso, que o construto tem um traço (*trail*) comum aos indicadores.

O construto transparência tem uma característica comum a seus indicadores: refere-se à qualidade da informação. Visibilidade (P1) e capacidade de inferência (P2) são indicadores de que há transparência nas informações relevantes ao processo deliberativo no centro. Transparência não é uma causa de suas dimensões conceituais, mas enquadra-se como característica comum a ambos os indicadores. Então, esse construto foi representado como reflexivo (Figura 3).



**Figura 3: Especificação do construto transparência.**

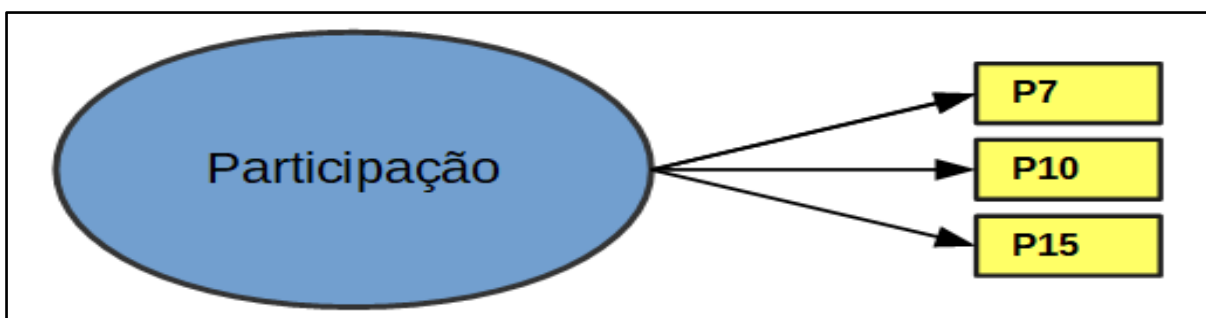
Fonte: Elaboração própria, 2017.

**Legenda:**

**P1 - Tenho acesso às informações relevantes pertinentes à tomada de decisão no conselho departamental.**

**P2 - As informações relevantes pertinentes a decisões do conselho departamental são compreensíveis.**

O indicador P10 é o que mais capta o significado do construto participação, que também é reflexivo. Esse construto expressa quanto a participação é valorizada no centro. Atuação em outros processos participativos (P7) e principalmente avaliação participativa da execução das decisões do conselho (P15) são sinais (*trail*) de que a participação, no centro, é valorizada. Então, a direção causal é a do construto para os indicadores (Figura 4). Por questão de praticidade, optou-se pelo termo “participação” como alternativa à expressão “valorização da participação”.



**Figura 4: Especificação do construto participação.**

Fonte: Elaboração própria, 2017.

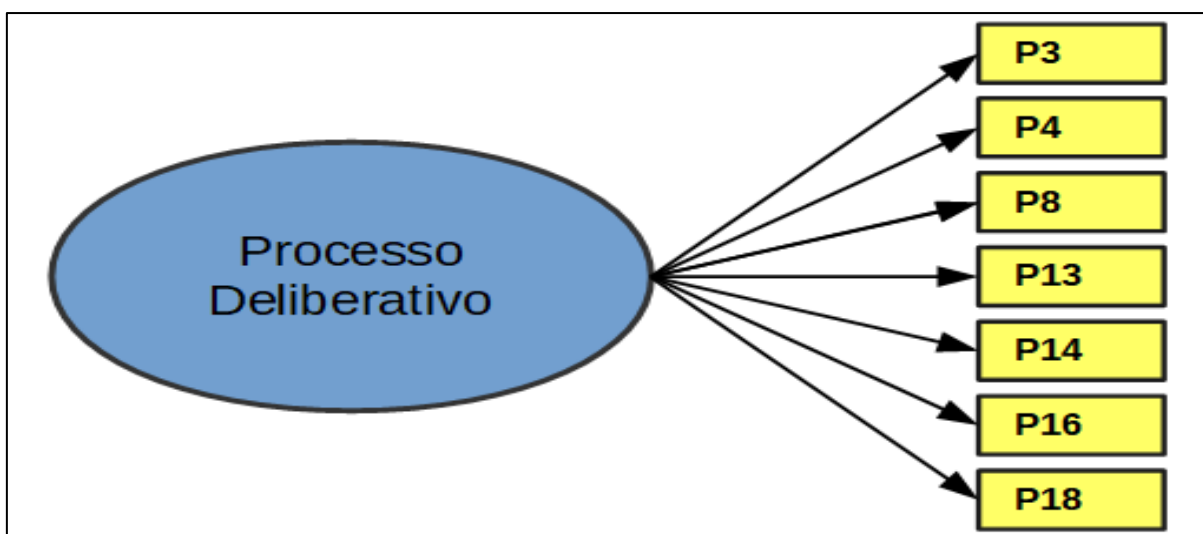
**Legenda:**

**P7** - Atuo em algum sistema participativo na universidade que não seja o conselho departamental.

**P10** - A minha participação no processo decisório no âmbito do centro acadêmico é relevante.

**P15** - Intervenho no acompanhamento e avaliação da execução das proposições aprovadas pelo conselho departamental.

O construto processo deliberativo é reflexivo, pois todos seus indicadores o referenciam diretamente. Mais especificamente, a sua qualidade é uma característica que dá sentido aos indicadores. Assim, identifica-se a relação de causa direcionada do construto para os indicadores (Figura 5).



**Figura 5: Especificação do construto processo deliberativo.**

Fonte: Elaboração própria, 2017.

**Legenda:**

**P3** - Além do conselho departamental, há outros espaços para discussão sobre os assuntos relevantes para a comunidade acadêmica local.

**P4** - No conselho departamental, há espaço para potenciais novos líderes.

**P8** - No conselho departamental, há espaço para potenciais novos líderes.

**P13** - Os métodos de escolha de representantes para atuar no conselho departamental são participativos e democráticos.

**P14** - Os discursos exercidos pelos membros do conselho departamental valorizam processos participativos.

**P16** - Em geral, as proposições discutidas no conselho departamental estão de acordo com os interesses da sociedade.

**P18** - O processo de deliberação e execução das proposições submetidas ao conselho departamental é conduzido de forma descentralizadora.

A qualidade do processo deliberativo provém essencialmente da participação e da transparência, além de fatores estruturais de cada centro. Sendo assim, é uma característica relativamente estável, cujos indicadores representam características decorrentes, considerando que as características causais são precedentes.

### 6.3.3 Estimação do modelo

O modelo de equações estruturais foi estimado com utilização do algoritmo PLS. No *software* SmartPLS 3 (RINGLE et al., 2015), utilizou-se *path weighting scheme* (sistema de ponderação caminho) como *weighting method* (método de ponderação), assim como outras configurações recomendadas por Hair Junior et al. (2017), conforme se mostra no Quadro 18.

Grupos de configurações	Parâmetros	Configurações
<i>Data Setup</i>	<i>Missing value marker</i>	None
	<i>Algorithm to handle missing data</i>	None
	<i>Weighting Vector</i>	-
<i>PLS Algorithm</i>	<i>Data metric</i>	Mean 0, Var 1
	<i>Initial Weights</i>	1.0
	<i>Max. number of iterations</i>	300
	<i>Stop criterion</i>	5
	<i>Use Lohmoeller settings?</i>	No
	<i>Weighting scheme</i>	Path
<i>Construct Outer Weighting Mode</i>	Participação	<i>Automatic</i>
	Processo Deliberativo	<i>Automatic</i>
	Transparência	<i>Automatic</i>

**Quadro 18:** Configurações recomendadas para utilização do *software* SmartPLS 3.

Fonte: Adaptação de relatório gerado com utilização do *software* SmartPLS 3, Ringle et al., 2015.

O algoritmo estabilizou na quarta iteração. Conforme se ilustra na Figura 6, os resultados da estimação apresentaram  $R^2$  de 0,548. Ou seja, o modelo explica 54,8% da variância de “processo deliberativo”. Todos os indicadores foram mantidos em atenção às recomendações de Hair Junior (2017).

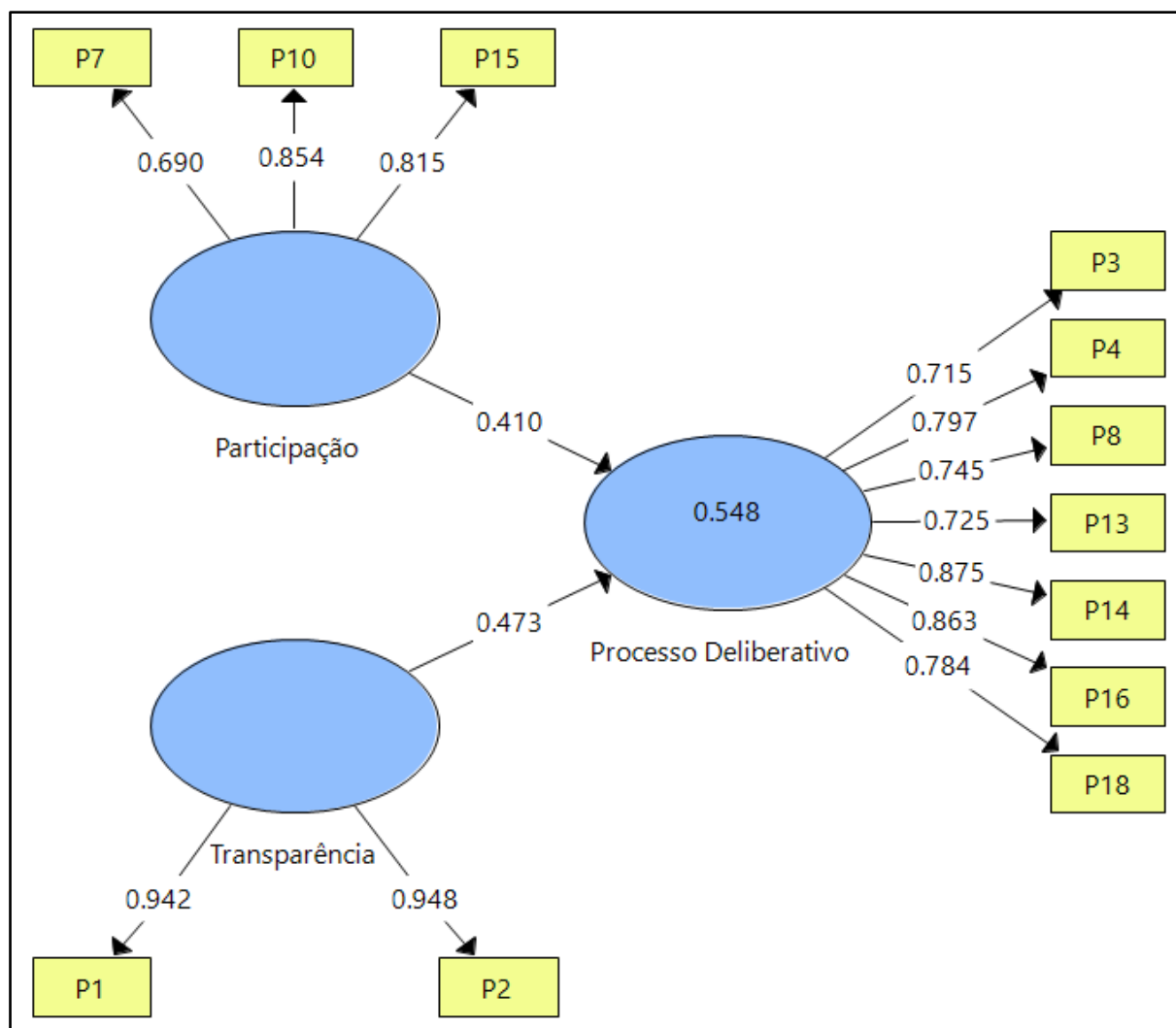


Figura 6: Diagrama de caminhos do modelo estrutural com mensuração dos construtos.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Nota: Resultados gerados com utilização do *software* SmartPLS 3, Ringle et al., 2015.

### 6.3.4 Análise dos modelos de mensuração (construtos)

A validade convergente foi analisada pela confiabilidade dos indicadores (*Indicator Reliability*) e pela *Average Variance Extracted* (AVE). O Alfa de Cronbach e o CR (*Composite Reliability*) mensuram a consistência interna. A validade discriminante foi analisada com base

nas cargas cruzadas (*cross loadings*) e no *Heterotrait-Monotrait Ratio* (HTMT).

A confiabilidade dos indicadores é acessada pela análise das cargas externas (*outer loadings*), a qual, em regra, deve ser superior a 0,7. Todavia, Hair Junior et al. (2017) destacam a observação de Hulland (1999) quanto à frequente ocorrência de indicadores com cargas externas abaixo de 0,7, quando há uso de escala recém-desenvolvida. A carga externa do indicador P7 (0,69) foi a única que não atingiu o valor de referência (0,7). No entanto, apresenta valor muito próximo, e a sua manutenção é justificada pela relevância conceitual ao construto, além de viabilizar que o Alfa de Cronbach ( $\alpha$ ) seja satisfatório (0,701). Considera-se também que esse valor pode ser flexibilizado até 0,6, em caso de pesquisas exploratórias.

Ademais, a eliminação sumária pelo valor da carga externa somente ocorre para valores abaixo de 0,4 (HAIR JUNIOR et al., 2017). AVE indica o percentual da variância dos indicadores explicado pelos respectivos construtos. Assim, os construtos “processo deliberativo” e “participação” explicam mais que 60% da variância de seus indicadores. A capacidade explicativa do construto “transparência” se aproxima de 90%. Então, essas medidas superam satisfatoriamente o requerido (50%). As medidas estimadas estão organizadas na Tabela 11.

Tabela 11: Validação dos construtos

Variável latente (Construto)	Indicador	Validade convergente		Consistência interna		Validade discriminante	
		Outer Loadings	AVE	( $\alpha$ ) Alfa de Cronbach	Composite Reliability	Cross Loadings	HTMT
Critérios de referência:		( > 0,7 )	( > 0,5 )	( > 0,7 )	( > 0,7 )	*	**
Processo deliberativo	P3	0,715	0,622	0,897	0,920	Sim	Sim
	P4	0,797					
	P8	0,745					
	P13	0,725					
	P14	0,875					
	P16	0,863					
	P18	0,784					
Transparência	P1	0,942	0,893	0,880	0,943	Sim	Sim
	P2	0,948					
Participação	P7	0,690	0,623	0,701	0,831	Sim	Sim
	P10	0,854					
	P15	0,815					

Fonte: Dados da pesquisa gerados com utilização do *software* SmartPLS 3, Ringle et al., 2015

Nota: Os critérios de referência e o *layout* da tabela foram definidos com base em Hair Junior et al., 2017.

\* Cargas fatoriais mais elevadas nos respectivos construtos.

\*\* Intervalo de confiança não incluir 1.

Segundo Hair Junior et al. (2017), o Alfa de Cronbach é uma estimativa conservadora,

enquanto o CR marca o limite superior. Assim, a real medida está no intervalo entre ambas. Ambas as medidas são consideradas satisfatórias a partir de 0,7, cujo limite tolerável é 0,95, a fim de evitar redundância de indicadores. Deste modo, observa-se que os três construtos apresentam consistência interna confiável, significando que os seus indicadores têm adequada intercorrelação. Na Tabela 12, apresentam-se as cargas cruzadas (*Cross Loadings*) dos construtos.

Tabela 12: Cargas cruzadas (*Cross Loadings*)

Construtos	Indicadores	Processo deliberativo	Transparência	Participação
Processo deliberativo	P3	0,715	0,494	0,402
	P4	0,797	0,543	0,506
	P8	0,745	0,390	0,510
	P13	0,725	0,451	0,468
	P14	0,875	0,535	0,495
	P16	0,863	0,619	0,485
	P18	0,784	0,461	0,446
Transparência	P1	0,585	0,942	0,391
	P2	0,620	0,948	0,371
Participação	P7	0,350	0,169	0,690
	P10	0,560	0,358	0,854
	P15	0,481	0,390	0,815

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Nota: Adaptado de resultados gerados com utilização do *software* SmartPLS 3, Ringle et al., 2015.

Cada indicador apresenta maior carga externa nos respectivos construtos, o que demarca que eles são diferentes entre si. Sendo assim, o requisito de validade discriminante foi atendido nos três construtos. Embora o critério de cargas cruzadas seja muito utilizado, Hair Junior et al. (2017) recomendam o critério HTMT, por ser mais confiável. A medida de limite superior é 0,85 e estende-se a 0,9, em casos de construtos conceitualmente semelhantes. Neste caso, o valor referente à semelhança entre as variáveis latentes independentes é 0,493.

O construto processo deliberativo apresenta os valores, 0,713 e 0,42, para a mensuração de sua proximidade com os construtos transparência e participação, respectivamente. Além da mensuração dessas medidas, é possível afirmar, ao nível de significância de 5%, que o real valor referente a essas estimativas é menor que 1. Portanto, a validade discriminante desses construtos é confiável. Na Tabela 13, apresenta-se essa mensuração, realizada por *Bootstrapping*.

Tabela 13: Heterotrait-Monotrait Ratio (HTMT)

Pares de construtos	Amostra original	Média da amostra	Intervalo de confiança (5%)	
			2,5%	97,5%
Processo deliberativo → Participação	0,742	0,745	0,561	0,915
Transparência → Participação	0,493	0,498	0,299	0,705
Transparência → Processo deliberativo	0,713	0,712	0,558	0,838

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Nota: Adaptado de resultados gerados por *Bootstrapping* com utilização do *software* SmartPLS 3, Ringle et al., 2015.

Os pesos externos (*Outer Weights*) foram apresentados na Tabela 14.

Tabela 14: Pesos externos (*Outer weights*)

Construtos	Indicadores	Pesos externos
Processo Deliberativo	P3	0.167
	P4	0.195
	P8	0.165
	P13	0.170
	P14	0.192
	P16	0.207
	P18	0.168
Transparência	P1	0.514
	P2	0.545
Participação	P7	0.315
	P10	0.504
	P15	0.432

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Nota: Utilização do *software* SmartPLS 3, Ringle et al., 2015.

Esses dados indicam que, no construto participação, P7 é menos relevante que P10 e P15. No construto processo deliberativo, os indicadores P16, P4 e, P14, são discretamente mais relevantes que os demais, P13, P18, P3 e P8. No construto transparência, os pesos dos indicadores P1 e P2 estão equilibrados.

### 6.3.5 Análise do modelo estrutural

Ainda que não haja referência para SRMR (*standardized root mean square residual*) no contexto PLS-SEM, registra-se que esse modelo estrutural obteve o valor de 0,06 por meio

de *Bootstrapping* (p-valor, 0,000). O desenvolvimento de medidas únicas de ajuste de modelos PLS-SEM está em fase inicial (HAIR JUNIOR et al., 2017). Atualmente os principais critérios que devem ser avaliados conjuntamente são estes: a) critérios aceitáveis de mensuração dos construtos; b) significância e inteligibilidade dos coeficientes de caminho; e c) elevado nível de explicação da variância dos construtos endógenos (Hair Junior et al., 2017). Com base nesses e outros critérios recomendados, o presente modelo de equações estruturais pode ser considerado satisfatório e, portanto, apropriado para a utilização em pesquisas complementares ou suplementares.

Os coeficientes de caminho, 0,473 (transparência → processo deliberativo) e 0,410 (participação → processo deliberativo) são significantes (superior a 0,20) e não são considerados fracos (supera 0,30), haja vista que seriam considerados insignificantes somente se fossem inferiores a 0,10. Além da magnitude dos coeficientes, analisam-se nível de significância e erro padrão. Ambos os coeficientes foram validados ao nível de significância de 5%, com médias 0,419 e 0,470, respectivamente. Esses valores compõem a Tabela 15, em que se apresentam os resultados da aplicação do *Bootstrapping*.

Tabela 15: Estimação dos coeficientes de caminho por *Bootstrapping*

<b>Caminho (Path)</b>	<b>Coefficiente</b>	<b>Média (Bootstrapping)</b>	<b>Erro padrão</b>	<b>Estatística T</b>	<b>P-Valor</b>
Participação → Processo deliberativo	0,410	0,419	0,085	4,834	0,000
Transparência → Processo deliberativo	0,473	0,470	0,087	5,411	0,000

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Nota: Utilização do *software* SmartPLS 3, Ringle et al., 2015.

Hair Junior et al. (2017) definem que o limite de colinearidade entre os construtos preditores é 0,20, o que representa um *Variance Inflation Factor* (VIF) inferior a 5. Visto que o VIF entre os construtos “transparência” e “participação” é 1,193, o modelo estrutural também supera esse requisito. O  $R^2$  estimado para a variável latentes endógena, no processo deliberativo, foi 0,548. Isso significa que 54,8% da variância do construto processo deliberativo são explicados pela variância dos construtos “transparência” e “participação”. Hair Junior et al. (2017) entendem que a magnitude satisfatória de  $R^2$  depende da área de aplicação e da complexidade da pesquisa. Ainda relatam que 0,20 é um valor considerado alto em estudos sobre o comportamento do consumidor e, por outro lado, pesquisadores da área de *marketing* consideram 0,25 um nível fraco. Os valores 0,50 e 0,75 são considerados moderados e substanciais, respectivamente (HAIR JUNIOR; RINGLE; SARSTEDT, 2011; HENSELER; RINGLE; SINKOVICS, 2009). Desse modo, considera-se que o modelo estrutural estimado

apresenta moderada capacidade preditiva. Se for considerado o  $R^2$  ajustado à complexidade do modelo (0,539), a conclusão continuará a mesma. Observa-se também que a média do  $R^2$ , mensurada por *Bootstrapping*, foi 56,6 (erro padrão, 0,061; p-valor, 0,000).

Hair Junior et al. (2017) incentivam o uso do  $f^2$  de cada construto preditivo para avaliar a qualidade do modelo estrutural. O  $f^2$ , cujo cálculo é dado pela equação  $f^2 = (R^2_{\text{incluído}} - R^2_{\text{excluído}})/(1 - R^2_{\text{incluído}})$ , representa a relevância de cada variável latente exógena na predição da variável endógena, em que  $R^2_{\text{excluído}}$  é o valor de  $R^2$  com a exclusão construto preditivo sob avaliação e  $R^2_{\text{incluído}}$  é o valor de  $R^2$  sem exclusão de construto. Os autores adotam a referência de (COHEN, 1988) para balizar a interpretação quanto à magnitude da medida resultante. Assim sendo, valores menores que 0,02 indicam inexistência de efeito. A partir de 0,02, o efeito é considerado pequeno. Enfim, os valores 0,15 e 0,35 marcam efeitos médio e grande, respectivamente.

Ao ser considerada a estimativa por *Bootstrapping*, ambos os construtos preditivos, transparência e participação, apresentam efeitos grandes sobre o construto processo deliberativo, ao nível de significância de 5%. Na Tabela 16, apresentam-se esses resultados. Adicionalmente, a relevância preditiva  $Q^2$  foi mensurada por *Blindfolding*. No critério *Construct Crossvalidated Redundancy*, recomendado por Hair Junior et al. (2017), o valor  $Q^2$  resultante foi 0,312. Como esse valor não é negativo, afirma-se que o modelo estrutural tem relevância preditiva para o construto processo deliberativo.

Tabela 16: Estimação de  $f^2$  por *Bootstrapping*

<b>Caminho (Path)</b>	<b><math>f^2</math></b>	<b>Média (<i>Bootstrapping</i>)</b>	<b>Erro padrão</b>	<b>Estatística T</b>	<b>P-Valor</b>
Participação → Processo deliberativo	0,311	0,356	0,156	1,996	0,046
Transparência → Processo deliberativo	0,415	0,451	0,193	2,149	0,032

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Nota: Utilização do *software* SmartPLS 3, Ringle et al., 2015.

### 6.3.6 Estimação com efeitos moderadores

Especulou-se que os efeitos da transparência e da participação sobre o processo deliberativo podem diferenciar em função da especificidade do vínculo acadêmico. Para verificar tal possibilidade, estimaram-se os efeitos moderadores das variáveis Docente, Discente, VariedadeVinculos, SomaVinculos, CCHN, CCJE, CCS e CT. Adicionalmente,

utilizaram-se as variáveis Idade, Masculino, EstimEstudos e Email, além das variáveis transparência e participação. Os efeitos dessas variáveis dependentes foram registrados na Tabela 17.

Tabela 17: Estimação para a variável independente processo deliberativo com efeitos moderadores

Variáveis	Coefficientes	Média ( <i>Bootstrapping</i> )	Erro padrão	Estatística T	P-Valor
Docente	0,353	0,365	0,170	2,072	<b>0,039</b>
Docente*Transparência	0,006	0,000	0,168	0,033	0,974
Docente*Participação	0,224	0,270	0,130	1,725	0,085
Discente	0,173	0,192	0,127	1,366	0,172
Discente*Transparência	-0,023	-0,016	0,162	0,144	0,885
Discente*Participação	0,079	0,094	0,128	0,619	0,536
VariedadeVínculos	-0,310	-0,311	0,121	2,570	<b>0,010</b>
VariedadeVínculos*Transparência	-0,032	-0,039	0,140	0,229	0,819
VariedadeVínculos*Participação	-0,012	-0,009	0,170	0,068	0,946
SomaVínculos	0,061	0,048	0,114	0,535	0,593
SomaVínculos*Transparência	0,204	0,226	0,143	1,423	0,155
SomaVínculos*Participação	-0,234	-0,246	0,168	1,397	0,163
CCHN	0,098	0,108	0,084	1,170	0,243
CCHN*Transparência	-0,176	-0,163	0,139	1,265	0,206
CCHN*Participação	0,176	0,161	0,142	1,245	0,214
CCJE	0,118	0,134	0,094	1,261	0,208
CCJE*Transparência	0,022	-0,003	0,110	0,201	0,840
CCJE*Participação	0,002	0,013	0,107	0,021	0,983
CCS	0,058	0,052	0,079	0,728	0,467
CCS*Transparência	-0,044	-0,043	0,116	0,375	0,708
CCS*Participação	-0,012	-0,007	0,107	0,115	0,909
CT	-0,162	-0,149	0,478	0,338	0,735
CT*Transparência	0,016	0,000	0,311	0,052	0,959
CT*Participação	-0,075	-0,064	0,147	0,510	0,610
Idade	0,076	0,081	0,088	0,862	0,389
Masculino	0,009	0,020	0,085	0,101	0,920
EstmEstudos	-0,026	-0,007	0,122	0,213	0,832
Email	0,151	0,145	0,069	2,184	<b>0,029</b>
Transparência	0,297	0,292	0,130	2,289	<b>0,023</b>
Participação	0,329	0,333	0,110	2,986	<b>0,003</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Nota: Utilização do *software* SmartPLS 3, Ringle et al., 2015.

Constatou-se que os efeitos moderadores não são significantes. Ou seja, a especificidade do vínculo acadêmico não afeta os efeitos da transparência e da participação sobre o processo deliberativo. Entretanto, essa abordagem de estimação evidencia que ser docente em comparação a técnico-administrativo influencia positivamente a satisfação com a qualidade do processo deliberativo. Por outro lado, verifica-se que a variedade de vínculos tem efeito negativo. Por isso, professores que lecionam em mais de um centro acadêmico ou acumulam vínculo de discente ou técnico-administrativo estão menos satisfeitos que os demais em relação à qualidade do processo decisório nos respectivos conselhos departamentais. Registra-se, outrossim, que a variável instrumental Email se mostrou significativa.

A estimação com efeitos moderadores privilegiou a apuração dos efeitos sobre o processo deliberativo. Nesse caso, o efeito da transparência (0,297) continua significativa (p-valor = 0,023), assim como o efeito da participação (0,329; p-valor = 0,003). Contudo, essa abordagem inviabilizou que os resultados completos fossem gerados por *Bootstrapping*. Sendo assim, apresenta-se alternativamente uma abordagem de estimação com efeitos mediadores, a qual privilegia a influência do perfil dos respondentes sobre as respectivas percepções sobre transparência, participação e processo deliberativo.

### 6.3.7 Estimação com efeitos mediadores

O coeficiente de caminho equivale aos efeitos direto e total no processo deliberativo. Nesse sentido, os efeitos diretos são 0,410 (participação) e 0,473 (transparência), considerando a amostra original; 0,419 e 0,470 por *Bootstrapping*, com p-valor de 0,000 para ambos os efeitos. Com suporte nesse modelo básico, que demonstra relações teóricas, foi implementado um modelo de equações estruturais alternativo, para testar os efeitos empíricos decorrentes do perfil acadêmico. Esse modelo alternativo contém efeitos diretos e indiretos. Houve redução dos efeitos diretos dos construtos transparência e participação. Contudo, permanecem significantes e significativos, conforme se demonstra na Tabela 18.

**Tabela 18: Variação dos efeitos dos construtos transparência e participação**

Caminho ( <i>Path</i> )	Modelo	Efeito direto		Erro padrão	Estatística T	P-Valor
		Original	<i>Bootstrapping</i>			
Transparência → Processo deliberativo	Básico	0,473	0,470	0,087	5,411	0,000
	Alternativo	0,400	0,396	0,095	4,234	0,000
	<i>Variação</i>	-0,073	-0,074	0,008	-1,177	0,000
Participação → Processo deliberativo	Básico	0,410	0,419	0,085	4,834	0,000
	Alternativo	0,310	0,320	0,087	3,558	0,000
	<i>Variação</i>	-0,100	-0,099	0,002	-1,276	0,000

Fonte: Dados da pesquisa, 2018

Nota: Utilização do *software* SmartPLS 3, Ringle et al., 2015.

A implementação do modelo alternativo segue princípios adotados nas análises de regressão. Como as correlações presentes no modelo básico decorrem da percepção direta no comportamento e na visão de mundo dos respondentes, cada variável acrescentada ao modelo alternativo recebeu um caminho (*path*) para cada construto (Figura 7).

A variável TAE foi omitida, sendo referência de comparação para as variáveis Docente e Estudante. Como a quantidade de estudantes é pequena, sua omissão não seria suficiente para eliminar a multicolinearidade. As entrevistas apontaram que os segmentos da comunidade acadêmica têm percepções diferentes sobre a gestão na universidade. A “VariedadeVínculos” e a “SomaVínculos” foram mantidas para testar o vínculo a diferentes centros acadêmicos ou a intensidade de vínculos; por exemplo, lecionar em vários níveis acadêmicos tem algum efeito sobre a percepção de transparência, participação ou qualidade do processo deliberativo.

Com fins de testar o efeito que o centro acadêmico tem sobre a percepção, mantiveram-se as variáveis CCHN, CCJE, CCS e CT, correspondentes aos centros sediados em Vitória-ES, que obtiveram maior número de respondentes na *survey*. As variáveis relativas aos demais centros foram omitidas para fins de comparação e para evitar alto nível de multicolinearidade. As três variáveis Idade, Masculino e EstimEstudos foram mantidas para fins de controle. A ausência dessas variáveis inviabilizaria a segurança na interpretação dos resultados. A variável instrumental Email é relevante para minimizar possível viés de voluntariedade da resposta aos itens da *survey*.

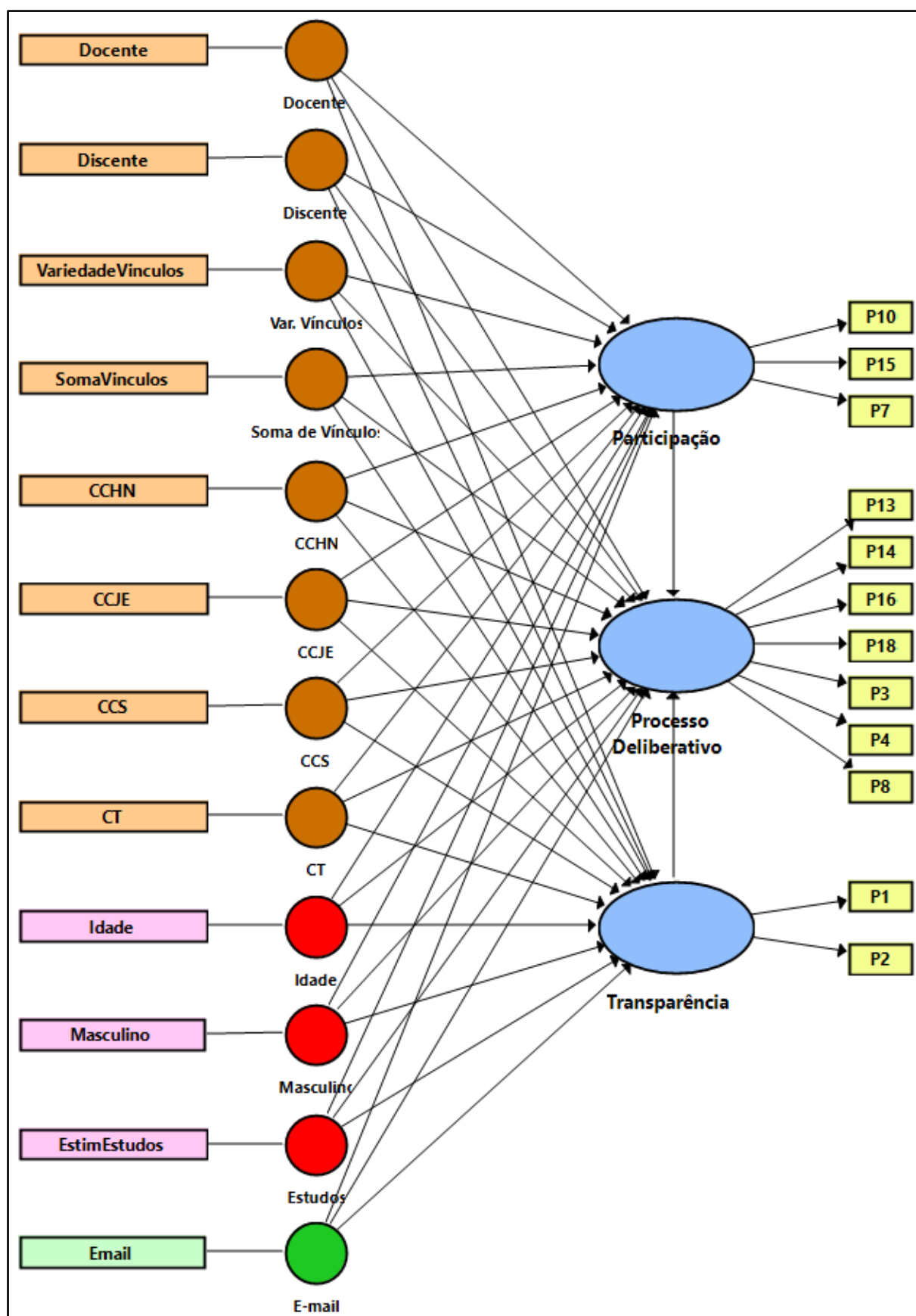


Figura 7: Diagrama de caminhos do modelo de equações estruturais com efeitos mediadores.

Fonte: Elaboração própria, 2017.

Nota: Resultados gerados com utilização do *software* SmartPLS 3, Ringle et al., 2015.

A estimação do modelo alternativo (com efeitos mediadores) foi realizada com as mesmas configurações do modelo básico. Embora o PLS-SEM não tenha foco em comparação entre modelos, é necessário frisar que as características anteriormente avaliadas continuam satisfatórias, em que o  $R^2$ , por exemplo, foi majorado de 0,548 para 0,680. É possível afirmar, com probabilidade de 95% (*Bootstrapping*), que o real valor de  $R^2$  está entre 0,6749 e 0,7828. Os demais indicadores de qualidade do modelo encontram-se no Apêndice H e todos os efeitos estão resumidos na Tabela 19.

Tabela 19: Estimação com efeitos mediadores

Construtos →	Processo Deliberativo (PD)					Transparência (T) e Participação (P)	
Efeitos →	Totais, PD	Diretos, PD	Indiretos, PD			Diretos, T e P	
			Totais Soma dos específicos	Específicos Transparência (eT) e Participação (eP)			
Variáveis	$dPD + eT + eP$	$dPD$ : (Path-PD)	$eT + eP$	$eT$ : $x \rightarrow T \rightarrow PD$	$eP$ : $x \rightarrow P \rightarrow PD$	$T$ : (Path-T)	$P$ : (Path-P)
Docente	0,525***	0,192*	0,333***	0,143**	0,190**	0,360**	0,592***
Discente	0,140	0,136*	0,004	-0,009	0,013	-0,020	0,041
VariedadeVinculos	-0,331***	-0,280***	-0,051	-0,039	-0,012	-0,102	-0,038
SomaVinculos	-0,074	-0,018	-0,055	-0,015	-0,041	-0,033	-0,130
CCHN	0,179**	0,116*	0,063	0,032	0,031	0,080	0,097
CCJE	0,025	0,099	-0,074	-0,035	-0,039	-0,088	-0,125
CCS	0,007	-0,005	0,012	0,000	0,012	0,001	0,035
CT	-0,309***	-0,158**	-0,151**	-0,091*	-0,060	-0,228**	-0,190*
Idade	0,085	0,054	0,031	0,041	-0,010	0,103	-0,028
Masculino	-0,073	-0,072	-0,001	-0,034	0,033	-0,084	0,104
EstimEstudos	-0,024	0,094	-0,119	-0,083	-0,035	-0,211	-0,111
Email	0,126	0,117**	-0,009	-0,033	0,043	-0,083	0,131
Transparência	0,396***	0,396***	n\	n\	n\	n\	n\
Participação	0,320***	0,320***	n\	n\	n\	n\	n\

Fonte: Dados da pesquisa; valores estimados com o *software* SmartPLS 3, Ringle et al., 2015 e *Bootstrapping*; layout próprio

Nota: \* ( $p \leq 0,10$ ); \*\* ( $p \leq 0,05$ ); \*\*\* ( $p \leq 0,01$ ); n/a (valor não atribuído).

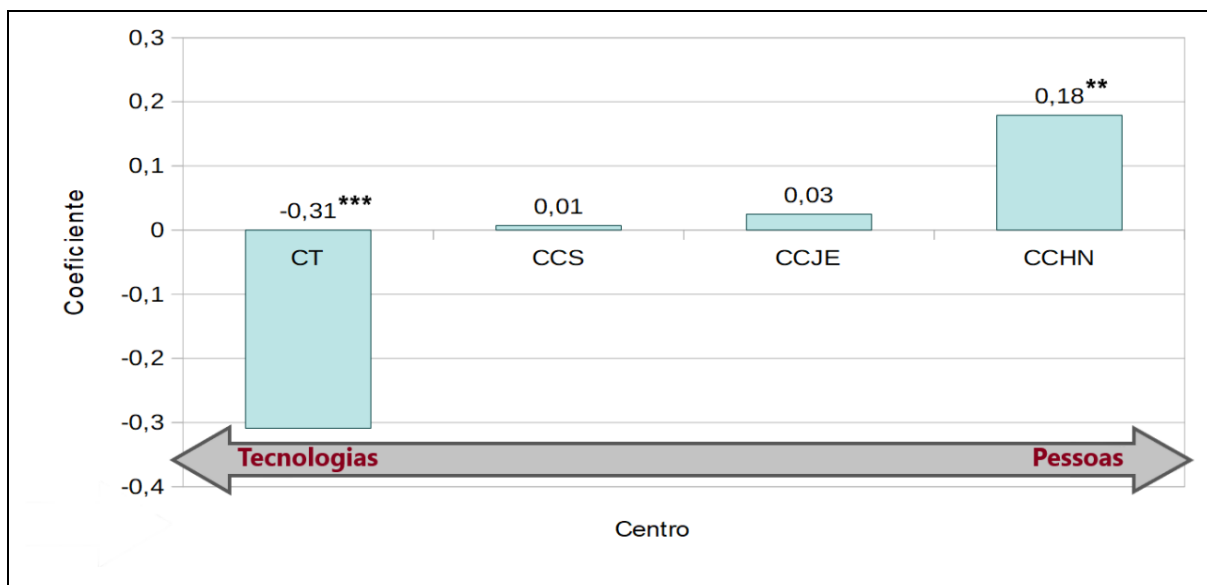
Uma das principais constatações decorre da diferença entre docentes e técnicos-administrativos quanto às percepções de participação (0,592\*\*\*) e transparência (0,360\*\*). A distinção entre essas categorias, na percepção da qualidade do processo deliberativo (0,525\*\*\*), provém principalmente dos efeitos indiretos das percepções de participação

(0,190\*\*) e transparência (0,143\*\*), isto é, o total efeito indireto (0,333\*\*\*) é mais significativo que o efeito direto (0,192\*).

Enquanto a percepção dos servidores sobre o processo deliberativo é mediada pelas suas percepções sobre transparência e participação, derivadas da inserção política local de suas categorias profissionais, a variedade de vínculos afeta direta e negativamente a percepção de qualidade do processo deliberativo (-0,280\*\*\*). A variedade de vínculos não afeta substancialmente a participação (-0,038) ou a transparência (-0,102); logo, não há efeitos indiretos significantes específicos via transparência (-0,039), tampouco participação (-0,012), nem mesmo a soma desses efeitos específicos é significativa (-0,051). Sendo assim, há uma tendência de que a diferença de percepção sobre o processo deliberativo, de docentes vinculados a mais de um centro, não seja resultado de alijamento do processo, mas, sim, da própria interpretação dele, haja vista a extensão de sua vivência na universidade.

Uma vez que a variedade de vínculos denota extensão, a soma se refere à intensidade, independentemente do número de centros aos quais os atores estejam vinculados. Ainda que os resultados para essa variável não sejam significantes, acredita-se que haja uma relação causal negativa entre soma de vínculos e participação, que não pode ser captada pelo modelo. O motivo dessa limitação do modelo, justificada pela necessidade de anonimato, seria a ausência de uma variável que identificasse os membros de conselho departamental. Como os membros naturalmente têm maior participação e muitos deles são professores liberados de lecionar, essa ausência faz com que duas relações opostas entre si sejam captadas pela mesma variável, o que pode ter prejudicado a estimação de seus efeitos.

Outro aspecto que interfere na percepção sobre a qualidade do processo deliberativo é o centro ao qual o ator social está vinculado. Embora as entrevistas apontem que os gestores de centro adotam diferentes ações, os resultados quantitativos sugerem que a distinção entre os centros está relacionada às áreas do conhecimento de seus cursos e, por tabela, ao tipo de formação acadêmica da maioria dos membros dos respectivos centros. Assim, seria importante uma variável relacionada especificamente à qualidade das ações de gestão adotadas, para que esses efeitos fossem mais bem identificados. No Gráfico 2, ilustra-se a totalidade dos efeitos sobre a percepção da qualidade do processo deliberativo em diferentes centros.



**Gráfico 2: Percepção de qualidade do processo deliberativo em centros da Ufes.**

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados da pesquisa, 2017.

**Nota:** \*\* ( $p \leq 0,05$ ); \*\*\* ( $p \leq 0,01$ ); coeficientes padronizados e comparados com a média dos demais centros.

As áreas do conhecimento voltadas às ciências humanas foram associadas à maior qualidade no processo deliberativo, já as áreas tecnológicas estão no outro extremo, seja por causa de aspectos específicos da gestão, seja pela diferença de formação dos participantes. A qualidade do processo deliberativo é superior no CCHN (0,179\*\*) e inferior no CT (-0,309\*\*\*), na percepção da comunidade acadêmica. No CCS e no CCJE, em relação aos demais centros da universidade, a qualidade não é significativamente superior.

Por outro lado, é necessária uma análise mais qualitativa dos números. Enquanto o construto participação tem foco do ator social e sua relação com o conselho departamental, o construto transparência pressupõe uma percepção sobre uma questão cuja gestão tem centralidade, inclusive, por obrigação legal. Nesse sentido, o CT apresenta uma diferença mais significativa para transparência (-0,228\*\*) do que participação (-0,190\*). O contrário ocorre na variável Docente, a qual não evidencia a gestão.

De efetivo, tem-se que a diferença de avaliação do processo deliberativo, no CT, é equilibrada entre os efeitos diretos (-0,158\*\*) e indiretos (-0,151\*\*), enquanto, no CCHN, inexistente efeito indireto significativo. Em convergência com entrevista ao atual gestor, sugere-se que a qualidade superior, nesse centro, é uma característica permeada na comunidade acadêmica. Ademais, a atribuição da qualidade do processo deliberativo à gestão dos centros acadêmicos extrapolaria os limites dos atuais critérios de análise que cobrem adequadamente o âmbito do processo deliberativo, mas são embrionários em aspectos específicos da estrutura de gestão.

As variáveis investigativas adicionadas ao modelo alternativo ampliam a capacidade explicativa dos critérios de análise da transparência, sob a perspectiva da participação cidadã. A aplicação dessa metodologia a outros contextos depende de adaptação das variáveis investigativas. As variáveis de controle, diferentemente, não estão restritas ao contexto. Embora essas variáveis não tenham apresentado efeitos significantes, são relevantes para a certificação de que os efeitos de variáveis a essas correlacionadas não foram equivocadamente atribuídos. Diferentemente a variável instrumental Email apresentou efeito direto significativo sobre o processo deliberativo (0,117\*\*).

Portanto, demonstra-se a relevância das variáveis adicionadas. O aumento do  $R^2$ , conjunto à redução dos efeitos dos construtos transparência e participação sobre o construto processo deliberativo, no modelo alternativo, revela que parte dos efeitos encontrados no modelo preliminarmente desenvolvido são provenientes de variáveis inicialmente omitidas. Nesse sentido, as relações teóricas são mais bem explicadas com base na estimação do modelo que incorpora o contexto investigado.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo estrutural confirmou que a participação e a transparência afetam positivamente a qualidade do processo deliberativo. A análise de cargas externas confirma que os critérios “canais de difusão” e “qualidade da informação” (TENÓRIO, 2012) podem ser interpretados como dimensões conceituais da transparência (MICHENER; BERSCH, 2011). Participação é demarcada em termos de amplitude e relevância, enquanto a semântica relativa à sua qualidade e seus resultados (cidadania deliberativa) é expressa pelo construto processo deliberativo.

A adequabilidade dos critérios de análise (TENÓRIO, 2012) às pesquisas sobre transparência no contexto universitário foi investigada por métodos sequenciais e complementares. Desta forma, a questão que direciona a pesquisa foi solucionada e o objetivo geral e os específicos, alcançados. Além dos dois critérios que representam as dimensões da transparência, dez critérios mostraram-se adequados à contextualização da perspectiva “participação cidadã”, especificamente aqueles que integram os construtos “participação” e “processo deliberativo”.

Pesquisas futuras poderiam desmembrar a capacidade de inferência em simplificação, desagregação e verificação, aspectos que, com a visibilidade, explicam a transparência (MICHENER; BERSCH, 2011). Paralelamente, os critérios de análise relacionados aos órgãos de gestão podem ser reestruturados à formação de um construto pertinente às ações institucionais diretas, em prol da transparência, da participação e do processo deliberativo. Esse construto poderia representar o formato institucional de que a democracia necessita, para viabilizar “[...] a ampliação e a qualificação da participação [...]”, conforme defendido por Tenório (2016a, p. 30).

Constatou-se que indicadores de transparência, aplicáveis aos estudos comparativos entre universidades federais, podem ser classificados em perspectivas conceituais, conteudísticas e finalísticas. Assim sendo, foram demarcadas a perspectiva finalística da cidadania deliberativa (participação cidadã) e a relevância da introdução dos respectivos critérios, a fim de analisar a transparência no contexto universitário.

A adaptação dos critérios de análise dos processos decisórios, sob a perspectiva da cidadania deliberativa (TENÓRIO, 2012), consistiu essencialmente na elaboração de enunciados à aplicação em escala Likert, por meio de *survey*. Contudo, esse processo se estende ao longo das etapas da pesquisa, com base em resultados de adequabilidade dos critérios de

análise.

A análise fatorial exploratória serviu para selecionar os doze principais critérios de análise e os dividiu em três fatores, associados às três categorias do modelo de análise: conceitual (transparência), conteudística (processo deliberativo) e finalística (participação). As respostas discursivas sobre o conselho departamental apontam o respectivo processo deliberativo como espaço para discussão de conteúdos, os quais foram designados por variados termos, tais como “questões”, “assuntos”, “temas”, “coisas”, etc. A alocação de recursos, no âmbito da descentralização orçamentária da Ufes, foi caracterizada sob a perspectiva da participação cidadã, com base em documentos e nos resultados das entrevistas. Evidenciou-se que, embora o processo deliberativo seja distintamente organizado em cada centro acadêmico, é comum que os diretores de centro decidam caso a caso, em conformidade com parâmetros previamente aprovados pelos respectivos conselhos departamentais.

Percepções de integrantes da comunidade acadêmica da Ufes quanto à transparência no processo decisório orçamentário foram interpretadas, considerando as categorias destacadas pelo modelo de análise, e corroboradas na análise fatorial exploratória. Os modelos de equações estruturais apresentados integram e ampliam as análises das etapas anteriores. Nesse contexto, subsidiam entendimentos sobre padrões de comportamento relacionados à percepção da transparência na gestão universitária, sob a perspectiva da participação cidadã.

Evidenciou-se que a transparência demandada aos conselhos departamentais é essencialmente vertical (para baixo e para cima). Esse fluxo de informação é gerenciado pelo seu presidente, que é o diretor do respectivo centro acadêmico, com o suporte administrativo. Relativamente à transparência para baixo, tem-se a comunidade acadêmica local como principal grupo demandante de informações, com destaque para o segmento docente. As ações voltadas à participação da comunidade acadêmica são distintas para cada segmento universitário, considerando as diferenças entre seus espaços de comunicação. Assim, as câmaras departamentais como espaços que facilitam a comunicação docente assumem função relevante no processo deliberativo.

Embora o objetivo do processo deliberativo seja o bem comum, as entrevistas constataram que a participação e a transparência são recorrentemente motivadas por interesses pessoais. Desse modo, entende-se que cada pessoa envolvida em determinada discussão pode apresentar o próprio nível de interesse pessoal, assim como distinto interesse coletivo. Assim, esses interesses podem influenciar a capilaridade das informações, considerando os espaços de comunicação existentes.

Além de fatores políticos, a transparência pode ser afetada pela qualidade técnica da

gestão. Por exemplo, as informações podem ser simplificadas por meio de ilustrações, tais como gráficos e quadros. Assim sendo, a simplificação das informações é um recurso adicional que facilita o processo deliberativo, assim como o acesso prévio às informações originais (desagregadas).

Portanto, analisou-se a transparência no contexto da descentralização orçamentária da Ufes, sob a perspectiva da participação cidadã, o que demonstra a adequabilidade dos critérios de análise dos processos decisórios na perspectiva da cidadania deliberativa. Pesquisas futuras poderão utilizar o modelo de equações estruturais aqui desenvolvido, para comparar as universidades federais brasileiras nessa mesma perspectiva. Para tanto, poderão ser incorporados os principais indicadores de transparência entre aqueles já referenciados academicamente. Nesse sentido, a capacidade de inferência poderá constituir-se em um construto formado pelos indicadores “simplificação”, “desagregação” e “verificação”, além da visualização, que é considerada uma condição *sine qua non* para a inferência sobre informações.

## REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, C. L. *Providing a clearer view: An examination of transparency on local government websites*. **Government Information Quarterly**, v. 28, n. 1, p. 11-16, 2011.

AZEVEDO, N. K. et al. *An Analysis of the Level of Transparency of Federal Universities Websites in the South of Brazil*. **Public Administration Research**, v. 5, n. 2, p. 42. 2016.

BALL, C. *What is transparency?* **Public Integrity**, v. 11, n. 4, p. 293-308. 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BIN, D.; CASTOR, B. V. J. Racionalidade e política no processo decisório: estudo sobre orçamento em uma organização estatal. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 3, p. 35-56. 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm)>. Acesso em: 01 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Controladoria Geral da União. **Instrução Normativa CGU n.º 1, de 10 de maio de 2016**. Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal. 2016a. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/juris/Web/Juris/ConsultarAtoNormativo/ConsultarAtoNormativo.faces>>. Acesso em: 12 maio 2016.

\_\_\_\_\_. Controladoria Geral da União. **Sistema eletrônico do serviço de informações ao cidadão**. 2016b. Disponível em: <<http://esic.cgu.gov.br>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (2016) **Portal da Transparência da Capes**. 2016c. Disponível em: <<http://transparencia.capes.gov.br>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5.º, no inciso II do § 3.º do art. 37 e no § 2.º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Portaria MEC n.º 4.083/2002 e alterações.** Institui o Estatuto da Universidade Federal do Espírito Santo. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União (TCU). **Acórdão n.º 1.209, de 14 de maio, 2014.** Avaliação do perfil e do índice de maturidade dos sistemas de avaliação de programas governamentais dos órgãos da Administração Direta do Poder Executivo Federal. 2014a. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/juris/SvHighLight>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União (TCU). Fiscalização de tecnologia da informação. **Documento de avaliação da transparência.** 2016d. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/comunidades/fiscalizacaodetecnologiadainformacao/atuacao/avaliacaodetransparencia.htm>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. **Portaria n.º 141 de 1º de maio. 2015.** Aprova o Plano Estratégico do Tribunal de Contas da União para o período 2015-2021. 2015. Disponível em: <[http://portal3.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/planejamento\\_gestao/planejamento/planosesstrategicosTCU](http://portal3.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/planejamento_gestao/planejamento/planosesstrategicosTCU)>. Acesso em: 10 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública.** 2014b. Versão 2. Brasília: TCU, 2014. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/comunidades/governanca/>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BROWN, T. A. *Confirmatory factor analysis for applied research*. New York: Guilford Publications, 2006.

CASTELLÀ, C.; JORBA, L. *Evaluación de las experiencias participativas en la gestión local de Cataluña: potencialidades y amenazas.* **Gestión y Análisis de Políticas Públicas**, n. 32, p. 79-98, 2005.

CASTELLÀ, C.; PARÉS, M. *Criteris, metodologies i reflexions entorn l'avaluació de la participació ciutadana.* Barcelona: Institut de Govern i Polítiques Públiques. 2008.

CATÓLICO, D. F. *Revelación y divulgación de la información financiera y no financiera de las universidades públicas en Colombia.* **Revista Facultad de Ciencias Económicas:**

*investigación y reflexión*, v. 20, n. 1, p. 57-76, 2012.

COSTA, J. C. **Avaliação da qualidade dos serviços prestados pela Biblioteca Central da UFES utilizando o método Servqual**. 2013. 102 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

DENHARDT, R. B. **Teorias da Administração Pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

DIXON, K.; COY, D.; TOWER, G. *External reporting by New Zealand universities 1985–1989: Improving accountability*. **Financial Accountability & Management**, v. 7, n. 3, p. 159-178, 1991.

ESTANISLAU, C.; LOEBEL, E. Teoria da Agência e Teoria da Ação Comunicativa: Da polarização teórica à superação dicotômica. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, 33, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2009.

GAMA, J. R. **Instrumentos de transparência e acesso às informações públicas: um estudo das demandas por informações contábeis nas universidades federais**. 2015. 189 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2015.

GAMA, J. R.; RODRIGUES, G. M. Perspectivas e desafios na transparência das contas públicas: um estudo numa Instituição de Ensino Superior brasileira. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 21, n. 45, 2016.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOMES, D. E. et al. Panorama de estudos acerca da transparência nas universidades públicas: uma contribuição para a gestão universitária. In: **XVI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTIÓN UNIVERSITARIA - CIGU**, Arequipa - Peru, nov. 2016.

GRIMMELIKHUIJSEN, S. G.; WELCH, E. W. *Developing and testing a theoretical framework for computer-mediated transparency of local governments*. **Public administration review**, v. 72, n. 4, p. 562-571, 2012.

GRIMMELIKHUIJSEN, S. et al. *The effect of transparency on trust in government: A cross-national comparative experiment*. **Public Administration Review**, v. 73, n. 4, p. 575-586, 2013.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. v. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.

\_\_\_\_\_. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade, v. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.

HAIR, J. F.; RINGLE, C. M.; SARSTEDT, M. *PLS-SEM: Indeed a silver bullet*. **Journal of Marketing theory and Practice**, v. 19, n. 2, p. 139-152, 2011.

HAIR JR, J. F. et al. *A primer on partial least squares structural equation modeling (PLS-SEM)*. 2. ed. [s.l.]: Sage Publications, 2017.

HARRISON, T. M.; SAYOGO, D. S. *Transparency, participation, and accountability practices in open government: A comparative study*. **Government Information Quarterly**, v. 31, n. 4, p. 513-525, 2014.

HEALD, D. *Fiscal transparency: Concepts, measurement and UK practice*. **Public administration**, v. 81, n. 4, p. 723-759, 2003.

\_\_\_\_\_. *Varieties of transparency*. Oxford: University Press for The British Academy, 2006.

HENSELER, J.; RINGLE, C. M.; SINKOVICS, R. R. *The use of partial least squares path modeling in international marketing*. In: **New challenges to international marketing**. Emerald Group Publishing Limited, 2009. p. 277-319.

HOLLYER, J. R.; ROSENDORFF, B. P.; VREELAND, J. R. *Democracy and transparency*. **The Journal of Politics**, v. 73, n. 4, p. 1191-1205, 2011.

HOUAISS, A.; VILLAR, M.; MELLO FRANCO, F. M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HULLAND, J. *Use of partial least squares (PLS) in strategic management research: A review of four recent studies*. **Strategic management journal**, p. 195-204, 1999.

JICK, T. D. *Mixing qualitative and quantitative methods: Triangulation in action*. **Administrative science quarterly**, v. 24, n. 4, p. 602-611, 1979.

JOIA, L. A. Geração de modelos teóricos a partir de estudos de casos múltiplos: da teoria à

prática. **Pesquisa qualitativa em administração**, v. 2, p. 123-149, 2004.

JORBA, L.; MARTÍ, J.; PARÉS, M. ***La qualitat en la participació: orientacions per l'avaluació participada***. Col·lecció finestra oberta. Barcelona: Fundació Jaume Bofill. 2007.

LEHMANN, D. R. ***Market research and analysis***. 2 ed. Illinois: Richard D. Irwin, 1985.

LIKERT, R. *A technique for the measurement of attitudes*. ***Archives of Psychology***. 1932.

MARCH, J. G.; SIMON, H. A. Limites cognitivos da racionalidade. **Teoria das organizações**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975. p. 192-220.

MARCHESINI, L.; SIMÃO, E. **Corte para cobrir redução do diesel atinge educação e saúde**. Valor Econômico. Data: 31/05/2018. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/5562783/corte-para-cobrir-reducao-do-diesel-atinge-educacao-e-saude>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

MICHENER, G.; BERSCH, K. *Conceptualizing the quality of transparency*. In: 1.<sup>a</sup> CONFERÊNCIA GLOBAL SOBRE TRANSPARÊNCIA. **Anais...** Rutgers University, Newark. 2011.

\_\_\_\_\_. *Identifying transparency*. ***Information Polity***, v. 18, n. 3, p. 233-242, 2013.

MONTEIRO, A. **Aferição do grau de cumprimento às obrigações de transparência ativa constantes da Lei de Acesso à Informação por Universidades Federais do Brasil**. 2014. 68 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

MONTEIRO, F. M. **A transparência como ferramenta de ampliação do caráter democrático nos conselhos universitários das Instituições Federais de Ensino Superior: o caso da Universidade Federal do Espírito Santo**. 2013. 112 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

NA CRISE, Ufes busca caminhos para reduzir gastos. **Informa**: Informativo da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, n. 517, p. 4-5, mar./abr. 2017.

OSBORNE, J. W.; COSTELLO, A. B.; KELLOW, J. T. ***Best practices in exploratory factor analysis***. Louisville: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2014.

PESSÔA, I. S. **Determinantes da transparência das universidades federais brasileiras**. 2013. 162 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Programa de Pós-graduação e Gestão Pública, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2013.

RAAB, C. D. *Transparency: the key to better governance? Edited by Christopher Hood and David Heald*. **Public Administration**, v. 86, n. 2, p. 598-600, 2008.

RAMOS, A. G. **A redução sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

RIBEIRO, A. M. A. A necessária transparência pública na UFRJ para uma gestão democrática. **Práticas em Gestão Pública Universitária**, v. 1, n. 2, p. 410-437. 2017.

RINGLE, C. M.; WENDE, S.; BECKER, J. M. **SmartPLS 3**. Boenningstedt: SmartPLS GmbH. 2015. Disponível em: <<http://www.smartpls.com>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

RODRIGUES, G. M. Indicadores de “transparência ativa” em instituições públicas: análise dos portais de universidades públicas federais" *Active transparency" indicators in public institutions*. **Liinc em Revista**, v. 9, n. 2, 2013.

ROSARIO, A. H.; PÉREZ, M. C. C.; CAÑADAS, M. M. S. *La transparencia da información online: El caso das top 100 universidades del mundo*. **Anais do XXVI Congresso AECA**. Granada. 21 de set. 2011. Disponível em: <<http://aeca.es/xvicongresoaeaca/cd/31g.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

SANTOS, J. R. A. *Cronbach's alpha: A tool for assessing the reliability of scales*. **Journal of extension**, v. 37, n.2, p. 1-5. 1999.

SARAIITE-SARAIENE, L.; RODRÍGUEZ, M. M. G.; ROSARIO, A. H. *Exploring determining factors of web transparency in the world's top universities*. **Revista de Contabilidad**, v. 21, n. 1, p. 63-72, 2018.

SCHIER, A. C. R. **A participação popular na administração pública: o direito de reclamação**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

SILVA, R. V. **Información y transparencia pública: instrumentos de control para la toma de decisiones en la gestión de las universidades federales brasileñas**. 2016. 166 f. Tese (Doctorado en contabilidad). Departament de comptabilitat. Universitat de Valencia. 2016. Disponível em: <<http://roderic.uv.es/bitstream/handle/10550/51726/TESE%20COMPLETA%20PDF%2003-02-2016.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 out. 2017.

SIRAQUE, V. **Controle social da função administrativa do Estado**: possibilidades e limites na Constituição de 1988. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SLOMSKI, V. et al. **Governança corporativa e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2008.

SOUZA, W. S. **Transparência e controle social**: desafios para a gestão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro a partir da Lei de Acesso à Informação. 2015. 131 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Estratégia) – Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica. 2015.

STATA, S. *Release 13. Statistical software*. College Station, TX: StataCorp LP. 2013. Disponível em: <<https://www.stata.com/support/faqs/resources/citing-software-documentation-faqs/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

TENÓRIO, F. G. O mito da participação. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 162-164, maio/jul. 1990.

\_\_\_\_\_. (Re)visitando o conceito de gestão social. **Desenvolvimento em questão**, v. 3, n. 5, 2005.

\_\_\_\_\_. **Cidadania e desenvolvimento local**. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cidadania e desenvolvimento local**: critérios de análise. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

\_\_\_\_\_. **Cidadania, território e atores sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 2016a.

\_\_\_\_\_. **Tem razão a administração?** 4. ed. Ijuí: Unijuí, 2016b.

TENÓRIO, F. G.; KRONEMBERGER, T. S. **Gestão social e conselhos gestores**. v. 3. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

TENÓRIO, F. G.; ROZENBERG, J. E. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação. **Revista de Administração Pública**, v. 31, n. 4, p. 101- 125, jul./ago. 1997.

UNIVERSIDADE Federal do Espírito Santo. **Plano de gestão orçamentária Ufes - 2017**. Conteúdo multimídia elaborado pela Pró-reitora de Administração da Ufes. Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). 2017a. Recebido por: <mestrehonathan@gmail.com>, em:

12. jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Proposta de alocação orçamentária Ufes – 2017**. Conteúdo multimídia elaborado pela Pró-reitora de Administração da Ufes. Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). 2017b. Recebido por: <mestrehonathan@gmail.com>, em 12 jun. 2017.

VELICER, W. F; JACKSON, D. N. *Component analysis versus common factor analysis: Some issues in selecting an appropriate procedure*. **Multivariate behavioral research**, v. 25, n. 1, p. 1-28, 1990.

YAZIGI, A. F. *Dinero, política y transparencia: El imperativo democrático de combatir la corrupción*. In: **9th International Anti-Corruption Conference (IACC)**, 10 – 15 October, 1999, Durban, South Africa. Disponível em: <[http://9iacc.org/papers/day1/ws3/dnld/d1ws3\\_aferreiro.pdf](http://9iacc.org/papers/day1/ws3/dnld/d1ws3_aferreiro.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2016.

ZORZAL, L. **Transparência das informações das universidades federais**: estudo dos relatórios de gestão à luz dos princípios de boa governança na Administração Pública Federal. 2015. 197 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação, Universidade de Brasília, Brasília. 2015.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. M. C.; RICCIO, E. L. Transparência: reposicionando o debate. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, n. 25, p. 137-158, 2015.

## APÊNDICE A – Indicadores de transparência adotados em pesquisas anteriores.

Os indicadores de transparência identificados no levantamento realizado por Pessoa (2013) foram classificados em perspectivas conceituais (Quadro A), conteudísticas (Quadro B) e finalísticas (Quadro C). Os itens obrigatórios foram identificados com as respectivas normatizações: Lei de Acesso à Informação (12.527), Decreto 5.482, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Portaria nº 262 da CGU e Lei de Licitações (8666).

**Quadro A** - Indicadores de transparência em perspectivas conceituais.

Perspectiva	Indicadores	Normatização
Capacidade de inferência ( <i>inferability</i> )	A1, A2	Lei 12.527, Art. 8º
	A3 a A14	Itens não obrigatórios
Visibilidade ( <i>visibility</i> )	A15 a A21	Lei 12.527, Art. 8º
	A22	Decreto 5.482/2005
	A23 a A29	Itens não obrigatórios

Fonte: Indicadores adaptados da pesquisa de Pessoa (2013).

Legenda:

- A1 - Inclui-se nas páginas a data da última atualização.
- A2 - A segurança da página web está certificada por uma entidade independente e sólida.
- A3 - Caráter completo da informação: existe a possibilidade de consultar a Contabilidade Geral na página web.
- A4 - Periodicidade da informação fornecida.
- A5 - Comparabilidade da informação: existe possibilidade de comparabilidade da informação.
- A6 - Compreensibilidade da informação: se incluem índices e gráficos ou imagens e comentários de apoio para apresentar a informação financeira.
- A7 - Relevância da informação: se oferece na internet informação segregada.
- A8 - Confiabilidade da Informação: se oferece informação auditada.
- A9 - É possível encontrar a informação em vários idiomas.
- A10 - É claramente diferenciado na *web* a existência de *links* externos e internos do ente público.
- A11 - Responsabilidade do conteúdo divulgado na página *web*.
- A12 - A página web oferece a informação em formato de áudio e/ou vídeo.
- A13 - Dispõe de uma seção específica na qual agrupa a informação financeira e orçamentária que difunde.
- A14 - Incluem-se suportes multimídia como apoio para apresentação de dados orçamentários e contábeis.
- A15 - Incorporação de motores de busca na página web para facilitar o acesso à informação.
- A16 - Formatos eletrônicos utilizados para divulgação de informações financeiras.
- A17 - A página web indica local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o *webmaster* para a solicitação de informação geral pelo usuário.
- A18 - Permite-se o download de arquivos que o usuário pode utilizar em diversas aplicações.
- A19 - Possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina.
- A20 - Divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação.
- A21 - Apresenta seção com perguntas e respostas.
- A22 - Link para a página denominada Transparência Pública.
- A23 - Serviços de notícias sobre suas atividades acadêmicas (jornal de anúncios).
- A24 - Disponibiliza um mapa da página web.
- A25 - Há uma seção específica no site para acessar cada tipo de informação.
- A26 - A página web utiliza como ferramenta hiperlinks na informação financeira prestada.
- A27 - *E-learning* na educação formal.
- A28 - *E-learning* em cursos de aprimoramento.
- A29 - Incorporam-se recursos que facilitam uma correta impressão da informação.

**Quadro B** - Indicadores de transparência em perspectivas conteudísticas.

Perspectiva	Indicadores	Normatização
Contábil	B1 a B4	LRF, Art. 48
	B5	Portaria n.º 262 da CGU
	B1, B6	Lei 12.527, Art. 8º
	B7 a B22	Itens não obrigatórios
Institucional ou organizacional	B23 a B27 – B30, B31, B32	Lei 12.527, Art. 8º
	B28, B29	Lei 12.527, Art. 30º
	B33 a B87	Itens não obrigatórios
Orçamentária	B88	LRF, Art. 48
	B89, B90, B91	Itens não obrigatórios
Processo licitatório	B92	Lei 8666, Art. 21
	B92, B93	Lei 12.527, Art. 8º
Contratos e convênios	B94, B95	Itens não obrigatórios
	B96	Lei 12.527, Art. 8º

Fonte: Indicadores adaptados da pesquisa de Pessoa (2013).

Legenda:

B1 - Gastos executados.

B2 - Receita executada.

B3 - Acesso aos demonstrativos contábeis do último ano.

B4 - Acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU do último ano.

B5 - Link para a página Processos de Contas Anuais.

B6 - Informações sobre repasses ou transferências de recursos financeiros.

B7 - Fluxos de caixa.

B8 - Dívida ativa.

B9 - Variação da dívida.

B10 - Ativos não correntes.

B11 - Variação de ativos não correntes.

B12 - Indicadores financeiros (índices).

B13 - Acesso aos demonstrativos contábeis de dois ou mais anos.

B14 - Identificação das políticas contábeis aplicadas para a elaboração da informação contábil.

B15 - Depreciação.

B16 - Custo unitário por estudante.

B17 - Subsídio para pesquisa.

B18 - Alocação de custos indiretos.

B19 - Investimentos.

B20 - Compromissos e contingências.

B21 - Revisão financeira.

B22 - Dispõe de uma seção específica de prestação de contas.

B23 - Organograma.

B24 - Órgãos de gestão e funções.

B25 - Endereços das unidades e setores da entidade. B26 - Telefones das unidades e setores da entidade.

B27 - Horários de atendimento ao público nas unidades e setores da entidade.

B28 - Rol das informações que tenham sido classificadas e desclassificadas por grau de sigilo nos últimos 12 meses.

B29 - Quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, informações genéricas sobre os solicitantes.

B30 - Enunciação de programas e/ou atividades de difusão do conhecimento (cursos, formados, seminários e/ou oficinas).

B31 - Enunciação de atividades de serviço tendentes a procurar o bem-estar da comunidade.

B32 - Acesso ao informe de gestão do reitor.

B33 - Acesso ao plano de desenvolvimento e/ou Plano Operacional Anual.

B34 - Lista de contatos de funcionários.

B35 - Arquivos de reunião dos corpos colegiados.

B36 - Relação nominal e breve resumo dos diretores.

B37 - Agenda do reitor.

B38 - Especificam-se dados bibliográficos do reitor e vice-reitores.

- B39 - Especifica-se informação sobre salários.
- B40 - Regulamentos emitidos.
- B41 - Estatuto da universidade.
- B42 - Bolsas de monitoria/estágio universitárias. B43 - Como chegar a universidade.
- B44 - Estatísticas sobre o número e tipo vagas e tipo em cada faculdade.
- B45 - Publicações universitárias (periódicos, jornais, revistas).
- B46 - Enunciação do número de estudantes matriculados em graduação e pós-graduação.
- B47 - Descrição de suas instalações.
- B48 - Capital humano.
- B49 - Acesso a indicadores de gestão.
- B50 - Divulgação de orientações para a contratação de terceiros.
- B51 - Plano estratégico aprovado.
- B52 - Execução do plano estratégico.
- B53 - Informação sobre indicadores de responsabilidade econômica.
- B54 - Responsabilidade social.
- B55 - Responsabilidade ambiental.
- B56 - Acesso ao código de bom governo e código de ética.
- B57 - Calendário de eventos e processos acadêmicos.
- B58 - Funcionários/faculdade.
- B59 - Relação da oferta de programas de graduação e pós-graduação.
- B60 - Descrição dos planos de estudos e programas de disciplinas.
- B61 - Relação nominal ou numérica da composição docente.
- B62 - Descrição da qualificação dos docentes.
- B63 - Editais públicos para a contratação docente.
- B64 - Relação nominal de programas para a formação docente.
- B65 - Formandos.
- B66 - Emprego/destino dos estudantes da educação.
- B67 - Percentual de estudantes na faculdade.
- B68 - Registro de alunos em pesquisa ou assistentes de pesquisa.
- B69 - Relação nominal ou apresentação das publicações e/ou trabalhos desenvolvidos por alunos ou assistentes de pesquisa.
- B70 - Relação das redes de pesquisa das quais participam os alunos ou assistentes de pesquisa.
- B71 - Enunciação de linhas de pesquisa institucionais ou dos grupos de pesquisa.
- B72 - Enunciação dos grupos de pesquisa. B73 - Enunciação dos projetos de pesquisa.
- B74 - Relação das redes de pesquisa das quais participam os grupos ou os docentes pesquisadores.
- B75 - Relação das patentes nacionais e internacionais e os segredos industriais desenvolvidos na instituição.
- B76 - Relação das revistas ou de documentos que utilizam para divulgar os resultados dos processos de pesquisa formal.
- B77 - Enunciação de atividades de consultoria.
- B78 - Acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU com dois ou mais anos.
- B79 - Biblioteca.
- B80 - Emprego e informação do patrimônio educacional.
- B81 - Visualização do selo de qualidade que certifica a aplicação de normas ISO para a gestão pública ou de gestão acadêmica.
- B82 - Relação nominal ou identificação dos programas que têm registro qualificado e certificação voluntária.
- B83 - Acesso aos Informes de autoavaliação e autorregulação no âmbito institucional o de programas.
- B84 - Relação de prêmios obtidos pela comunidade acadêmica.
- B85 - Relação dos resultados dos Exames de Qualidade da Educação Superior (ENADE, IGC e CPC).
- B86 - Disponibiliza links para acessar a sites vinculados com a regulação ou gestão acadêmica, avaliação da qualidade ou rankings de universidades, entre outros.
- B87 - Disponibiliza o endereço postal e eletrônico de contato da universidade.
- B88 - Acesso aos orçamentos e execução orçamentária do último ano.
- B89 - Modificações no orçamento.
- B90 - Indicadores orçamentários.
- B91 - Acesso aos orçamentos e execução orçamentária com dois ou mais anos de antiguidade.
- B92 - Publicação dos editais de licitação da compra de bens e serviços.
- B93 - Resultados de licitação.
- B94 - Execução de obras e serviços licitados.
- B95 - Fornecedores padrão.
- B96 - Contratos de licitação.

**Quadro C** - Indicadores de transparência em perspectivas finalísticas.

Perspectiva	Indicadores	Normatização
Controle organizacional	C1 a C7	Itens não obrigatórios
Social ou cívica	C8 a C14	Itens não obrigatórios

Fonte: Indicadores adaptados da pesquisa de Pessoa (2013).

Legenda:

C1 - Facilita-se o download de formulários e impressos para as tramitações administrativas da educação formal.

C2 - Facilita-se o download de formulários e impressos para as tramitações administrativas de cursos de aprimoramento.

C3 - É possível realizar on-line transações administrativas da educação formal.

C4 - É possível realizar on-line transações administrativas de cursos de aprimoramento.

C5 - É possível tramitar integralmente até o pagamento as transações administrativas da educação formal.

C7 - Acesso a ferramentas tecnológicas e eletrônicas que facilitam os processos acadêmicos (biblioteca virtual, bases de dados, *e-learning*, entre outros).

C8 - Caixa de reclamações ou sugestões.

C9 - Foros de discussão na web da universidade.

C10 - *Chat*.

C11 - Pesquisas de opinião.

C12 - *Blog*.

C13 - A página web apresenta endereço de contato com as pessoas responsáveis pelos serviços prestados na universidade.

C14 - A página *web* permite a inclusão de um *mailing list* para permitir atualização de informação aos usuários que assim o solicitem.

## APÊNCIDE B – Formulários para subsidiar coleta de dados.

### PARTE A - Primeira dentre as duas páginas do questionário impresso para coleta de dados.

#### Questionário de Pesquisa sobre Transparência e Participação Cidadã (Parte A)

##### Perfil dos Respondentes

##### Gênero:

( ) Feminino ( ) Masculino

Outro: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

##### Aplicação do Questionário Impresso:

Horário: \_\_\_\_:\_\_\_\_.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Local: \_\_\_\_\_.

##### Maior Titulação Completa:

( ) Ensino Fundamental ( ) Ensino Médio ( ) Graduação ( ) Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado

Marque no quadro abaixo as opções que correspondem à sua *atual situação acadêmica*.

Situação		Centros acadêmicos da Ufes localizados em Vitória								Outro(s)
		CAR	CCE	CCHN	CCJE	CCS	CE	CEFD	CT	
Sou <b>aluno</b> em:	Graduação	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	
	Especialização	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	
	Mestrado	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	
	Doutorado	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	
Sou <b>professor</b> em:	Graduação	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	
	Especialização	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	
	Mestrado	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	
	Doutorado	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	
Sou <b>TAE*</b> Nivel/Classe:	A	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	
	B	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	
	C	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	
	D	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	
	E	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	

\* Técnico Administrativo em Educação.

Outra situação: \_\_\_\_\_

O que é o Conselho Departamental do Centro Acadêmico?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**PARTE B** - Segunda dentre as duas páginas do questionário impresso para coleta de dados.

## Questionário de Pesquisa sobre Transparência e Participação (Parte B)

INSTRUÇÕES: Este questionário lida com as suas opiniões sobre o processo decisório no <b>conselho departamental do centro acadêmico da Ufes</b> , em que você atue como aluno, professor ou técnico administrativo. Escolha um dos sete números para cada enunciado. <u>Se você discorda fortemente da afirmação, circule o número 1. Se você concorda fortemente com a afirmação, circule o número 7. Se a sua concordância ou discordância não é forte, circule um dos números intermediários.</u> Não há respostas certas ou erradas; o que nos interessa é <u>um número que melhor apresenta sua percepção sobre o processo decisório no âmbito do centro acadêmico.</u>	Discordo Fortemente	Discordo Medianamente	Discordo Pouco	Não concordo nem discordo	Concordo Pouco	Concordo Medianamente	Concordo Fortemente
1. Tenho acesso às informações relevantes pertinentes à tomada de decisão no conselho departamental.	1	2	3	4	5	6	7
2. As informações relevantes pertinentes a decisões do conselho departamental são compreensíveis.	1	2	3	4	5	6	7
3. Além do conselho departamental, há outros espaços para discussão sobre os assuntos relevantes para a comunidade acadêmica local.	1	2	3	4	5	6	7
4. No conselho departamental, há espaço para potenciais novos líderes.	1	2	3	4	5	6	7
5. No conselho departamental, é comum a designação de comissão ou grupo de trabalho para realizar tarefas já incluídas no rol de atividades de algum setor.	1	2	3	4	5	6	7
6. Algum órgão da universidade faz o acompanhamento de todo o processo decisório do conselho departamental, garantindo o que foi deliberado de forma participativa.	1	2	3	4	5	6	7
7. Atuo em algum sistema participativo na universidade, que não seja o conselho departamental.	1	2	3	4	5	6	7
8. No conselho departamental, todos os indivíduos ou grupos do centro acadêmico tem igual chance de participação na tomada de decisão.	1	2	3	4	5	6	7
9. A existência de uma metodologia participativa (social, política e técnica) é importante para o processo decisório no conselho departamental.	1	2	3	4	5	6	7
10. A minha participação no processo decisório no âmbito do centro acadêmico é relevante.	1	2	3	4	5	6	7
11. Movimentos, organizações e também pessoas não organizadas podem interferir no processo deliberativo do conselho departamental.	1	2	3	4	5	6	7
12. Já tive experiências em processo democrático de participação, que não seja o conselho departamental.	1	2	3	4	5	6	7
13. Os métodos de escolha de representantes para atuar no conselho departamental são participativos e democráticos.	1	2	3	4	5	6	7
14. Os discursos exercidos pelos membros do conselho departamental valorizam processos participativos.	1	2	3	4	5	6	7
15. Intervento no acompanhamento e avaliação da execução das proposições aprovadas pelo conselho departamental.	1	2	3	4	5	6	7
16. Em geral, as proposições discutidas no conselho departamental estão de acordo com os interesses da sociedade.	1	2	3	4	5	6	7
17. Em geral, os gestores que atuam em alguma unidade administrativa do centro acadêmico podem intervir nos problemas discutidos no conselho departamental.	1	2	3	4	5	6	7
18. O processo de deliberação e execução das proposições submetidas ao conselho departamental é conduzido de forma descentralizadora.	1	2	3	4	5	6	7

**Aceita participar de entrevista?** ( ) Sim ( ) Não **E-mail:** \_\_\_\_\_

Fonte: Enunciados adaptados dos critérios de análise de processos decisórios (TENÓRIO, 2012); utilização da escala Likert (1932); *Layout* adaptado de Costa (2013).

**APÊNDICE C – Matriz de correlação entre as variáveis correspondentes aos tópicos de pesquisa.**

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
1	1,0000																	
2	0,7858	1,0000																
3	0,4625	0,4703	1,0000															
4	0,5033	0,5225	0,5248	1,0000														
5	0,2409	0,2508	0,3589	0,3871	1,0000													
6	0,4605	0,3961	0,3523	0,3197	0,2843	1,0000												
7	0,2104	0,1123	0,3747	0,2346	0,1579	0,2596	1,0000											
8	0,3436	0,3925	0,4838	0,5216	0,3512	0,3520	0,3812	1,0000										
9	0,1540	0,0840	0,0588	0,1144	0,2143	0,2185	0,0951	0,0892	1,0000									
10	0,3228	0,3538	0,3811	0,4701	0,2341	0,2859	0,4076	0,4691	0,2140	1,0000								
11	0,1143	0,1633	0,1492	0,2204	0,1059	0,0985	-0,0538	0,0786	0,2883	0,2074	1,0000							
12	0,1872	0,0392	0,1816	0,3249	0,2046	-0,0023	0,4088	0,2610	0,2943	0,3154	0,1324	1,0000						
13	0,3938	0,4574	0,4259	0,4944	0,2041	0,2607	0,2250	0,4772	0,0866	0,5483	0,0594	0,1688	1,0000					
14	0,4701	0,5388	0,5463	0,6059	0,3516	0,4427	0,2295	0,6412	0,2613	0,4657	0,1450	0,1650	0,5991	1,0000				
15	0,3746	0,3632	0,2136	0,4512	0,1022	0,3020	0,3929	0,3546	0,1542	0,5138	0,1026	0,2472	0,2801	0,4343	1,0000			
16	0,5755	0,5942	0,5265	0,6316	0,2149	0,3228	0,2728	0,5396	0,2272	0,4223	0,1960	0,2191	0,5727	0,7444	0,4320	1,0000		
17	0,1700	0,2607	0,2678	0,3510	0,1634	0,1819	0,3030	0,2151	0,1523	0,2553	0,2243	0,1734	0,2608	0,2741	0,2609	0,3722	1,0000	
18	0,4530	0,4189	0,4707	0,5752	0,2106	0,2805	0,2381	0,4845	0,0701	0,3387	0,0707	0,1819	0,4443	0,6669	0,4640	0,6845	0,2695	1,0000

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

## APÊNDICE D – Modelos de Regressão Linear Múltipla.

### Modelo de Regressão Linear Múltipla

#### Variável dependente: P1

Critério de análise: Canais de difusão

#### Código utilizado no *software* Stata (2013):

```
regress P1 Masculino Idade EstimEstudos Docente TAE CAR CCE CCHN CCJE CCS CE CEFD CT
VariedadeVinculos SomaVinculos Email
predict resP1, res
sktest resP1
estat hettest
```

#### Resultados:

Source	SS	df	MS	Number of obs = 102		
Model	85.4484692	16	5.34052932	F( 16, 85)	=	1.16
Residual	391.571139	85	4.60671928	Prob > F	=	0.3172
				R-squared	=	0.1791
				Adj R-squared	=	0.0246
Total	477.019608	101	4.72296641	Root MSE	=	2.1463

P1	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
Masculino	.1394519	.4901069	0.28	0.777	-.835012	1.113916
Idade	-.0032868	.0245533	-0.13	0.894	-.0521054	.0455317
EstimEstudos	-.1182323	.1184879	-1.00	0.321	-.353818	.1173534
Docente	2.246984	1.247294	1.80	0.075	-.2329703	4.726938
TAE	.3719495	.9187873	0.40	0.687	-1.454846	2.198745
CAR	-1.356857	1.052339	-1.29	0.201	-3.44919	.7354748
CCE	-.5660241	.9289278	-0.61	0.544	-2.412981	1.280933
CCHN	.8415352	.8724366	0.96	0.337	-.8931026	2.576173
CCJE	-.5287237	.6564245	-0.81	0.423	-1.833872	.7764241
CCS	-.1731492	.7118207	-0.24	0.808	-1.58844	1.242141
CE	2.096852	1.515684	1.38	0.170	-.9167345	5.110439
CEFD	1.566726	1.47225	1.06	0.290	-1.3605	4.493953
CT	-1.231866	.8759297	-1.41	0.163	-2.973449	.5097164
VariedadeVinculos	-.875358	.9082885	-0.96	0.338	-2.681279	.9305629
SomaVinculos	-.44005	.3698808	-1.19	0.237	-1.175472	.2953722
Email	.0460002	.5493011	0.08	0.933	-1.046158	1.138158
_cons	6.080399	1.975574	3.08	0.003	2.152428	10.00837

#### Skewness/Kurtosis tests for Normality

Variable	Obs	Pr(Skewness)	Pr(Kurtosis)	adj chi2(2)	joint Prob>chi2
resP1	102	0.8885	0.0004	10.53	0.0052

#### Breusch-Pagan / Cook-Weisberg test for heteroskedasticity

Ho: Constant variance

Variables: fitted values of P1

chi2(1) = 0.17

Prob > chi2 = 0.6760

## Modelo de Regressão Linear Múltipla

### Variável dependente: P2

Critério de análise: Qualidade da informação

### Código utilizado no *software* Stata (2013):

```
regress P2 Masculino Idade EstimEstudos Docente TAE CAR CCE CCHN CCJE CCS CE CEFD CT
VariedadeVinculos SomaVinculos Email
predict resP2, res
sktest resP2
estat hettest
```

### Resultados:

Source	SS	df	MS	Number of obs = 102		
Model	111.346173	16	6.95913581	F( 16, 85)	=	2.12
Residual	278.967553	85	3.28197121	Prob > F	=	0.0143
Total	390.313725	101	3.86449233	R-squared	=	0.2853
				Adj R-squared	=	0.1507
				Root MSE	=	1.8116

P2	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
Masculino	-.3311452	.4136779	-0.80	0.426	-1.153648	.4913573
Idade	.0230993	.0207244	1.11	0.268	-.0181063	.0643049
EstimEstudos	-.0693056	.1000105	-0.69	0.490	-.2681532	.1295421
Docente	1.52066	1.052786	1.44	0.152	-.5725607	3.613882
TAE	.4040604	.7755084	0.52	0.604	-1.137858	1.945979
CAR	-.8725366	.8882337	-0.98	0.329	-2.638583	.89351
CCE	-.947844	.7840676	-1.21	0.230	-2.50678	.6110924
CCHN	.4061496	.7363858	0.55	0.583	-1.057983	1.870282
CCJE	-.4442813	.5540594	-0.80	0.425	-1.5459	.6573372
CCS	-.0966189	.6008169	-0.16	0.873	-1.291204	1.097966
CE	1.867303	1.279323	1.46	0.148	-.6763345	4.410941
CEFD	1.060967	1.242662	0.85	0.396	-1.409778	3.531712
CT	-2.318508	.7393342	-3.14	0.002	-3.788502	-.8485132
VariedadeVinculos	-.7556644	.7666468	-0.99	0.327	-2.279964	.7686349
SomaVinculos	-.3031234	.3122003	-0.97	0.334	-.9238613	.3176145
Email	-.2882371	.4636411	-0.62	0.536	-1.21008	.6336057
_cons	4.932641	1.667496	2.96	0.004	1.617212	8.24807

### Skewness/Kurtosis tests for Normality

Variable	Obs	Pr(Skewness)	Pr(Kurtosis)	adj chi2(2)	Prob>chi2
resP2	102	0.3874	0.5725	1.09	0.5805

### Breusch-Pagan / Cook-Weisberg test for heteroskedasticity

Ho: Constant variance

Variables: fitted values of P2

chi2(1) = 1.36

Prob > chi2 = 0.2427

## Modelo de Regressão Linear Múltipla

### Variável dependente: P3

Critério de análise: Espaços de transversalidade

### Código utilizado no *software* Stata (2013):

```
regress P3 Masculino Idade EstimEstudos Docente TAE CAR CCE CCHN CCJE CCS CE CEFD CT
VariedadeVinculos SomaVinculos Email
predict resP3, res
sktest resP3
estat hettest
```

### Resultados:

Source	SS	df	MS	Number of obs = 102			
Model	153.064545	16	9.56653407	F( 16, 85)	=	3.55	
Residual	228.778592	85	2.69151285	Prob > F	=	0.0001	
				R-squared	=	0.4009	
				Adj R-squared	=	0.2881	
Total	381.843137	101	3.78062512	Root MSE	=	1.6406	

P3	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
Masculino	.2485843	.3746219	0.66	0.509	-.4962645	.993433
Idade	.0138853	.0187677	0.74	0.461	-.02343	.0512006
EstimEstudos	-.024584	.0905683	-0.27	0.787	-.2046581	.1554901
Docente	.6523458	.953391	0.68	0.496	-1.243251	2.547943
TAE	-.8572699	.7022914	-1.22	0.226	-2.253613	.5390735
CAR	-.8198785	.8043741	-1.02	0.311	-2.41919	.7794328
CCE	-.8461864	.7100425	-1.19	0.237	-2.257941	.5655683
CCHN	1.843646	.6668624	2.76	0.007	.5177452	3.169547
CCJE	.4781863	.5017497	0.95	0.343	-.5194266	1.475799
CCS	.5248472	.5440928	0.96	0.337	-.5569551	1.606649
CE	2.481052	1.15854	2.14	0.035	.1775635	4.784541
CEFD	.2137331	1.12534	0.19	0.850	-2.023745	2.451211
CT	-.9160149	.6695324	-1.37	0.175	-2.247225	.4151949
VariedadeVinculos	-2.274388	.6942665	-3.28	0.002	-3.654776	-.8940006
SomaVinculos	-.1554061	.282725	-0.55	0.584	-.7175392	.4067269
Email	.4760881	.419868	1.13	0.260	-.358722	1.310898
_cons	4.575586	1.510065	3.03	0.003	1.573172	7.578

### Skewness/Kurtosis tests for Normality

Variable	Obs	Pr(Skewness)	Pr(Kurtosis)	adj chi2(2)	Prob>chi2
resP3	102	0.0059	0.2818	7.86	0.0197

### Breusch-Pagan / Cook-Weisberg test for heteroskedasticity

Ho: Constant variance

Variables: fitted values of P3

chi2(1) = 1.13

Prob > chi2 = 0.2877

## Modelo de Regressão Linear Múltipla

### Variável dependente: P4

Critério de análise: Pluralidade do grupo promotor

```
regress P4 Masculino Idade EstimEstudos Docente TAE CAR CCE CCHN CCJE CCS CE CEFD CT
VariedadeVinculos SomaVinculos Email
predict resP4, res
sktest resP4
estat hettest
```

### Resultados: Órgãos existentes

Source	SS	df	MS	Number of obs = 102		
Model	119.56128	16	7.47258001	F( 16, 85) = 2.08		
Residual	305.781857	85	3.59743361	Prob > F = 0.0167		
Total	425.343137	101	4.21131819	R-squared = 0.2811		
				Adj R-squared = 0.1458		
				Root MSE = 1.8967		

P4	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
Masculino	-.1294741	.4331032	-0.30	0.766	-.9905992	.731651
Idade	.0252405	.0216975	1.16	0.248	-.0179	.068381
EstimEstudos	.1167342	.1047067	1.11	0.268	-.0914508	.3249192
Docente	.2916063	1.102222	0.26	0.792	-1.899907	2.48312
TAE	-.5147648	.8119242	-0.63	0.528	-2.129088	1.099558
CAR	-.3598324	.9299429	-0.39	0.700	-2.208808	1.489143
CCE	-.1211005	.8208853	-0.15	0.883	-1.75324	1.511039
CCHN	1.458451	.7709645	1.89	0.062	-.0744331	2.991335
CCJE	-.2570634	.5800766	-0.44	0.659	-1.410411	.8962842
CCS	.3076034	.6290297	0.49	0.626	-.9430762	1.558283
CE	-.0893751	1.339397	-0.07	0.947	-2.752455	2.573705
CEFD	1.689091	1.301014	1.30	0.198	-.8976736	4.275856
CT	-1.914256	.7740514	-2.47	0.015	-3.453278	-.3752349
VariedadeVinculos	-1.078359	.8026466	-1.34	0.183	-2.674235	.5175173
SomaVinculos	-.4749905	.3268604	-1.45	0.150	-1.124877	.1748957
Email	.3179447	.4854125	0.65	0.514	-.6471855	1.283075
_cons	1.326222	1.745798	0.76	0.450	-2.144891	4.797335

#### Skewness/Kurtosis tests for Normality

Variable	Obs	Pr(Skewness)	Pr(Kurtosis)	adj chi2(2)	joint Prob>chi2
resP4	102	0.3696	0.1609	2.84	0.2412

#### Breusch-Pagan / Cook-Weisberg test for heteroskedasticity

Ho: Constant variance

Variables: fitted values of P4

chi2(1) = 0.00

Prob > chi2 = 0.9550

## Modelo de Regressão Linear Múltipla

### Variável dependente: P5

Critério de análise: Órgãos existentes

### Código utilizado no *software* Stata (2013):

```
regress P5 Masculino Idade EstimEstudos Docente TAE CAR CCE CCHN CCJE CCS CE CEFD CT
VariedadeVinculos SomaVinculos Email
predict resP5, res
sktest resP5
estat hettest
```

### Resultados:

Source	SS	df	MS	Number of obs = 102			
Model	59.8658336	16	3.7416146	F( 16, 85)	=	0.96	
Residual	330.653774	85	3.8900444	Prob > F	=	0.5047	
				R-squared	=	0.1533	
				Adj R-squared	=	-0.0061	
Total	390.519608	101	3.86653077	Root MSE	=	1.9723	

P5	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
Masculino	.1139424	.4503729	0.25	0.801	-.7815196	1.009404
Idade	.0091828	.0225627	0.41	0.685	-.0356779	.0540435
EstimEstudos	-.0004011	.1088818	-0.00	0.997	-.2168873	.2160852
Docente	.9027268	1.146173	0.79	0.433	-1.376172	3.181625
TAE	-.0492245	.8442992	-0.06	0.954	-1.727918	1.629469
CAR	-.3441125	.9670238	-0.36	0.723	-2.266815	1.57859
CCE	1.122303	.8536176	1.31	0.192	-.5749174	2.819524
CCHN	1.003148	.8017063	1.25	0.214	-.5908585	2.597155
CCJE	.8535468	.6032068	1.42	0.161	-.3457899	2.052883
CCS	.6118039	.6541119	0.94	0.352	-.6887457	1.912354
CE	1.29274	1.392805	0.93	0.356	-1.476529	4.062009
CEFD	-.9653768	1.352891	-0.71	0.477	-3.655287	1.724533
CT	-.7940776	.8049162	-0.99	0.327	-2.394467	.8063115
VariedadeVinculos	-.0085163	.8346516	-0.01	0.992	-1.668027	1.650995
SomaVinculos	-.3653776	.3398938	-1.07	0.285	-1.041178	.3104223
Email	-.3412779	.5047681	-0.68	0.501	-1.344892	.6623362
_cons	3.617364	1.81541	1.99	0.050	.0078418	7.226885

### Skewness/Kurtosis tests for Normality

Variable	Obs	Pr(Skewness)	Pr(Kurtosis)	adj chi2(2)	Prob>chi2
resP5	102	0.2501	0.1840	3.17	0.2048

### Breusch-Pagan / Cook-Weisberg test for heteroskedasticity

Ho: Constant variance

Variables: fitted values of P5

chi2(1) = 0.21

Prob > chi2 = 0.6482

## Modelo de Regressão Linear Múltipla

### Variável dependente: P6

Critério de análise: Órgão de acompanhamento

### Código utilizado no *software* Stata (2013):

```
regress P6 Masculino Idade EstimEstudos Docente TAE CAR CCE CCHN CCJE CCS CE CEFD CT
VariedadeVinculos SomaVinculos Email
predict resP6, res
sktest resP6
estat hettest
```

### Resultados:

Source	SS	df	MS	Number of obs = 102		
Model	72.6921719	16	4.54326074	F( 16, 85)	=	1.34
Residual	287.51371	85	3.38251424	Prob > F	=	0.1911
Total	360.205882	101	3.56639487	R-squared	=	0.2018
				Adj R-squared	=	0.0516
				Root MSE	=	1.8392

P6	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
Masculino	-.074573	.4199666	-0.18	0.859	-.9095792	.7604331
Idade	-.0185801	.0210394	-0.88	0.380	-.0604121	.0232519
EstimEstudos	-.1009473	.1015308	-0.99	0.323	-.3028178	.1009232
Docente	1.14436	1.068791	1.07	0.287	-.9806826	3.269402
TAE	-.7086352	.7872976	-0.90	0.371	-2.273994	.8567234
CAR	-1.301425	.9017366	-1.44	0.153	-3.094318	.4914694
CCE	.7756009	.7959869	0.97	0.333	-.8070343	2.358236
CCHN	1.230315	.7475803	1.65	0.104	-.2560748	2.716705
CCJE	-.2383356	.5624821	-0.42	0.673	-1.356701	.8800296
CCS	.002783	.6099505	0.00	0.996	-1.209962	1.215528
CE	.8860323	1.298772	0.68	0.497	-1.696273	3.468338
CEFD	-.2064875	1.261553	-0.16	0.870	-2.714792	2.301817
CT	-.45812	.7505735	-0.61	0.543	-1.950461	1.034221
VariedadeVinculos	-.3606892	.7783013	-0.46	0.644	-1.908161	1.186782
SomaVinculos	-.2076372	.3169464	-0.66	0.514	-.8378115	.4225371
Email	.641372	.4706894	1.36	0.177	-.2944845	1.577229
_cons	5.429978	1.692845	3.21	0.002	2.064148	8.795808

### Skewness/Kurtosis tests for Normality

Variable	Obs	Pr(Skewness)	Pr(Kurtosis)	adj chi2(2)	Prob>chi2
resP6	102	0.0118	0.5279	6.33	0.0422

### Breusch-Pagan / Cook-Weisberg test for heteroskedasticity

Ho: Constant variance

Variables: fitted values of P6

chi2(1) = 4.94

Prob > chi2 = 0.0262

## Modelo de Regressão Linear Múltipla

### Variável dependente: P7

Critério de análise: Relação com outros processos participativos

### Código utilizado no *software* Stata (2013):

```
regress P7 Masculino Idade EstimEstudos Docente TAE CAR CCE CCHN CCJE CCS CE CEFD CT
VariedadeVinculos SomaVinculos Email
predict resP7, res
sktest resP7
estat hettest
```

### Resultados:

Source	SS	df	MS	Number of obs = 102			
Model	170.690151	16	10.6681344	F( 16, 85)	=	1.80	
Residual	504.456908	85	5.93478715	Prob > F	=	0.0446	
				R-squared	=	0.2528	
				Adj R-squared	=	0.1122	
Total	675.147059	101	6.68462434	Root MSE	=	2.4361	

P7	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
Masculino	.1562567	.5562852	0.28	0.779	-.9497874	1.262301
Idade	.0037756	.0278687	0.14	0.893	-.0516348	.059186
EstimEstudos	-.24846	.1344871	-1.85	0.068	-.5158564	.0189365
Docente	2.160768	1.415714	1.53	0.131	-.6540503	4.975586
TAE	-.8840299	1.04285	-0.85	0.399	-2.957494	1.189435
CAR	-.184289	1.194435	-0.15	0.878	-2.559145	2.190567
CCE	.8712658	1.054359	0.83	0.411	-1.225083	2.967615
CCHN	-.247721	.9902403	-0.25	0.803	-2.216584	1.721142
CCJE	.5598347	.7450604	0.75	0.454	-.9215451	2.041214
CCS	.4431457	.8079367	0.55	0.585	-1.163249	2.04954
CE	1.533978	1.720345	0.89	0.375	-1.886528	4.954485
CEFD	.4176358	1.671045	0.25	0.803	-2.90485	3.740121
CT	.5077138	.994205	0.51	0.611	-1.469032	2.48446
VariedadeVinculos	-2.117552	1.030933	-2.05	0.043	-4.167323	-.0677807
SomaVinculos	.5958887	.4198252	1.42	0.159	-.2388364	1.430614
Email	1.249089	.6234723	2.00	0.048	.0094591	2.488719
_cons	6.937186	2.242333	3.09	0.003	2.478828	11.39554

### Skewness/Kurtosis tests for Normality

Variable	Obs	Pr(Skewness)	Pr(Kurtosis)	adj chi2(2)	Prob>chi2
resP7	102	0.4686	0.0126	6.34	0.0421

### Breusch-Pagan / Cook-Weisberg test for heteroskedasticity

Ho: Constant variance

Variables: fitted values of P7

chi2(1) = 2.21

Prob > chi2 = 0.1370

## Modelo de Regressão Linear Múltipla

### Variável dependente: P8

Critério de análise: Abertura dos espaços de decisão

### Código utilizado no *software* Stata (2013):

```
regress P8 Masculino Idade EstimEstudos Docente TAE CAR CCE CCHN CCJE CCS CE CEFD CT
VariedadeVinculos SomaVinculos Email
predict resP8, res
sktest resP8
estat hettest
```

### Resultados:

Source	SS	df	MS	Number of obs = 102		
Model	211.531837	16	13.2207398	F( 16, 85)	=	3.28
Residual	342.546595	85	4.02995994	Prob > F	=	0.0002
Total	554.078431	101	5.48592506	R-squared	=	0.3818
				Adj R-squared	=	0.2654
				Root MSE	=	2.0075

P8	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
Masculino	-.0550165	.4584007	-0.12	0.905	-.9664399	.856407
Idade	.008627	.0229649	0.38	0.708	-.0370333	.0542874
EstimEstudos	-.054057	.1108227	-0.49	0.627	-.2744022	.1662881
Docente	2.745988	1.166603	2.35	0.021	.426468	5.065508
TAE	.1573221	.8593488	0.18	0.855	-1.551294	1.865938
CAR	-.9792848	.9842609	-0.99	0.323	-2.936259	.9776895
CCE	.3164247	.8688333	0.36	0.717	-1.411049	2.043898
CCHN	.4050954	.8159967	0.50	0.621	-1.217325	2.027515
CCJE	.6503704	.6139589	1.06	0.292	-.5703443	1.871085
CCS	-.0380608	.6657714	-0.06	0.955	-1.361793	1.285671
CE	.1162147	1.417631	0.08	0.935	-2.702416	2.934846
CEFD	1.815122	1.377006	1.32	0.191	-.9227356	4.55298
CT	-1.956705	.8192638	-2.39	0.019	-3.585621	-.3277892
VariedadeVinculos	-2.013044	.8495292	-2.37	0.020	-3.702135	-.323952
SomaVinculos	.0996276	.3459524	0.29	0.774	-.5882184	.7874737
Email	.5372653	.5137655	1.05	0.299	-.4842382	1.558769
_cons	2.916104	1.84777	1.58	0.118	-.7577568	6.589966

### Skewness/Kurtosis tests for Normality

Variable	Obs	Pr(Skewness)	Pr(Kurtosis)	adj chi2(2)	joint Prob>chi2
resP8	102	0.3506	0.3619	1.74	0.4183

### Breusch-Pagan / Cook-Weisberg test for heteroskedasticity

Ho: Constant variance

Variables: fitted values of P8

chi2(1) = 0.02

Prob > chi2 = 0.8818

## Modelo de Regressão Linear Múltipla

### Variável dependente: P9

Critério de análise: Aceitação social, política e técnica

### Código utilizado no *software* Stata (2013):

```
regress P9 Masculino Idade EstimEstudos Docente TAE CAR CCE CCHN CCJE CCS CE CEFD CT
VariedadeVinculos SomaVinculos Email
predict resP9, res
sktest resP9
estat hettest
```

### Resultados:

Source	SS	df	MS	Number of obs = 102			
Model	54.0694396	16	3.37933997	F( 16, 85)	=	1.12	
Residual	256.950168	85	3.02294316	Prob > F	=	0.3523	
Total	311.019608	101	3.07940206	R-squared	=	0.1738	
				Adj R-squared	=	0.0183	
				Root MSE	=	1.7387	

P9	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
Masculino	-.328586	.3970178	-0.83	0.410	-1.117964	.4607917
Idade	-.0078387	.0198897	-0.39	0.694	-.0473849	.0317074
EstimEstudos	-.0492211	.0959827	-0.51	0.609	-.2400605	.1416183
Docente	1.233326	1.010387	1.22	0.226	-.7755941	3.242247
TAE	.8024367	.7442762	1.08	0.284	-.6773837	2.282257
CAR	1.473913	.8524617	1.73	0.087	-.2210094	3.168835
CCE	1.615602	.7524906	2.15	0.035	.1194493	3.111755
CCHN	1.617778	.7067291	2.29	0.025	.2126109	3.022945
CCJE	.4777237	.5317456	0.90	0.372	-.579529	1.534976
CCS	.4313925	.5766201	0.75	0.456	-.7150827	1.577868
CE	2.09428	1.227801	1.71	0.092	-.3469174	4.535477
CEFD	1.105373	1.192616	0.93	0.357	-1.265867	3.476613
CT	.9053646	.7095588	1.28	0.205	-.5054284	2.316158
VariedadeVinculos	.2393632	.7357715	0.33	0.746	-1.223548	1.702274
SomaVinculos	-.4101528	.299627	-1.37	0.175	-1.005892	.1855859
Email	.5724909	.4449688	1.29	0.202	-.3122264	1.457208
_cons	5.880012	1.600341	3.67	0.000	2.698106	9.061918

### Skewness/Kurtosis tests for Normality

Variable	Obs	Pr(Skewness)	Pr(Kurtosis)	adj chi2(2)	Prob>chi2
resP9	102	0.0178	0.6097	5.67	0.0588

### Breusch-Pagan / Cook-Weisberg test for heteroskedasticity

Ho: Constant variance

Variables: fitted values of P9

chi2(1) = 20.64

Prob > chi2 = 0.0000

## Modelo de Regressão Linear Múltipla

### Variável dependente: P10

Critério de análise: Valorização cidadã

### Código utilizado no *software* Stata (2013):

```
regress P10 Masculino Idade EstimEstudos Docente TAE CAR CCE CCHN CCJE CCS CE CEFD CT
VariedadeVinculos SomaVinculos Email
predict resP10, res
sktest resP10
estat hettest
```

### Resultados:

Source	SS	df	MS	Number of obs = 102		
Model	156.192558	16	9.76203486	F( 16, 85) = 2.25		
Residual	368.60156	85	4.33648894	Prob > F = 0.0089		
Total	524.794118	101	5.19598136	R-squared = 0.2976		
				Adj R-squared = 0.1654		
				Root MSE = 2.0824		

P10	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
Masculino	.2536852	.4755148	0.53	0.595	-.6917656	1.199136
Idade	.0058692	.0238223	0.25	0.806	-.0414958	.0532342
EstimEstudos	.0036318	.1149601	0.03	0.975	-.2249397	.2322034
Docente	1.445166	1.210158	1.19	0.236	-.960952	3.851283
TAE	-.7748915	.891432	-0.87	0.387	-2.547297	.9975142
CAR	-1.346046	1.021008	-1.32	0.191	-3.376083	.6839904
CCE	1.539747	.9012706	1.71	0.091	-.2522202	3.331715
CCHN	.6780629	.8464614	0.80	0.425	-1.004929	2.361055
CCJE	-.5957151	.6368806	-0.94	0.352	-1.862004	.6705743
CCS	.4554023	.6906275	0.66	0.511	-.9177502	1.828555
CE	1.611749	1.470558	1.10	0.276	-1.312113	4.535612
CEFD	-.4885343	1.428416	-0.34	0.733	-3.328608	2.35154
CT	-1.710298	.8498504	-2.01	0.047	-3.400028	-.0205673
VariedadeVinculos	.4057011	.8812458	0.46	0.646	-1.346452	2.157854
SomaVinculos	-.6070655	.3588683	-1.69	0.094	-1.320592	.1064608
Email	.2768443	.5329466	0.52	0.605	-.7827963	1.336485
_cons	3.781624	1.916755	1.97	0.052	-.0293985	7.592646

### Skewness/Kurtosis tests for Normality

Variable	Obs	Pr(Skewness)	Pr(Kurtosis)	adj chi2(2)	joint Prob>chi2
resP10	102	0.7946	0.0021	8.41	0.0149

### Breusch-Pagan / Cook-Weisberg test for heteroskedasticity

Ho: Constant variance

Variables: fitted values of P10

chi2(1) = 0.11

Prob > chi2 = 0.7350

## Modelo de Regressão Linear Múltipla

### Variável dependente: P11

Critério de análise: Participação de diferentes atores

### Código utilizado no *software* Stata (2013):

```
regress P11 Masculino Idade EstimEstudos Docente TAE CAR CCE CCHN CCJE CCS CE CEFD CT
VariedadeVinculos SomaVinculos Email
predict resP11, res
sktest resP11
estat hettest
```

### Resultados:

Source	SS	df	MS	Number of obs = 102			
Model	26.4845588	16	1.65528492	F( 16, 85)	=	0.38	
Residual	366.770343	85	4.31494521	Prob > F	=	0.9831	
				R-squared	=	0.0673	
				Adj R-squared	=	-0.1082	
Total	393.254902	101	3.89361289	Root MSE	=	2.0772	

P11	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
Masculino	.6010287	.4743322	1.27	0.209	-.3420708	1.544128
Idade	-.0203387	.023763	-0.86	0.394	-.0675859	.0269086
EstimEstudos	-.0095181	.1146742	-0.08	0.934	-.2375212	.218485
Docente	.9064206	1.207148	0.75	0.455	-1.493713	3.306554
TAE	1.099348	.889215	1.24	0.220	-.6686493	2.867346
CAR	.3499551	1.018468	0.34	0.732	-1.675033	2.374943
CCE	.3121644	.8990291	0.35	0.729	-1.475346	2.099675
CCHN	.1853206	.8443561	0.22	0.827	-1.493486	1.864127
CCJE	-.275667	.6352967	-0.43	0.665	-1.538807	.9874729
CCS	.0815774	.6889099	0.12	0.906	-1.28816	1.451315
CE	1.090052	1.4669	0.74	0.459	-1.826539	4.006642
CEFD	-.6748146	1.424863	-0.47	0.637	-3.507825	2.158196
CT	.1222474	.8477368	0.14	0.886	-1.56328	1.807775
VariedadeVinculos	.0713534	.8790541	0.08	0.935	-1.676442	1.819148
SomaVinculos	-.3197795	.3579758	-0.89	0.374	-1.031531	.3919722
Email	.1917179	.5316211	0.36	0.719	-.8652873	1.248723
_cons	3.784017	1.911988	1.98	0.051	-.0175274	7.585561

### Skewness/Kurtosis tests for Normality

Variable	Obs	Pr(Skewness)	Pr(Kurtosis)	adj chi2(2)	Prob>chi2
resP11	102	0.6605	0.0000	29.07	0.0000

### Breusch-Pagan / Cook-Weisberg test for heteroskedasticity

Ho: Constant variance

Variables: fitted values of P11

chi2(1) = 2.36

Prob > chi2 = 0.1246

## Modelo de Regressão Linear Múltipla

### Variável dependente: P12

Critério de análise: Perfil dos atores

### Código utilizado no *software* Stata (2013):

```
regress P12 Masculino Idade EstimEstudos Docente TAE CAR CCE CCHN CCJE CCS CE CEFD CT
VariedadeVinculos SomaVinculos Email
predict resP12, res
sktest resP12
estat hettest
```

### Resultados:

Source	SS	df	MS	Number of obs = 102			
Model	67.6258502	16	4.22661564	F( 16, 85)	=	0.87	
Residual	414.187875	85	4.87279853	Prob > F	=	0.6074	
				R-squared	=	0.1404	
				Adj R-squared	=	-0.0215	
Total	481.813725	101	4.77043293	Root MSE	=	2.2074	

P12	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
Masculino	.2168062	.5040623	0.43	0.668	-.7854046	1.219017
Idade	.0038749	.0252524	0.15	0.878	-.0463337	.0540835
EstimEstudos	-.1607283	.1218617	-1.32	0.191	-.4030221	.0815655
Docente	.6130411	1.282809	0.48	0.634	-1.937527	3.163609
TAE	-.5620813	.9449489	-0.59	0.554	-2.440893	1.31673
CAR	-.0351763	1.082304	-0.03	0.974	-2.187086	2.116733
CCE	1.533063	.9553782	1.60	0.112	-.3664853	3.43261
CCHN	.3457022	.8972785	0.39	0.701	-1.438328	2.129732
CCJE	.2395053	.6751156	0.35	0.724	-1.102805	1.581816
CCS	.2822047	.7320892	0.39	0.701	-1.173385	1.737794
CE	.4918999	1.558842	0.32	0.753	-2.607496	3.591296
CEFD	1.947985	1.514171	1.29	0.202	-1.062592	4.958562
CT	1.39152	.900871	1.54	0.126	-.399653	3.182693
VariedadeVinculos	-.8250926	.9341512	-0.88	0.380	-2.682435	1.03225
SomaVinculos	.4281469	.3804129	1.13	0.264	-.3282158	1.18451
Email	.3922399	.5649419	0.69	0.489	-.731016	1.515496
_cons	6.91659	2.031827	3.40	0.001	2.876774	10.95641

### Skewness/Kurtosis tests for Normality

Variable	Obs	Pr(Skewness)	Pr(Kurtosis)	adj chi2(2)	Prob>chi2
resP12	102	0.0047	0.1578	8.78	0.0124

### Breusch-Pagan / Cook-Weisberg test for heteroskedasticity

Ho: Constant variance

Variables: fitted values of P12

chi2(1) = 6.11

Prob > chi2 = 0.0134

## Modelo de Regressão Linear Múltipla

### Variável dependente: P13

Critério de análise: Forma de escolha dos representantes

### Código utilizado no *software* Stata (2013):

```
regress P13 Masculino Idade EstimEstudos Docente TAE CAR CCE CCHN CCJE CCS CE CEFD CT
VariedadeVinculos SomaVinculos Email
predict resP13, res
sktest resP13
estat hettest
```

### Resultados:

Source	SS	df	MS	Number of obs = 102			
Model	125.433534	16	7.83959586	F( 16, 85)	=	2.25	
Residual	296.419407	85	3.48728715	Prob > F	=	0.0090	
				R-squared	=	0.2973	
				Adj R-squared	=	0.1651	
Total	421.852941	101	4.17676179	Root MSE	=	1.8674	

P13	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
Masculino	.1279302	.4264212	0.30	0.765	-.7199094	.9757698
Idade	.0020296	.0213628	0.10	0.925	-.0404453	.0445045
EstimEstudos	-.053202	.1030913	-0.52	0.607	-.2581751	.1517712
Docente	1.84492	1.085217	1.70	0.093	-.3127827	4.002623
TAE	-.0522112	.7993978	-0.07	0.948	-1.641628	1.537206
CAR	-1.746718	.9155957	-1.91	0.060	-3.567167	.0737318
CCE	.4259892	.8082207	0.53	0.600	-1.18097	2.032948
CCHN	.9262626	.7590701	1.22	0.226	-.5829721	2.435497
CCJE	-.0873848	.5711271	-0.15	0.879	-1.222938	1.048169
CCS	.1152373	.619325	0.19	0.853	-1.116147	1.346621
CE	.6484254	1.318733	0.49	0.624	-1.973569	3.270419
CEFD	1.925054	1.280942	1.50	0.137	-.6218022	4.471909
CT	-2.523104	.7621093	-3.31	0.001	-4.038381	-1.007826
VariedadeVinculos	-.5499688	.7902633	-0.70	0.488	-2.121224	1.021286
SomaVinculos	-.4608096	.3218176	-1.43	0.156	-1.100669	.17905
Email	.463764	.4779236	0.97	0.335	-.4864761	1.414004
_cons	5.284741	1.718863	3.07	0.003	1.86718	8.702301

### Skewness/Kurtosis tests for Normality

Variable	Obs	Pr(Skewness)	Pr(Kurtosis)	adj chi2(2)	Prob>chi2
resP13	102	0.0035	0.8489	7.73	0.0210

### Breusch-Pagan / Cook-Weisberg test for heteroskedasticity

Ho: Constant variance

Variables: fitted values of P13

chi2(1) = 0.18

Prob > chi2 = 0.6711

## Modelo de Regressão Linear Múltipla

### Variável dependente: P14

Critério de análise: Discursos dos representantes

### Código utilizado no *software* Stata (2013):

```
regress P14 Masculino Idade EstimEstudos Docente TAE CAR CCE CCHN CCJE CCS CE CEFD CT
VariedadeVinculos SomaVinculos Email
predict resP14, res
sktest resP14
estat hettest
```

### Resultados:

Source	SS	df	MS	Number of obs = 102		
Model	143.711699	16	8.98198117	F( 16, 85)	=	3.38
Residual	225.93536	85	2.65806306	Prob > F	=	0.0001
Total	369.647059	101	3.65987187	R-squared	=	0.3888
				Adj R-squared	=	0.2737
				Root MSE	=	1.6304

P14	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
Masculino	-.3704402	.3722868	-1.00	0.323	-1.110646	.3697656
Idade	.004853	.0186508	0.26	0.795	-.0322297	.0419357
EstimEstudos	-.0486321	.0900038	-0.54	0.590	-.2275838	.1303196
Docente	2.268198	.9474482	2.39	0.019	.3844171	4.151979
TAE	.3292697	.6979137	0.47	0.638	-1.05837	1.716909
CAR	-1.037183	.7993602	-1.30	0.198	-2.626525	.5521591
CCE	.6384964	.7056165	0.90	0.368	-.7644583	2.041451
CCHN	1.694158	.6627056	2.56	0.012	.3765221	3.011795
CCJE	.5957196	.4986222	1.19	0.236	-.3956748	1.587114
CCS	.3088495	.5407013	0.57	0.569	-.7662095	1.383909
CE	1.707389	1.151319	1.48	0.142	-.5817411	3.996519
CEFD	.884381	1.118326	0.79	0.431	-1.33915	3.107912
CT	-1.822677	.665359	-2.74	0.007	-3.145589	-.4997649
VariedadeVinculos	-1.685854	.6899388	-2.44	0.017	-3.057637	-.3140704
SomaVinculos	-.3908342	.2809627	-1.39	0.168	-.9494633	.1677948
Email	.7148831	.4172508	1.71	0.090	-.1147233	1.54449
_cons	3.831928	1.500652	2.55	0.012	.8482288	6.815627

### Skewness/Kurtosis tests for Normality

Variable	Obs	Pr(Skewness)	Pr(Kurtosis)	adj chi2(2)	Prob>chi2
resP14	102	0.9613	0.2234	1.52	0.4680

### Breusch-Pagan / Cook-Weisberg test for heteroskedasticity

Ho: Constant variance

Variables: fitted values of P14

chi2(1) = 0.76

Prob > chi2 = 0.3829

## Modelo de Regressão Linear Múltipla

### Variável dependente: P15

Critério de análise: Avaliação participativa

### Código utilizado no *software* Stata (2013):

```
regress P15 Masculino Idade EstimEstudos Docente TAE CAR CCE CCHN CCJE CCS CE CEFD CT
VariedadeVinculos SomaVinculos Email
predict resP15, res
sktest resP15
estat hettest
```

### Resultados:

Source	SS	df	MS	Number of obs = 102			
Model	105.672138	16	6.60450862	F( 16, 85)	=	1.68	
Residual	334.406294	85	3.93419169	Prob > F	=	0.0666	
				R-squared	=	0.2401	
				Adj R-squared	=	0.0971	
Total	440.078431	101	4.35721219	Root MSE	=	1.9835	

P15	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
Masculino	.4459194	.4529213	0.98	0.328	-.4546094	1.346448
Idade	-.0054869	.0226904	-0.24	0.810	-.0506014	.0396277
EstimEstudos	.0319653	.1094979	0.29	0.771	-.1857459	.2496765
Docente	1.505265	1.152658	1.31	0.195	-.7865287	3.797058
TAE	-.584973	.8490766	-0.69	0.493	-2.273165	1.103219
CAR	-.1355095	.9724956	-0.14	0.890	-2.069091	1.798072
CCE	-.2492202	.8584477	-0.29	0.772	-1.956044	1.457604
CCHN	.9814449	.8062427	1.22	0.227	-.6215815	2.584471
CCJE	-.7942126	.6066199	-1.31	0.194	-2.000336	.4119103
CCS	.0878398	.6578131	0.13	0.894	-1.220069	1.395748
CE	-.2976782	1.400686	-0.21	0.832	-3.082617	2.48726
CEFD	2.046796	1.360546	1.50	0.136	-.6583345	4.751927
CT	-1.299605	.8094707	-1.61	0.112	-2.90905	.3098396
VariedadeVinculos	.3127764	.8393744	0.37	0.710	-1.356125	1.981678
SomaVinculos	-.6625173	.3418171	-1.94	0.056	-1.342141	.0171065
Email	.428531	.5076242	0.84	0.401	-.580762	1.437824
_cons	2.615205	1.825682	1.43	0.156	-1.014741	6.245151

### Skewness/Kurtosis tests for Normality

Variable	Obs	Pr(Skewness)	Pr(Kurtosis)	adj chi2(2)	Prob>chi2
resP15	102	0.1840	0.0001	13.43	0.0012

### Breusch-Pagan / Cook-Weisberg test for heteroskedasticity

Ho: Constant variance

Variables: fitted values of P15

chi2(1) = 4.32

Prob > chi2 = 0.0376

## Modelo de Regressão Linear Múltipla

### Variável dependente: P16

Critério de análise: Origem das proposições

### Código utilizado no *software* Stata (2013):

```
regress P16 Masculino Idade EstimEstudos Docente TAE CAR CCE CCHN CCJE CCS CE CEFD CT
VariedadeVinculos SomaVinculos Email
predict resP16, res
sktest resP16
estat hettest
```

### Resultados:

Source	SS	df	MS	Number of obs = 102		
Model	144.004627	16	9.00028917	F( 16, 85)	=	4.13
Residual	185.014981	85	2.17664684	Prob > F	=	0.0000
				R-squared	=	0.4377
				Adj R-squared	=	0.3318
Total	329.019608	101	3.25761988	Root MSE	=	1.4753

P16	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
Masculino	-.5704405	.3368906	-1.69	0.094	-1.240269	.0993884
Idade	-.0028394	.0168775	-0.17	0.867	-.0363963	.0307176
EstimEstudos	-.0812219	.0814465	-1.00	0.321	-.2431592	.0807155
Docente	2.318622	.8573671	2.70	0.008	.6139465	4.023298
TAE	-.0988042	.6315578	-0.16	0.876	-1.35451	1.156902
CAR	-.9168807	.7233589	-1.27	0.208	-2.355112	.5213506
CCE	.7223876	.6385282	1.13	0.261	-.5471776	1.991953
CCHN	.7103837	.5996972	1.18	0.239	-.4819749	1.902742
CCJE	-.0835079	.4512144	-0.19	0.854	-.980643	.8136271
CCS	-.5269435	.4892927	-1.08	0.285	-1.499788	.4459015
CE	2.633256	1.041854	2.53	0.013	.5617706	4.704741
CEFD	2.525509	1.011998	2.50	0.015	.5133862	4.537632
CT	-1.604586	.6020983	-2.66	0.009	-2.801718	-.4074531
VariedadeVinculos	-1.876147	.6243411	-3.01	0.003	-3.117504	-.6347894
SomaVinculos	-.6151188	.2542494	-2.42	0.018	-1.120635	-.1096029
Email	.9142419	.3775796	2.42	0.018	.1635124	1.664971
_cons	5.524811	1.357974	4.07	0.000	2.824794	8.224827

### Skewness/Kurtosis tests for Normality

Variable	Obs	Pr(Skewness)	Pr(Kurtosis)	adj chi2(2)	Prob>chi2
resP16	102	0.1964	0.9203	1.72	0.4233

### Breusch-Pagan / Cook-Weisberg test for heteroskedasticity

Ho: Constant variance

Variables: fitted values of P16

chi2(1) = 2.09

Prob > chi2 = 0.1480

## Modelo de Regressão Linear Múltipla

### Variável dependente: P17

Critério de análise: Alçada dos atores

### Código utilizado no *software* Stata (2013):

```
regress P17 Masculino Idade EstimEstudos Docente TAE CAR CCE CCHN CCJE CCS CE CEFD CT
VariedadeVinculos SomaVinculos Email
predict resP17, res
sktest resP17
estat hettest
```

### Resultados:

Source	SS	df	MS	Number of obs = 102		
Model	68.6861992	16	4.29288745	F( 16, 85)	=	1.16
Residual	315.156938	85	3.70772868	Prob > F	=	0.3184
				R-squared	=	0.1789
				Adj R-squared	=	0.0244
				Root MSE	=	1.9255
Total	383.843137	101	3.8004271			

P17	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
Masculino	-.2053018	.4396924	-0.47	0.642	-1.079528	.6689244
Idade	.0045327	.0220276	0.21	0.837	-.0392642	.0483295
EstimEstudos	-.0244851	.1062997	-0.23	0.818	-.2358375	.1868672
Docente	1.085576	1.118992	0.97	0.335	-1.139279	3.310431
TAE	-.1366986	.8242768	-0.17	0.869	-1.775582	1.502185
CAR	.157257	.944091	0.17	0.868	-1.719849	2.034363
CCE	1.70239	.8333742	2.04	0.044	.0454192	3.359362
CCHN	.8922257	.782694	1.14	0.258	-.6639796	2.448431
CCJE	.7975211	.5889018	1.35	0.179	-.3733735	1.968416
CCS	1.018869	.6385997	1.60	0.114	-.2508388	2.288576
CE	3.391384	1.359775	2.49	0.015	.6877879	6.09498
CEFD	2.406764	1.320808	1.82	0.072	-.2193551	5.032884
CT	.1224932	.7858277	0.16	0.876	-1.439943	1.684929
VariedadeVinculos	-.2805558	.814858	-0.34	0.731	-1.900712	1.3396
SomaVinculos	-.6681069	.3318333	-2.01	0.047	-1.32788	-.0083334
Email	.0624658	.4927976	0.13	0.899	-.9173478	1.042279
_cons	4.687009	1.772358	2.64	0.010	1.163086	8.210931

### Skewness/Kurtosis tests for Normality

Variable	Obs	Pr(Skewness)	Pr(Kurtosis)	adj chi2(2)	Prob>chi2
resP17	102	0.3566	0.0125	6.60	0.0368

### Breusch-Pagan / Cook-Weisberg test for heteroskedasticity

Ho: Constant variance

Variables: fitted values of P17

chi2(1) = 5.16

Prob > chi2 = 0.0231

## Modelo de Regressão Linear Múltipla

### Variável dependente: P18

Critério de análise: Perfil da liderança

### Código utilizado no *software* Stata (2013):

```
regress P18 Masculino Idade EstimEstudos Docente TAE CAR CCE CCHN CCJE CCS CE CEFD CT
VariedadeVinculos SomaVinculos Email
predict resP18, res
sktest resP18
estat hettest
```

### Resultados:

Source	SS	df	MS	Number of obs = 102		
Model	129.190265	16	8.07439158	F( 16, 85)	=	2.89
Residual	237.162676	85	2.79014913	Prob > F	=	0.0008
Total	366.352941	101	3.62725684	R-squared	=	0.3526
				Adj R-squared	=	0.2308
				Root MSE	=	1.6704

P18	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
Masculino	-.4775449	.3814246	-1.25	0.214	-1.235919	.2808293
Idade	.0051383	.0191085	0.27	0.789	-.0328546	.0431312
EstimEstudos	.0507422	.0922129	0.55	0.584	-.1326018	.2340862
Docente	.5338799	.9707034	0.55	0.584	-1.396138	2.463898
TAE	-1.167887	.7150441	-1.63	0.106	-2.589586	.2538127
CAR	-1.567406	.8189805	-1.91	0.059	-3.195758	.0609471
CCE	.2482462	.7229359	0.34	0.732	-1.189144	1.685637
CCHN	.4171757	.6789718	0.61	0.541	-.932802	1.767154
CCJE	.1058477	.5108609	0.21	0.836	-.9098805	1.121576
CCS	-.3454855	.5539728	-0.62	0.535	-1.446932	.7559609
CE	1.19064	1.179578	1.01	0.316	-1.154676	3.535957
CEFD	2.315755	1.145775	2.02	0.046	.0376471	4.593862
CT	-1.952668	.6816903	-2.86	0.005	-3.308051	-.5972853
VariedadeVinculos	-1.478045	.7068734	-2.09	0.040	-2.883499	-.0725915
SomaVinculos	-.6350876	.2878589	-2.21	0.030	-1.207428	-.0627469
Email	.5876813	.4274923	1.37	0.173	-.2622879	1.437651
_cons	3.786282	1.537486	2.46	0.016	.729348	6.843216

### Skewness/Kurtosis tests for Normality

Variable	Obs	Pr(Skewness)	Pr(Kurtosis)	adj chi2(2)	Prob>chi2
resP18	102	0.7328	0.8923	0.13	0.9348

### Breusch-Pagan / Cook-Weisberg test for heteroskedasticity

Ho: Constant variance

Variables: fitted values of P18

chi2(1) = 1.96

Prob > chi2 = 0.1610

## APÊNDICE E – Soluções da Análise Fatorial Exploratória.

### Primeira Solução Fatorial

Factor analysis/correlation	Number of obs	=	102
Method: principal-component factors	Retained factors	=	4
Rotation: orthogonal varimax (Kaiser off)	Number of params	=	66

Factor	Variance	Difference	Proportion	Cumulative
Factor1	5.52806	3.23239	0.3071	0.3071
Factor2	2.29567	0.80089	0.1275	0.4347
Factor3	1.49478	0.03225	0.0830	0.5177
Factor4	1.46254	.	0.0813	0.5989

LR test: independent vs. saturated:  $\chi^2(153) = 839.32$  Prob> $\chi^2 = 0.0000$

Rotated factor loadings (pattern matrix) and unique variances

Variable	Factor1	Factor2	Factor3	Factor4	Uniqueness
P1	0.7301	-0.0433	0.0950	0.2365	0.4001
P2	0.8055	-0.1405	0.1000	0.1646	0.2943
P3	0.5907	0.2207	-0.0511	0.3918	0.4463
P4	0.7058	0.2751	0.1523	0.1567	0.3785
P5	0.1789	0.1550	0.1252	0.7842	0.3133
P6	0.4412	0.0200	0.0727	0.5084	0.5412
P7	0.1513	0.7887	-0.1317	0.1556	0.3135
P8	0.5633	0.4091	-0.1053	0.3145	0.4053
P9	0.0137	0.1777	0.7088	0.2883	0.3826
P10	0.4704	0.5444	0.1699	0.0436	0.4516
P11	0.1606	-0.0578	0.7949	-0.0397	0.3375
P12	0.0075	0.7060	0.2798	0.1181	0.4093
P13	0.6697	0.2415	-0.0374	0.0370	0.4905
P14	0.7839	0.1911	0.0872	0.2329	0.2871
P15	0.5109	0.4701	0.1139	-0.1864	0.4703
P16	0.8305	0.1917	0.1581	0.0137	0.2484
P17	0.3373	0.3231	0.3324	-0.1133	0.6585
P18	0.7467	0.2215	-0.0409	-0.0300	0.3908

Factor rotation matrix

	Factor1	Factor2	Factor3	Factor4
Factor1	0.8678	0.3909	0.1659	0.2580
Factor2	-0.4414	0.7646	0.4691	0.0246
Factor3	0.0033	-0.5125	0.8262	0.2341
Factor4	-0.2282	0.0004	-0.2644	0.9370

## Segunda Solução Fatorial

```
Factor analysis/correlation                                Number of obs    =    102
Method: principal-component factors                       Retained factors =     4
Rotation: orthogonal varimax (Kaiser off)                 Number of params =    62
```

Factor	Variance	Difference	Proportion	Cumulative
Factor1	5.37780	3.16697	0.3163	0.3163
Factor2	2.21083	0.68279	0.1300	0.4464
Factor3	1.52803	0.08703	0.0899	0.5363
Factor4	1.44100	.	0.0848	0.6210

```
LR test: independent vs. saturated: chi2(136) = 811.96 Prob>chi2 = 0.0000
```

Rotated factor loadings (pattern matrix) and unique variances

Variable	Factor1	Factor2	Factor3	Factor4	Uniqueness
P1	0.7357	-0.0329	0.2073	0.1177	0.4009
P2	0.8049	-0.1435	0.1722	0.0909	0.2937
P3	0.5692	0.2064	0.4576	-0.0721	0.4188
P4	0.6992	0.2696	0.1943	0.1338	0.3828
P5	0.1549	0.1390	0.8075	0.1404	0.2848
P6	0.4344	0.0123	0.4960	0.0882	0.5573
P7	0.1392	0.7736	0.1989	-0.1513	0.3197
P8	0.5529	0.4133	0.3319	-0.0918	0.4049
P9	0.0323	0.1880	0.2081	0.7526	0.3539
P10	0.4785	0.5576	0.0256	0.1873	0.4244
P11	0.1702	-0.0634	-0.0274	0.7691	0.3747
P12	0.0156	0.7191	0.0849	0.3115	0.3785
P13	0.6667	0.2438	0.0593	-0.0457	0.4905
P14	0.7817	0.1964	0.2388	0.0947	0.2844
P15	0.5275	0.4834	-0.2146	0.1211	0.4273
P16	0.8304	0.1887	0.0428	0.1350	0.2548
P18	0.7454	0.2247	-0.0031	-0.0548	0.3909

Factor rotation matrix

	Factor1	Factor2	Factor3	Factor4
Factor1	0.8669	0.3794	0.2881	0.1468
Factor2	-0.4332	0.7884	0.0438	0.4346
Factor3	-0.0061	-0.4826	0.2225	0.8471
Factor4	-0.2466	-0.0392	0.9304	-0.2684

### Terceira Solução Fatorial

Factor analysis/correlation	Number of obs	=	102
Method: principal-component factors	Retained factors	=	4
Rotation: orthogonal varimax (Kaiser off)	Number of params	=	58

Factor	Variance	Difference	Proportion	Cumulative
Factor1	5.13679	2.87226	0.3210	0.3210
Factor2	2.26454	0.81981	0.1415	0.4626
Factor3	1.44473	0.02070	0.0903	0.5529
Factor4	1.42402	.	0.0890	0.6419

LR test: independent vs. saturated:  $\chi^2(120) = 768.08$  Prob> $\chi^2 = 0.0000$

Rotated factor loadings (pattern matrix) and unique variances

Variable	Factor1	Factor2	Factor3	Factor4	Uniqueness
P1	0.7603	0.0267	0.1292	0.0302	0.4036
P2	0.8315	-0.0963	0.0962	0.0439	0.2881
P3	0.5780	0.1909	-0.0651	0.4791	0.3958
P4	0.6912	0.2546	0.1319	0.2744	0.3647
P5	0.1861	0.0801	0.1580	0.8212	0.2596
P7	0.1191	0.8068	-0.1278	0.1251	0.3029
P8	0.5393	0.4025	-0.0898	0.3933	0.3845
P9	0.0423	0.1883	0.7624	0.1310	0.3643
P10	0.4543	0.5768	0.1915	0.0394	0.4227
P11	0.1700	-0.0888	0.7587	0.0261	0.3869
P12	-0.0074	0.6737	0.3263	0.2095	0.3957
P13	0.6487	0.2397	-0.0541	0.1530	0.4954
P14	0.7740	0.2032	0.0888	0.2671	0.2803
P15	0.5038	0.5580	0.1273	-0.3168	0.3182
P16	0.8221	0.1982	0.1292	0.0917	0.2598
P18	0.7275	0.2334	-0.0633	0.0697	0.4074

Factor rotation matrix

	Factor1	Factor2	Factor3	Factor4
Factor1	0.8600	0.4097	0.1493	0.2652
Factor2	-0.4713	0.7280	0.4796	0.1336
Factor3	0.0704	-0.5280	0.8384	0.1156
Factor4	-0.1827	-0.1528	-0.2116	0.9479

## Quarta Solução Fatorial

```
Factor analysis/correlation                                Number of obs    =    102
Method: principal-component factors                       Retained factors =     3
Rotation: orthogonal varimax (Kaiser off)                 Number of params =    42
```

Factor	Variance	Difference	Proportion	Cumulative
Factor1	5.31751	3.03360	0.3545	0.3545
Factor2	2.28391	0.83266	0.1523	0.5068
Factor3	1.45125	.	0.0967	0.6035

```
LR test: independent vs. saturated: chi2(105) = 738.78 Prob>chi2 = 0.0000
```

Rotated factor loadings (pattern matrix) and unique variances

Variable	Factor1	Factor2	Factor3	Uniqueness
P1	0.7508	0.0081	0.1276	0.4200
P2	0.8235	-0.1133	0.0956	0.2998
P3	0.6574	0.2472	-0.0309	0.5057
P4	0.7264	0.2713	0.1451	0.3777
P7	0.1417	0.8148	-0.1171	0.3023
P8	0.6032	0.4435	-0.0628	0.4355
P9	0.0539	0.1969	0.7675	0.3692
P10	0.4503	0.5611	0.1968	0.4437
P11	0.1619	-0.0943	0.7696	0.3726
P12	0.0266	0.6956	0.3420	0.3985
P13	0.6675	0.2446	-0.0314	0.4936
P14	0.8082	0.2191	0.1100	0.2867
P15	0.4338	0.4862	0.1042	0.5646
P16	0.8250	0.1887	0.1505	0.2611
P18	0.7291	0.2225	-0.0507	0.4163

Factor rotation matrix

	Factor1	Factor2	Factor3
Factor1	0.8944	0.4179	0.1596
Factor2	-0.4427	0.7758	0.4496
Factor3	0.0641	-0.4728	0.8789

## Quinta Solução Fatorial

Factor analysis/correlation                      Number of obs        =        102  
 Method: principal factors                      Retained factors =        4  
 Rotation: orthogonal varimax (Kaiser off)      Number of params =        54

Factor	Variance	Difference	Proportion	Cumulative
Factor1	3.69060	1.63823	0.4761	0.4761
Factor2	2.05237	0.56840	0.2648	0.7409
Factor3	1.48397	0.78670	0.1914	0.9323
Factor4	0.69727	.	0.0900	1.0223

LR test: independent vs. saturated:  $\chi^2(105) = 738.78$  Prob> $\chi^2 = 0.0000$

Rotated factor loadings (pattern matrix) and unique variances

Variable	Factor1	Factor2	Factor3	Factor4	Uniqueness
P1	0.2923	0.7845	0.1397	0.0520	0.2769
P2	0.3756	0.7905	0.0040	0.0140	0.2338
P3	0.5233	0.3413	0.2323	-0.0604	0.5521
P4	0.6020	0.3786	0.2389	0.1248	0.4216
P7	0.1968	0.0667	0.6701	-0.0617	0.5040
P8	0.6281	0.1656	0.3289	-0.0383	0.4684
P9	0.1164	0.0538	0.1268	0.5440	0.6715
P10	0.4344	0.1971	0.4947	0.1938	0.4901
P11	0.1217	0.1215	-0.0187	0.4506	0.7670
P12	0.1346	0.0295	0.5094	0.2933	0.6355
P13	0.6136	0.2515	0.1780	-0.0123	0.5284
P14	0.8239	0.2751	0.0954	0.1172	0.2227
P15	0.3354	0.2784	0.4469	0.1108	0.5980
P16	0.7226	0.4137	0.1211	0.1386	0.2728
P18	0.6851	0.2743	0.1429	-0.0434	0.4331

Factor rotation matrix

	Factor1	Factor2	Factor3	Factor4
Factor1	0.7700	0.5126	0.3592	0.1236
Factor2	-0.0656	-0.5285	0.7921	0.2983
Factor3	-0.3558	0.3913	-0.0864	0.8443
Factor4	0.5256	-0.5521	-0.4859	0.4276

## Sexta Solução Fatorial

Factor analysis/correlation                      Number of obs        =        102  
 Method: principal factors                      Retained factors =        3  
 Rotation: orthogonal varimax (Kaiser off)      Number of params =       36

Factor	Variance	Difference	Proportion	Cumulative
Factor1	3.40871	1.22936	0.4809	0.4809
Factor2	2.17935	0.58720	0.3075	0.7884
Factor3	1.59215	.	0.2246	1.0130

LR test: independent vs. saturated:  $\chi^2(78) = 697.11$  Prob> $\chi^2 = 0.0000$

Rotated factor loadings (pattern matrix) and unique variances

Variable	Factor1	Factor2	Factor3	Uniqueness
P1	0.2632	0.7938	0.1510	0.2779
P2	0.3465	0.8015	0.0218	0.2371
P3	0.5121	0.3429	0.2297	0.5674
P4	0.5777	0.3974	0.2886	0.4251
P7	0.1822	0.0640	0.6417	0.5509
P8	0.6141	0.1813	0.3348	0.4780
P10	0.4076	0.2126	0.5385	0.4987
P12	0.1280	0.0397	0.5280	0.7033
P13	0.5953	0.2742	0.1947	0.5325
P14	0.8040	0.3143	0.1311	0.2376
P15	0.3021	0.2959	0.4843	0.5866
P16	0.7036	0.4431	0.1601	0.2830
P18	0.6660	0.2996	0.1575	0.4418

Factor rotation matrix

	Factor1	Factor2	Factor3
Factor1	0.7434	0.5418	0.3922
Factor2	-0.0208	-0.5674	0.8232
Factor3	-0.6685	0.6201	0.4105

## Sétima Solução Fatorial

Factor analysis/correlation	Number of obs	=	102
Method: principal factors	Retained factors	=	3
Rotation: orthogonal varimax (Kaiser off)	Number of params	=	33

Factor	Variance	Difference	Proportion	Cumulative
Factor1	3.23260	1.05973	0.4831	0.4831
Factor2	2.17287	0.72347	0.3247	0.8078
Factor3	1.44941	.	0.2166	1.0244

LR test: independent vs. saturated:  $\chi^2(66) = 666.90$  Prob> $\chi^2 = 0.0000$

Rotated factor loadings (pattern matrix) and unique variances

Variable	Factor1	Factor2	Factor3	Uniqueness
P1	0.2615	0.7917	0.1479	0.2830
P2	0.3233	0.7964	0.0887	0.2534
P3	0.5163	0.3368	0.2363	0.5642
P4	0.5746	0.4030	0.2695	0.4349
P7	0.1868	0.0523	0.5844	0.6209
P8	0.6033	0.1785	0.3572	0.4766
P10	0.3655	0.2055	0.5967	0.4682
P13	0.5696	0.2782	0.2507	0.5354
P14	0.7847	0.3211	0.1878	0.2459
P15	0.2586	0.2876	0.5520	0.5457
P16	0.6990	0.4508	0.1748	0.2776
P18	0.6596	0.3046	0.1810	0.4394

Factor rotation matrix

	Factor1	Factor2	Factor3
Factor1	0.7302	0.5508	0.4042
Factor2	0.1341	-0.6957	0.7058
Factor3	-0.6700	0.4611	0.5818

## **APÊNDICE F – Roteiro de entrevista.**

### **Roteiro de Entrevista**

#### **1 – Você tem algum vínculo com o conselho departamental de algum centro acadêmico da Ufes?**

1.1 – Qual vínculo e qual centro acadêmico?

1.2 – Como é sua relação com o conselho departamental?

#### **2 – A destinação dos recursos financeiros do centro acadêmico tem sido discutida com a comunidade acadêmica?**

2.1 – Como é o processo de decisão quanto à alocação de recursos financeiros no centro acadêmico?

2.2 – Você tem dificuldade em compreender a alocação financeira no centro acadêmico?

#### **3 – Você tem conhecimento sobre a descentralização orçamentária que tem sido implantada na Ufes neste ano de 2017 pela Proad?**

3.1 – Você teve alguma dificuldade para compreender algum aspecto desta descentralização orçamentária?

3.2 – Poderia comentar sobre algum critério de alocação de recursos adotado pela Ufes?

#### **4 – As proposições discutidas no conselho departamental estão de acordo com os interesses da sociedade?**

4.1 – O processo de deliberação e execução dessas proposições é conduzido de forma descentralizadora?

4.2 – A comunidade acadêmica dispõe das informações necessárias para discutir as proposições submetidas ao conselho departamental?

4.3 – A comunidade acadêmica dispõe das informações necessárias para fiscalizar a execução das proposições deliberadas?

#### **5 – Na sua percepção, quais foram as principais reivindicações da comunidade acadêmica do centro acadêmico nos últimos doze meses?**

5.1 – O atendimento a essas reivindicações depende de alocação orçamentária?

5.2 – Essas reivindicações foram discutidas no conselho departamental?

5.3 – Essas reivindicações foram atendidas?

#### **6 – Na sua percepção, cada segmento da comunidade acadêmica conhece as alocações de recursos do centro acadêmico?**

6.1 – De que forma você pode ter acesso à prestação de contas referente aos recursos alocados no centro acadêmico?

6.2 – A prestação de contas do centro acadêmico é de fácil leitura, interpretação, entendimento e compreensão?

## APÊNDICE G – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado para participar de uma pesquisa. O documento abaixo contém as informações necessárias sobre a pesquisa que está sendo realizada. Se você concordar em participar desta pesquisa, será necessário o preenchimento de seus dados e assinatura na declaração para concordar com a sua participação na pesquisa. Caso tenha alguma dúvida, esta pode ser esclarecida com o responsável pela pesquisa.

Obrigado (a) pela atenção, compreensão e apoio.

---

Eu, \_\_\_\_\_, residente e domiciliado \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade(RG) \_\_\_\_\_, nascido (a) em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário da Pesquisa “Transparência na gestão universitária sob a perspectiva da participação cidadã”. Esta pesquisa está sendo conduzida sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Guilherme Tenório, professor do Doutorado Interinstitucional em Administração (Dinter) da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em convênio com o Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo (CCJE/Ufes), conforme Ofício 032-21/2012/MINTER-DINTER/CAAI/CGAA/DAV/CAPES. Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto as dúvidas por mim apresentadas.

#### Estou ciente que:

- 1- Espera-se entrevistar os diretores das unidades administrativas selecionadas: CAR (Centro de Artes), CCE (Centro de Ciências Exatas), CCHN (Centro de Ciências Humanas e Naturais), CCJE (Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas), CCS (Centro de Ciências da Saúde), CE (Centro de Educação), CEFD (Centro de Educação Física e Desportos) e CT (Centro Tecnológico) e integrantes da comunidade acadêmica que manifestaram em questionário na internet o interesse de participar desta etapa da pesquisa.
1. A pesquisa é importante de ser realizada, pois vai levantar informações essenciais sobre a transparência na gestão universitária sob a perspectiva da participação cidadã.
2. Tenho a liberdade de não participar ou interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação. A desistência não causará nenhum prejuízo a minha saúde ou bem-estar físico. Se, no transcorrer da pesquisa, eu tiver alguma dúvida ou por qualquer motivo necessitar posso procurar o responsável pela pesquisa JHONATHAN CAVALCANTE DA COSTA no telefone (27) 9.9931-6254, ou pelo e-mail [mestrejhonathan@gmail.com](mailto:mestrejhonathan@gmail.com).
3. As informações obtidas neste estudo, inclusive os dados institucionais dos gestores entrevistados que já tenham caráter público, tais como as informações relacionadas ao

respectivo cargo de direção, poderão ser utilizadas para fins científicos. Neste sentido, é possível que sejam publicados trechos de fala de diretores das respectivas unidades administrativas para fins científicos, inclusive, para sínteses, comparações e outros tipos de análise. Ou seja, a fala dos gestores das unidades administrativas selecionadas poderá ser considerada como institucional e de interesse público. Em caso de divulgação em publicações científicas, os meus dados pessoais não serão mencionados.

4. Caso eu desejar, poderei pessoalmente tomar conhecimento dos resultados ao final desta pesquisa diretamente com o responsável pela pesquisa.

DECLARO, outrossim, que após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto voluntariamente em participar desta pesquisa e assino o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

Vitória, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(nome e assinatura do sujeito da pesquisa)

---

Responsável pela pesquisa:

**Jhonathan Cavalcante da Costa**

Doutorando em Administração

Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – Ebape

Fundação Getúlio Vargas – FGV

Telefone para contato: (27) 9.9931-6254 | E-mail: [mestrejhonathan@gmail.com](mailto:mestrejhonathan@gmail.com)

## APÊNDICE H – Principais resultados da estimação do modelo de equações estruturais com mediação.

### R Square

	Original Sample (O)	Sample Mean (M)	Standard Deviation (STDEV)	T Statistics ( O/STDEV )	P Values
<b>Participação</b>	0,269	0,356	0,071	3,795	0,000
<b>Processo Deliberativo</b>	0,685	0,729	0,054	12,702	0,000
<b>Transparência</b>	0,186	0,279	0,072	2,585	0,010

### R Square Adjusted

	Original Sample (O)	Sample Mean (M)	Standard Deviation (STDEV)	T Statistics ( O/STDEV )	P Values
<b>Participação</b>	0,170	0,270	0,080	2,118	0,034
<b>Processo Deliberativo</b>	0,635	0,685	0,063	10,132	0,000
<b>Transparência</b>	0,077	0,181	0,082	0,937	0,349

### Construct Crossvalidated Redundancy

	SSO	SSE	Q <sup>2</sup> (=1-SSE/SSO)
<b>Participação</b>	306,000	277,189	0,094
<b>Processo Deliberativo</b>	714,000	441,728	0,381
<b>Transparência</b>	204,000	187,853	0,079

### Inner VIF Values

	Participação	Processo Deliberativo	Transparência
<b>CCHN</b>	1,452	1,468	1,452
<b>CCJE</b>	1,235	1,258	1,235
<b>CCS</b>	1,332	1,335	1,332
<b>CT</b>	1,191	1,278	1,191
<b>Discente</b>	2,046	2,049	2,046
<b>Docente</b>	3,287	3,769	3,287
<b>E-mail</b>	1,119	1,167	1,119
<b>Estimativa de Estudos</b>	3,498	3,552	3,498
<b>Idade</b>	1,694	1,713	1,694
<b>Masculino</b>	1,178	1,217	1,178
<b>Participação</b>		1,513	
<b>Processo Deliberativo</b>			
<b>Soma de Vínculos</b>	2,256	2,281	2,256
<b>Transparência</b>		1,360	
<b>Variedade de Vínculos</b>	1,673	1,687	1,673

f Square

	Original Sample (O)	Sample Mean (M)	Standard Deviation (STDEV)	T Statistics (O/STDEV)	P Values
CCHN → Participação	0,009	0,018	0,022	0,408	0,683
CCHN → Processo Deliberativo	0,029	0,040	0,036	0,806	0,420
CCHN → Transparência	0,006	0,015	0,020	0,271	0,786
CCJE → Participação	0,016	0,030	0,035	0,468	0,640
CCJE → Processo Deliberativo	0,025	0,041	0,044	0,559	0,576
CCJE → Transparência	0,007	0,020	0,026	0,261	0,794
CCS → Participação	0,002	0,014	0,020	0,103	0,918
CCS → Processo Deliberativo	0,000	0,009	0,014	0,001	0,999
CCS → Transparência	0,000	0,010	0,015	0,000	1,000
CT → Participação	0,040	0,060	0,055	0,724	0,469
CT → Processo Deliberativo	0,065	0,076	0,057	1,129	0,259
CT → Transparência	0,056	0,072	0,063	0,890	0,373
Discente → Participação	0,001	0,012	0,018	0,039	0,969
Discente → Processo Deliberativo	0,032	0,043	0,044	0,724	0,469
Discente → Transparência	0,000	0,012	0,018	0,024	0,981
Docente → Participação	0,136	0,164	0,100	1,354	0,176
Docente → Processo Deliberativo	0,034	0,044	0,044	0,780	0,435
Docente → Transparência	0,045	0,058	0,045	1,001	0,317
E-mail → Participação	0,021	0,034	0,040	0,520	0,603
E-mail → Processo Deliberativo	0,036	0,047	0,039	0,921	0,357
E-mail → Transparência	0,009	0,020	0,027	0,333	0,739
Estimativa de Estudos → Participação	0,004	0,015	0,020	0,204	0,838
Estimativa de Estudos → Processo Deliberativo	0,007	0,019	0,026	0,279	0,780
Estimativa de Estudos → Transparência	0,015	0,025	0,028	0,531	0,595
Idade → Participação	0,000	0,012	0,018	0,028	0,978
Idade → Processo Deliberativo	0,005	0,016	0,023	0,241	0,810
Idade → Transparência	0,008	0,020	0,025	0,327	0,744
Masculino → Participação	0,015	0,026	0,032	0,459	0,646
Masculino → Processo Deliberativo	0,014	0,029	0,036	0,402	0,688
Masculino → Transparência	0,008	0,018	0,023	0,353	0,724
Participação → Processo Deliberativo	0,202	0,242	0,140	1,440	0,150
Soma de Vínculos → Participação	0,011	0,020	0,025	0,456	0,648
Soma de Vínculos → Processo Deliberativo	0,000	0,013	0,019	0,015	0,988
Soma de Vínculos → Transparência	0,001	0,013	0,019	0,042	0,967
Transparência → Processo Deliberativo	0,374	0,406	0,210	1,777	0,076
Variedade de Vínculos → Participação	0,001	0,013	0,019	0,048	0,962
Variedade de Vínculos → Processo Deliberativo	0,154	0,174	0,109	1,412	0,158
Variedade de Vínculos → Transparência	0,008	0,020	0,027	0,301	0,764

## Path Coefficients

	Original Sample (O)	Sample Mean (M)	Standard Deviation (STDEV)	T Statistics ( O/STDEV )	P Values
CCHN → Participação	0,097	0,097	0,095	1,022	0,307
CCHN → Processo Deliberativo	0,116	0,116	0,065	1,783	0,075
CCHN → Transparência	0,081	0,080	0,107	0,757	0,449
CCJE → Participação	-0,122	-0,125	0,103	1,185	0,236
CCJE → Processo Deliberativo	0,099	0,099	0,074	1,339	0,181
CCJE → Transparência	-0,082	-0,088	0,108	0,761	0,447
CCS → Participação	0,044	0,035	0,107	0,414	0,679
CCS → Processo Deliberativo	-0,002	-0,005	0,059	0,040	0,968
CCS → Transparência	0,000	0,001	0,103	0,002	0,998
CT → Participação	-0,186	-0,190	0,109	1,706	0,088
CT → Processo Deliberativo	-0,161	-0,158	0,065	2,487	0,013
CT → Transparência	-0,233	-0,228	0,110	2,110	0,035
Discente → Participação	0,033	0,041	0,128	0,255	0,799
Discente → Processo Deliberativo	0,143	0,136	0,085	1,694	0,090
Discente → Transparência	-0,027	-0,020	0,141	0,188	0,851
Docente → Participação	0,572	0,592	0,176	3,250	0,001
Docente → Processo Deliberativo	0,201	0,192	0,113	1,778	0,076
Docente → Transparência	0,348	0,360	0,151	2,298	0,022
E-mail → Participação	0,130	0,131	0,103	1,266	0,206
E-mail → Processo Deliberativo	0,115	0,117	0,055	2,112	0,035
E-mail → Transparência	-0,090	-0,083	0,105	0,860	0,390
Estimativa de Estudos → Participação	-0,103	-0,111	0,163	0,636	0,525
Estimativa de Estudos → Processo Deliberativo	0,090	0,094	0,110	0,820	0,412
Estimativa de Estudos → Transparência	-0,204	-0,211	0,161	1,266	0,206
Idade → Participação	-0,025	-0,028	0,119	0,207	0,836
Idade → Processo Deliberativo	0,054	0,054	0,073	0,737	0,461
Idade → Transparência	0,107	0,103	0,125	0,855	0,392
Masculino → Participação	0,113	0,104	0,104	1,082	0,279
Masculino → Processo Deliberativo	-0,074	-0,072	0,070	1,058	0,290
Masculino → Transparência	-0,088	-0,084	0,098	0,900	0,368
Participação → Processo Deliberativo	0,310	0,320	0,087	3,558	0,000
Soma de Vínculos → Participação	-0,136	-0,130	0,124	1,101	0,271
Soma de Vínculos → Processo Deliberativo	-0,014	-0,018	0,091	0,158	0,875
Soma de Vínculos → Transparência	-0,038	-0,033	0,146	0,260	0,795
Transparência → Processo Deliberativo	0,400	0,396	0,095	4,234	0,000
Variedade de Vínculos → Participação	-0,034	-0,038	0,120	0,281	0,779
Variedade de Vínculos → Processo Deliberativo	-0,286	-0,280	0,084	3,393	0,001
Variedade de Vínculos → Transparência	-0,105	-0,102	0,130	0,810	0,418

## Total Indirect Effects

	Original Sample (O)	Sample Mean (M)	Standard Deviation (STDEV)	T Statistics ( O/STDEV )	P Values
<b>CCHN → Participação</b>					
<b>CCHN → Processo Deliberativo</b>	0,063	0,063	0,060	1,037	0,300
<b>CCHN → Transparência</b>					
<b>CCJE → Participação</b>					
<b>CCJE → Processo Deliberativo</b>	-0,071	-0,074	0,064	1,108	0,268
<b>CCJE → Transparência</b>					
<b>CCS → Participação</b>					
<b>CCS → Processo Deliberativo</b>	0,014	0,012	0,065	0,210	0,833
<b>CCS → Transparência</b>					
<b>CT → Participação</b>					
<b>CT → Processo Deliberativo</b>	-0,151	-0,151	0,068	2,217	0,027
<b>CT → Transparência</b>					
<b>Discente → Participação</b>					
<b>Discente → Processo Deliberativo</b>	-0,001	0,004	0,080	0,007	0,994
<b>Discente → Transparência</b>					
<b>Docente → Participação</b>					
<b>Docente → Processo Deliberativo</b>	0,316	0,333	0,108	2,927	0,003
<b>Docente → Transparência</b>					
<b>E-mail → Participação</b>					
<b>E-mail → Processo Deliberativo</b>	0,004	0,009	0,068	0,062	0,950
<b>E-mail → Transparência</b>					
<b>Estimativa de Estudos → Participação</b>					
<b>Estimativa de Estudos → Processo Deliberativo</b>	-0,114	-0,119	0,097	1,178	0,239
<b>Estimativa de Estudos → Transparência</b>					
<b>Idade → Participação</b>					
<b>Idade → Processo Deliberativo</b>	0,035	0,031	0,074	0,474	0,636
<b>Idade → Transparência</b>					
<b>Masculino → Participação</b>					
<b>Masculino → Processo Deliberativo</b>	0,000	-0,001	0,060	0,004	0,997
<b>Masculino → Transparência</b>					
<b>Participação → Processo Deliberativo</b>					
<b>Soma de Vínculos → Participação</b>					
<b>Soma de Vínculos → Processo Deliberativo</b>	-0,057	-0,055	0,079	0,723	0,469
<b>Soma de Vínculos → Transparência</b>					
<b>Transparência → Processo Deliberativo</b>					
<b>Variedade de Vínculos → Participação</b>					
<b>Variedade de Vínculos → Processo Deliberativo</b>	-0,053	-0,051	0,068	0,771	0,441
<b>Variedade de Vínculos → Transparência</b>					

## Specific Indirect Effects

	Original Sample (O)	Sample Mean (M)	Standard Deviation (STDEV)	T Statistics ( O/STDEV )	P Values
<b>CCHN → Participação → Processo Deliberativo</b>	0,030	0,031	0,032	0,938	0,348
<b>CCJE → Participação → Processo Deliberativo</b>	-0,038	-0,039	0,035	1,090	0,276
<b>CCS → Participação → Processo Deliberativo</b>	0,014	0,012	0,036	0,381	0,703
<b>CT → Participação → Processo Deliberativo</b>	-0,058	-0,060	0,039	1,478	0,140
<b>Discente → Participação → Processo Deliberativo</b>	0,010	0,013	0,043	0,235	0,814
<b>Docente → Participação → Processo Deliberativo</b>	0,177	0,190	0,081	2,200	0,028
<b>E-mail → Participação → Processo Deliberativo</b>	0,040	0,043	0,037	1,101	0,271
<b>Estimativa de Estudos → Participação → Processo Deliberativo</b>	-0,032	-0,035	0,054	0,593	0,553
<b>Idade → Participação → Processo Deliberativo</b>	-0,008	-0,010	0,040	0,192	0,847
<b>Masculino → Participação → Processo Deliberativo</b>	0,035	0,033	0,035	0,986	0,324
<b>Soma de Vínculos → Participação → Processo Deliberativo</b>	-0,042	-0,041	0,041	1,029	0,304
<b>Variedade de Vínculos → Participação → Processo Deliberativo</b>	-0,010	-0,012	0,040	0,263	0,792
<b>CCHN → Transparência → Processo Deliberativo</b>	0,032	0,032	0,044	0,733	0,463
<b>CCJE → Transparência → Processo Deliberativo</b>	-0,033	-0,035	0,045	0,727	0,467
<b>CCS → Transparência → Processo Deliberativo</b>	0,000	0,000	0,042	0,002	0,998
<b>CT → Transparência → Processo Deliberativo</b>	-0,093	-0,091	0,051	1,829	0,068
<b>Discente → Transparência → Processo Deliberativo</b>	-0,011	-0,009	0,058	0,185	0,853
<b>Docente → Transparência → Processo Deliberativo</b>	0,139	0,143	0,071	1,964	0,050
<b>E-mail → Transparência → Processo Deliberativo</b>	-0,036	-0,033	0,044	0,826	0,409
<b>Estimativa de Estudos → Transparência → Processo Deliberativo</b>	-0,082	-0,083	0,068	1,206	0,228
<b>Idade → Transparência → Processo Deliberativo</b>	0,043	0,041	0,052	0,828	0,408
<b>Masculino → Transparência → Processo Deliberativo</b>	-0,035	-0,034	0,041	0,858	0,391
<b>Soma de Vínculos → Transparência → Processo Deliberativo</b>	-0,015	-0,015	0,060	0,253	0,800
<b>Variedade de Vínculos → Transparência → Processo Deliberativo</b>	-0,042	-0,039	0,053	0,800	0,424

## Total Effects

	Original Sample (O)	Sample Mean (M)	Standard Deviation (STDEV)	T Statistics (O/STDEV)	P Values
CCHN → Participação	0,097	0,097	0,095	1,022	0,307
CCHN → Processo Deliberativo	0,179	0,179	0,083	2,146	0,032
CCHN → Transparência	0,081	0,080	0,107	0,757	0,449
CCJE → Participação	-0,122	-0,125	0,103	1,185	0,236
CCJE → Processo Deliberativo	0,028	0,025	0,097	0,292	0,770
CCJE → Transparência	-0,082	-0,088	0,108	0,761	0,447
CCS → Participação	0,044	0,035	0,107	0,414	0,679
CCS → Processo Deliberativo	0,011	0,007	0,091	0,125	0,901
CCS → Transparência	0,000	0,001	0,103	0,002	0,998
CT → Participação	-0,186	-0,190	0,109	1,706	0,088
CT → Processo Deliberativo	-0,312	-0,309	0,084	3,698	0,000
CT → Transparência	-0,233	-0,228	0,110	2,110	0,035
Discente → Participação	0,033	0,041	0,128	0,255	0,799
Discente → Processo Deliberativo	0,143	0,140	0,099	1,442	0,149
Discente → Transparência	-0,027	-0,020	0,141	0,188	0,851
Docente → Participação	0,572	0,592	0,176	3,250	0,001
Docente → Processo Deliberativo	0,518	0,525	0,145	3,576	0,000
Docente → Transparência	0,348	0,360	0,151	2,298	0,022
E-mail → Participação	0,130	0,131	0,103	1,266	0,206
E-mail → Processo Deliberativo	0,120	0,126	0,080	1,493	0,135
E-mail → Transparência	-0,090	-0,083	0,105	0,860	0,390
Estimativa de Estudos → Participação	-0,103	-0,111	0,163	0,636	0,525
Estimativa de Estudos → Processo Deliberativo	-0,024	-0,024	0,162	0,147	0,883
Estimativa de Estudos → Transparência	-0,204	-0,211	0,161	1,266	0,206
Idade → Participação	-0,025	-0,028	0,119	0,207	0,836
Idade → Processo Deliberativo	0,089	0,085	0,103	0,867	0,386
Idade → Transparência	0,107	0,103	0,125	0,855	0,392
Masculino → Participação	0,113	0,104	0,104	1,082	0,279
Masculino → Processo Deliberativo	-0,075	-0,073	0,090	0,826	0,409
Masculino → Transparência	-0,088	-0,084	0,098	0,900	0,368
Participação → Processo Deliberativo	0,310	0,320	0,087	3,558	0,000
Soma de Vínculos → Participação	-0,136	-0,130	0,124	1,101	0,271
Soma de Vínculos → Processo Deliberativo	-0,072	-0,074	0,127	0,564	0,573
Soma de Vínculos → Transparência	-0,038	-0,033	0,146	0,260	0,795
Transparência → Processo Deliberativo	0,400	0,396	0,095	4,234	0,000
Variedade de Vínculos → Participação	-0,034	-0,038	0,120	0,281	0,779
Variedade de Vínculos → Processo Deliberativo	-0,339	-0,331	0,105	3,217	0,001
Variedade de Vínculos → Transparência	-0,105	-0,102	0,130	0,810	0,418

## Outer Loadings

	Original Sample (O)	Sample Mean (M)	Standard Deviation (STDEV)	T Statistics ( O/STDEV )	P Values
<b>P1 ← Transparência</b>	0,936	0,937	0,017	55,312	0,000
<b>P10 ← Participação</b>	0,845	0,842	0,041	20,512	0,000
<b>P13 ← Processo Deliberativo</b>	0,718	0,715	0,066	10,876	0,000
<b>P14 ← Processo Deliberativo</b>	0,877	0,877	0,028	31,630	0,000
<b>P15 ← Participação</b>	0,821	0,819	0,042	19,666	0,000
<b>P16 ← Processo Deliberativo</b>	0,860	0,860	0,030	28,960	0,000
<b>P18 ← Processo Deliberativo</b>	0,787	0,786	0,047	16,841	0,000
<b>P2 ← Transparência</b>	0,953	0,952	0,009	103,447	0,000
<b>P3 ← Processo Deliberativo</b>	0,721	0,719	0,056	12,884	0,000
<b>P4 ← Processo Deliberativo</b>	0,793	0,793	0,045	17,759	0,000
<b>P7 ← Participação</b>	0,696	0,694	0,082	8,460	0,000
<b>P8 ← Processo Deliberativo</b>	0,749	0,748	0,055	13,612	0,000

## Average Variance Extracted (AVE)

	Original Sample (O)	Sample Mean (M)	Standard Deviation (STDEV)	T Statistics ( O/STDEV )	P Values
<b>Participação</b>	0,624	0,623	0,045	13,820	0,000
<b>Processo Deliberativo</b>	0,622	0,623	0,032	19,264	0,000
<b>Transparência</b>	0,892	0,892	0,022	40,373	0,000

## Cronbach's Alpha

	Original Sample (O)	Sample Mean (M)	Standard Deviation (STDEV)	T Statistics ( O/STDEV )	P Values
<b>Participação</b>	0,701	0,696	0,058	12,065	0,000
<b>Processo Deliberativo</b>	0,897	0,896	0,015	60,861	0,000
<b>Transparência</b>	0,880	0,879	0,028	31,993	0,000

## Composite Reliability

	Original Sample (O)	Sample Mean (M)	Standard Deviation (STDEV)	T Statistics ( O/STDEV )	P Values
<b>Participação</b>	0,832	0,830	0,029	28,972	0,000
<b>Processo Deliberativo</b>	0,920	0,919	0,010	88,092	0,000
<b>Transparência</b>	0,943	0,943	0,012	75,886	0,000

## Heterotrait-Monotrait Ratio (HTMT)

	Original Sample (O)	Sample Mean (M)	Standard Deviation (STDEV)	T Statistics ( O/STDEV )	P Values
CCJE → CCHN	0,191	0,189	0,034	5,583	0,000
CCS → CCHN	0,104	0,110	0,059	1,763	0,078
CCS → CCJE	0,259	0,256	0,039	6,687	0,000
CT → CCHN	0,114	0,111	0,025	4,501	0,000
CT → CCJE	0,079	0,097	0,055	1,429	0,153
CT → CCS	0,154	0,151	0,031	4,935	0,000
Discente → CCHN	0,094	0,119	0,089	1,051	0,293
Discente → CCJE	0,102	0,123	0,088	1,155	0,248
Discente → CCS	0,145	0,148	0,062	2,323	0,020
Discente → CT	0,134	0,132	0,028	4,739	0,000
Docente → CCHN	0,023	0,082	0,062	0,377	0,706
Docente → CCJE	0,016	0,081	0,063	0,260	0,795
Docente → CCS	0,219	0,218	0,073	3,000	0,003
Docente → CT	0,020	0,082	0,061	0,324	0,746
Docente → Discente	0,536	0,536	0,089	6,048	0,000
E-mail → CCHN	0,004	0,080	0,060	0,069	0,945
E-mail → CCJE	0,077	0,099	0,066	1,168	0,243
E-mail → CCS	0,120	0,134	0,090	1,337	0,181
E-mail → CT	0,144	0,153	0,098	1,464	0,143
E-mail → Discente	0,068	0,101	0,077	0,877	0,380
E-mail → Docente	0,119	0,131	0,087	1,372	0,170
Estimativa de Estudos → CCHN	0,047	0,109	0,082	0,579	0,563
Estimativa de Estudos → CCJE	0,004	0,079	0,059	0,068	0,946
Estimativa de Estudos → CCS	0,225	0,224	0,056	4,016	0,000
Estimativa de Estudos → CT	0,074	0,085	0,053	1,399	0,162
Estimativa de Estudos → Discente	0,605	0,603	0,084	7,185	0,000
Estimativa de Estudos → Docente	0,805	0,808	0,027	29,540	0,000
Estimativa de Estudos → E-mail	0,114	0,130	0,089	1,282	0,200
Idade → CCHN	0,039	0,098	0,071	0,549	0,583
Idade → CCJE	0,022	0,078	0,059	0,368	0,713
Idade → CCS	0,048	0,082	0,062	0,778	0,437
Idade → CT	0,133	0,138	0,082	1,617	0,106
Idade → Discente	0,516	0,515	0,069	7,441	0,000
Idade → Docente	0,540	0,539	0,068	7,899	0,000
Idade → E-mail	0,023	0,091	0,068	0,335	0,738
Idade → Estimativa de Estudos	0,520	0,520	0,096	5,429	0,000
Masculino → CCHN	0,143	0,150	0,085	1,691	0,091
Masculino → CCJE	0,017	0,082	0,061	0,278	0,781
Masculino → CCS	0,178	0,179	0,091	1,949	0,051
Masculino → CT	0,155	0,157	0,079	1,968	0,049
Masculino → Discente	0,079	0,101	0,072	1,103	0,270
Masculino → Docente	0,060	0,093	0,069	0,878	0,380
Masculino → E-mail	0,035	0,084	0,064	0,549	0,583
Masculino → Estimativa de Estudos	0,009	0,079	0,059	0,159	0,874

<b>Masculino → Idade</b>	0,159	0,163	0,088	1,815	0,070
<b>Participação → CCHN</b>	0,076	0,140	0,062	1,223	0,221
<b>Participação → CCJE</b>	0,182	0,221	0,082	2,223	0,026
<b>Participação → CCS</b>	0,194	0,207	0,090	2,145	0,032
<b>Participação → CT</b>	0,188	0,228	0,077	2,426	0,015
<b>Participação → Discente</b>	0,199	0,214	0,093	2,141	0,032
<b>Participação → Docente</b>	0,478	0,480	0,096	4,986	0,000
<b>Participação → E-mail</b>	0,136	0,190	0,067	2,017	0,044
<b>Participação → Estimativa de Estudos</b>	0,281	0,290	0,096	2,910	0,004
<b>Participação → Idade</b>	0,214	0,224	0,099	2,170	0,030
<b>Participação → Masculino</b>	0,128	0,163	0,081	1,581	0,114
<b>Processo Deliberativo → CCHN</b>	0,177	0,199	0,055	3,219	0,001
<b>Processo Deliberativo → CCJE</b>	0,071	0,132	0,048	1,498	0,134
<b>Processo Deliberativo → CCS</b>	0,131	0,157	0,062	2,128	0,033
<b>Processo Deliberativo → CT</b>	0,367	0,363	0,086	4,290	0,000
<b>Processo Deliberativo → Discente</b>	0,153	0,174	0,069	2,235	0,025
<b>Processo Deliberativo → Docente</b>	0,417	0,416	0,087	4,823	0,000
<b>Processo Deliberativo → E-mail</b>	0,030	0,111	0,052	0,568	0,570
<b>Processo Deliberativo → Estimativa de Estudos</b>	0,263	0,269	0,095	2,778	0,005
<b>Processo Deliberativo → Idade</b>	0,221	0,229	0,078	2,837	0,005
<b>Processo Deliberativo → Masculino</b>	0,084	0,132	0,052	1,613	0,107
<b>Processo Deliberativo → Participação</b>	0,742	0,744	0,092	8,066	0,000
<b>Soma de Vínculos → CCHN</b>	0,349	0,345	0,122	2,855	0,004
<b>Soma de Vínculos → CCJE</b>	0,048	0,085	0,065	0,739	0,460
<b>Soma de Vínculos → CCS</b>	0,112	0,129	0,089	1,262	0,207
<b>Soma de Vínculos → CT</b>	0,080	0,093	0,058	1,391	0,164
<b>Soma de Vínculos → Discente</b>	0,200	0,201	0,056	3,557	0,000
<b>Soma de Vínculos → Docente</b>	0,437	0,439	0,052	8,429	0,000
<b>Soma de Vínculos → E-mail</b>	0,045	0,091	0,068	0,654	0,513
<b>Soma de Vínculos → Estimativa de Estudos</b>	0,423	0,427	0,045	9,356	0,000
<b>Soma de Vínculos → Idade</b>	0,200	0,205	0,096	2,082	0,037
<b>Soma de Vínculos → Masculino</b>	0,022	0,083	0,061	0,362	0,718
<b>Soma de Vínculos → Participação</b>	0,132	0,185	0,069	1,902	0,057
<b>Soma de Vínculos → Processo Deliberativo</b>	0,126	0,164	0,050	2,507	0,012
<b>Transparência → CCHN</b>	0,117	0,132	0,080	1,473	0,141
<b>Transparência → CCJE</b>	0,102	0,123	0,076	1,339	0,181
<b>Transparência → CCS</b>	0,084	0,112	0,068	1,243	0,214
<b>Transparência → CT</b>	0,274	0,275	0,095	2,892	0,004
<b>Transparência → Discente</b>	0,133	0,144	0,079	1,689	0,091
<b>Transparência → Docente</b>	0,253	0,254	0,092	2,755	0,006
<b>Transparência → E-mail</b>	0,148	0,161	0,090	1,637	0,102
<b>Transparência → Estimativa de Estudos</b>	0,115	0,127	0,068	1,697	0,090
<b>Transparência → Idade</b>	0,148	0,160	0,081	1,824	0,068
<b>Transparência → Masculino</b>	0,082	0,128	0,062	1,327	0,185
<b>Transparência → Participação</b>	0,493	0,499	0,108	4,574	0,000

<b>Transparência → Processo Deliberativo</b>	0,713	0,713	0,071	10,113	0,000
<b>Transparência → Soma de Vínculos</b>	0,046	0,104	0,071	0,642	0,521
<b>Variedade de Vínculos → CCHN</b>	0,069	0,107	0,085	0,819	0,413
<b>Variedade de Vínculos → CCJE</b>	0,125	0,141	0,097	1,286	0,198
<b>Variedade de Vínculos → CCS</b>	0,067	0,103	0,078	0,863	0,388
<b>Variedade de Vínculos → CT</b>	0,003	0,083	0,060	0,055	0,956
<b>Variedade de Vínculos → Discente</b>	0,198	0,199	0,118	1,677	0,094
<b>Variedade de Vínculos → Docente</b>	0,092	0,107	0,066	1,393	0,164
<b>Variedade de Vínculos → E-mail</b>	0,022	0,084	0,064	0,346	0,729
<b>Variedade de Vínculos → Estimativa de Estudos</b>	0,093	0,101	0,060	1,549	0,122
<b>Variedade de Vínculos → Idade</b>	0,009	0,075	0,057	0,157	0,875
<b>Variedade de Vínculos → Masculino</b>	0,179	0,179	0,087	2,056	0,040
<b>Variedade de Vínculos → Participação</b>	0,096	0,148	0,072	1,337	0,181
<b>Variedade de Vínculos → Processo Deliberativo</b>	0,280	0,282	0,093	3,019	0,003
<b>Variedade de Vínculos → Soma de Vínculos</b>	0,486	0,479	0,104	4,697	0,000
<b>Variedade de Vínculos → Transparência</b>	0,115	0,134	0,085	1,353	0,176

#### Outer Weights

	<b>Original Sample (O)</b>	<b>Sample Mean (M)</b>	<b>Standard Deviation (STDEV)</b>	<b>T Statistics (O/STDEV)</b>	<b>P Values</b>
<b>P1 ← Transparência</b>	0,490	0,497	0,024	20,401	0,000
<b>P10 ← Participação</b>	0,484	0,481	0,051	9,473	0,000
<b>P13 ← Processo Deliberativo</b>	0,159	0,158	0,018	9,013	0,000
<b>P14 ← Processo Deliberativo</b>	0,196	0,197	0,013	15,345	0,000
<b>P15 ← Participação</b>	0,445	0,443	0,046	9,684	0,000
<b>P16 ← Processo Deliberativo</b>	0,199	0,199	0,012	16,832	0,000
<b>P18 ← Processo Deliberativo</b>	0,174	0,175	0,014	12,504	0,000
<b>P2 ← Transparência</b>	0,568	0,561	0,029	19,564	0,000
<b>P3 ← Processo Deliberativo</b>	0,178	0,176	0,014	12,314	0,000
<b>P4 ← Processo Deliberativo</b>	0,187	0,187	0,013	14,589	0,000
<b>P7 ← Participação</b>	0,324	0,327	0,064	5,042	0,000
<b>P8 ← Processo Deliberativo</b>	0,171	0,171	0,016	10,355	0,000

**ANEXO A – Ofício nº 249/2016 da Andifes.**

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior  
SCS, Quadra 1, Bloco K, nº 30, salas 801 a 804, 8º andar, Ed. Denasa, CEP: 70398-900 Brasília/DF  
Telefone: (61) 3321-6341; fax: (61) 3321-4425  
e-mail: andifes@andifes.org.br http://www.andifes.org.br

Ofício Andifes nº 249 /2016

Brasília, 29 de novembro de 2016.

Senhor (a) senador (a),

Com respeito e com apreensão, dirijo-me a Vossa Excelência para manifestar a posição da Andifes, entidade que representa os reitores das 63 Universidades Federais, contrária a aprovação da PEC 55.

Esse dispositivo que institui o Novo Regime Fiscal e que se encontra em debate no Senado da República, em nossa opinião, representa séria ameaça aos direitos e serviços sociais. E pode por exemplo inviabilizar o Plano Nacional de Educação, aprovado por unanimidade pelo próprio Congresso Nacional.

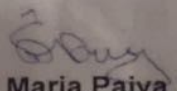
Essa posição da Andifes deriva de cuidadosa análise da Proposta e da manifestação, até o momento, de mais de 40 universidades federais. Estas instituições, após debates em seus conselhos superiores, que em regra abrigam a pluralidade de opiniões e concepções sociais que ali convivem, subsidiadas por renomados especialistas, aprovaram manifestações (anexas, que podem ser acessadas pelo link <https://drive.google.com/drive/folders/0Bw2iUTh9FFl-NlhEOEtXcllxYVvk?usp=sharing>) contrárias à PEC 55.

Com a clareza de que o equilíbrio fiscal deve ser buscado sempre, e que ele corresponde ao binômio arrecadação versus despesas, e que o dinamismo e a produtividade da economia, que gera emprego, renda e receita decorrem principalmente da educação, ciência, tecnologia e inovação, a Andifes entende que a PEC 55 não responde adequadamente a esta equação e a essas variáveis, portanto, não é a solução almejada pela sociedade brasileira para o enfrentamento da atual crise econômica.

Por esses motivos, a Andifes advoga a rejeição dessa PEC e a imediata busca de uma alternativa, que ao lado do equilíbrio fiscal salvaguarde os serviços sociais e a capacidade de geração de riquezas para o país.

Certos do compromisso de Vossa Excelência, agradecemos antecipadamente.

Respeitosamente,

  
**Reitora Ângela Maria Paiva Cruz**  
**Presidente da Andifes**

Fonte: Andifes (2016).

Nota: Manifestos no link <https://drive.google.com/drive/folders/0Bw2iUTh9FFl-NlhEOEtXcllxYVvk>; no Senado, o Projeto de Emenda Constitucional recebeu o número 55.

**ANEXO B – Moção da Ufes sobre a PEC 241.****UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO****MOÇÃO**

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Espírito Santo, na Sessão Extraordinária do dia treze de outubro de dois mil e dezesseis, decidiu, por maioria, manifestar preocupação com a política de ajuste fiscal conduzida pelo Governo Federal por meio do Projeto de Emenda Constitucional PEC 241. Este Conselho externa também sua discordância em relação à eficácia dessa emenda constitucional como instrumento de política econômica, dado que intervenções de caráter anticíclico são mais oportunas em cenários de recuperação em meio a crises econômicas nacionais e internacionais.

Para além do duvidoso êxito no que se refere ao equilíbrio das contas públicas, este Conselho registra desaprovação em relação à Desvinculação de Receitas da União (DRU) para a saúde, a educação, a ciência e a tecnologia, aspectos fundamentais da construção de uma nação soberana.

Há que se ter claro que as universidades federais passaram, na última década, por projetos de expansão que careceram e ainda carecem de recursos para a sua consolidação, garantindo amplo acesso à qualificação profissional para o conjunto da sociedade brasileira.

A vinculação da expansão do gasto público meramente ao índice oficial de inflação acarretará, em médio e longo prazo, notórios prejuízos às universidades, freando a expansão de oportunidades aos brasileiros, sobretudo aos mais pobres.

Reafirmamos a defesa da aplicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na educação pública em seus diversos níveis, tal como preconiza a Lei nº 13.005/2014 que regulamenta o Plano Nacional de Educação, e conclamamos a sociedade brasileira à defesa dos princípios que garantem os direitos constitucionais e as políticas sociais voltados ao estabelecimento de um país mais justo.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2016.

**REINALDO CENTODUCATTE**  
PRESIDENTE

Fonte: Andifes (2016).

Nota: Acessado no *link* <https://drive.google.com/drive/folders/0Bw2iUTh9FFl-NlhEOEtxcIlxYVvk>.